

Maria Matilde Nauar Temponi

**FORMAS ASSOCIATIVAS NA PRODUÇÃO DE
ALIMENTOS: A EXPERIÊNCIA DA REGIONAL
TORONJIL - REDE DE AGROECOLOGIA DE URUGUAY**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Mestrado
Profissional em Agroecossistemas da
Universidade Federal de Santa Catarina
para a obtenção do Grau de Mestre
Profissional em Agroecossistemas.

Orientadora: Dr.^a. Valeska Nahas
Guimarães

Coorientadora: Msc. Aline Korosue

Florianópolis, 2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Temponi, Matilde Nauar

FORMAS ASSOCIATIVAS NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS : A
EXPERIÊNCIA DA REGIONAL TORONJIL - REDE DE AGROECOLOGIA DE
URUGUAY / Matilde Nauar Temponi ; orientadora, Valeska
Nahas Guimarães ; coorientadora, Aline Korosue. -
Florianópolis, SC, 2016.

166 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade
Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias.
Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas.

Inclui referências

1. Agroecossistemas. 2. associativismo. 3. agricultura
familiar. 4. organizações coletivas. 5. relações de
trabalho. I. Guimarães, Valeska Nahas . II. Korosue,
Aline . III. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. IV. Título.

Dedico à minha mãe, sem ela nada disso seria possível. Grande mulher, mãe, esposa, filha, irmã, amiga e companheira, sempre transmitindo amor, obrigada mãe!

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas que de alguma maneira ou outra contribuiu nesse processo, por isso começo com um obrigado geral para todas/os. E em especial para:

- as/os integrantes de Toronjil, que resistem defendendo um outro modo de viver e trabalhar. Obrigada por me permitir esse caminho trilhado. Por abrir suas portas, corações e cabeças. E por todos os ensinamentos e discussões, muito obrigada!

- As/os companheiros do SCEAM e do PIM, por agüentar as ausências e presenças. Em especial, à equipe camponesa por ser parte dessa linha de trabalho e investigação. Por me permitir compartilhar o conhecimento e o aprender com a gente com as quais trabalhamos. As companheiras do *EFI Cárcel*, com as quais acompanhamos e aprendemos nesse caminho de “extensão baixo grades”. Ao Tomaso, que com seus acertos e erros, nos permitiu avançar nos estudos, defendendo que a formação seja parte de nosso trabalho, construído desde e com os setores populares. Ao Gabriel Picos, pelos seus comentários, suportes, sugestões e discussões, etc. Ao professor Sarachu, ao Juane e a Anabel, pelos seus aportes associativos. A Gonzalo, Valentina e Victoria, por compartilharem seus trabalhos, conhecimentos, ideias e críticas, sobre os processos que estamos construindo, e a todos/as os/as estudantes que aportaram nesse transitar. Aos companheiros de administração, Héctor e Robert, por estarem sempre buscando a maneira de fazer mais leve a burocracia universitária.

- A turma Egídio Bruneto, do nosso Mestrado Profissional, por me permitir compartilhar esta experiência de formação. À “dialética do samba”, pela música e alegria durante os intensos Tempos-Escola, por trazer sempre risos, encontros e nos permitir desfrutar com carinho e alguma cachaça também. À CPP, pela colaboração e por estar presente quando se precisou. À irmã Val, por me permitir compartilhar sua morada para poder qualificar em abril. À minha “mãe brasileira”- Valeska e a sua família, por todo o carinho e alegria nesses dias de estudo e páscoas brasileiras. Aos companheiros do LECERA, por serem parte desse processo. Aos professores do MPA, por nos permitirem

pensar, discutir e sonhar com um mundo melhor. Outro obrigada especial para Aline e Valeska, co-orientadora e orientadora, e muito mais. Ao Daniel, Luiza e Aline pelas traduções.

- Ao MST pela experiência de luta e formação. Por nos permitir conhecer outra realidade, com camponeses/as que lutam e trabalham a terra em defesa da soberania alimentar.

- À Gabi “profe” e grande companheira, muito obrigada menininha. À Aline, thanks teacher!

- Ao grupo *coso*, pelos encontros e desencontros... por nos permitir criar formas de luta pelos que queremos e de questionar o que fazemos, sempre desde o coletivo e buscando outra maneira de se relacionar que implica o querer e o cuidar. À “barra asobaquera”, essa gente que anda por aí buscando “consumir para viver e não viver para consumir”. À Minga, por todo o vivido e aprendido, por essa linda experiência, obrigada companheira!

- Aos meus amigos/as de Mercedes e de toda a vida. Ao quarteto, porque sempre estão aí, com conversas nas quais muitas vezes não há acordos, mas onde sempre existe amizade e carinho. À negra Dolores e ao Pedro, pelas lindas conversas e pela bonita Lila. À Carolina Delgado, por estar “cerca” apesar da distância. Pelo carinho de sempre. Pelas correções e aportes para o mestrado. Especialmente à Tota (minha gêmea) e as Ingoles, a “Lanita” por me permitirem ocupar o Duranga, ainda mais. As Echeverriborda’s e a Echeverri, verri, verri, muito, muito obrigada Gime! À Alegre pela prorroga, por seus piques metodológicos e seus permanentes aportes; por compartilhar o estudo de português e do “Capital”, desde as praias até a biblioteca de FCS. À Marti, desde MIP III até a contra.

- À vovó Blanca, porque desde seu mundo nos permite seguir conhecendo nosso passado e compartilhando momentos de sua infância pela campanha arachana. Conhecimento e entendimento nossa maneira de ser e fazer. À Rachel, por auspiciar continuamente o estudo, insistir e apoiar cada vez que necessário. Ao vovô Liber que nos deixou o compromisso de seguir lutando por um mundo melhor. E ao vovô Pepe/Butaca, nem sei o que dizer. Aos meus cunhados, Bruno (nhoquis ño) e Jaime. Ao papai, por nos transmitir sua Constancia, o método e a tranquilidade

para algumas coisas. Às minhas irmãs Laura, Ceci e Moro, por me aguentarem em todas as horas. Ceci, por me permitir a ocupação de sua casa e por me bancar nos momentos mais tensos para com MPA. Por me ensinar tudo e tanto, obrigada irmãs! As três, ao sobrinho e ao papai por tudo e especialmente à mamãe, fundadora de muito do que somos, obrigada!

Mucho poquito y nada

Si yo no cambio un poco mis fallas, mis males,
¿cómo cambiar entonces las tierras, los mares?
Si no cambio un poquito mis mañas, mis juegos,
¿cómo cambiar en algo los dramas, los fuegos?
Si no poquito un cambio mi duda, mi acaso,
¿cómo cambiar más tarde el beso, el abrazo?
Si no cambio un poco mis cauces, mis fuentes,
¿cómo he de cambiar fuera lo mío en la gente?
Si no cambio un muchito mis odios, mis miedos,
si no abro mi ternura me vuelve de hielo.
Si no muchito un cambio mi cuerda, mi acorde,
¿cómo cantar lo nuevo, lo izquierdo, lo borde?
Si no apoco lo mucho que pierdo, que hiero,
¿cómo darle esperanza al te amo, te quiero?
Si no amucho lo poco que tiene mi gente,
¿cómo evitar que al canto le asome lo urgente?
Mucho, poquito y nada deshoja la vida
Y ella nunca responde, la desentendida.
Mucho poquito y nada, contra flor al resto,
Tenemos que ir cambiando.
Mucho poquito y nada contra flor al resto,
tenemos que ir cambiando este cambio nuestro.

Daniel Viglietti

RESUMO

Esta investigação tem por objetivo compreender as possibilidades e os limites das organizações coletivas associadas à produção de alimentos a partir das relações de trabalho estabelecidas pelos agricultores familiares da região de Toronjil (rede de agroecología do Uruguai – RAU). A análise das relações estabelecidas pelos Agricultores Familiares (AF) se pautou de acordo com as seguintes categorias: intencionalidade para se associarem; forma de aquisição da terra; tipo de força de trabalho; e a relação com o mercado de insumos, produtos e créditos. A estratégia metodológica utilizada privilegiou a aproximação ao método Materialista Histórico-Dialético. Se optou por usar uma abordagem qualitativa. Foram utilizadas três técnicas de levantamento de dados: análise documental, observação participante (direta, livre e sistematizada) e entrevistas semiestruturadas. Foram objeto de análise duas experiências: a cooperativa “Calmañana”, integrada por mulheres (desde 1987) que produzem, industrializam e comercializam ervas aromáticas e medicinais, e o coletivo “Paso a paso”, integrado por pessoas que se juntaram desde 2010 para produzir e comercializar produtos hortifrutícolas, ervas aromáticas, medicinais e animais de granja. No desenvolvimento do trabalho, as experiências cooperativistas foram consideradas a partir de alguns questionamentos: de qual maneira o cooperativismo, dentro da região de Toronjil, contribui para o fortalecimento da AF? Quais são os limites e as possibilidades destes procesos cooperativistas? Quais relações de trabalho geram estes procesos? Nas experiências de cooperativas analisadas, pode-se notar diversas estratégias que combinam forma de fazer e de transformar a realidade, visando a sobrevivência dos agricultores familiares. Notou-se, ainda, que o vínculo com o mercado de insumos e o do dinheiro possibilita a diminuição de excedentes, assim como influencia em aspectos relacionados à força de trabalho, o que contribui para a resistência da agricultura familiar. Verificou-se como o mercado de produtos convencionais condiciona as relações e favorece determinados interesses. Realidade esta que se vincula à escassez

de canais alternativos e ao volume de produção da agricultura familiar. Em relação à força de trabalho, trata-se de um espaço de disputa no que diz respeito a estas experiências, gerando rupturas com a lógica capitalista dominante. Se apresentam tensões permanentes com as possibilidades da organização coletiva entre sustentar a ruptura através do trabalho cooperativo e a compra e venda da força de trabalho para o empreendimento produtivo. Por fim, cabe ressaltar o fato de que estas experiências se relacionam ao modelo agroecológico de produção, o que implica a produção e circulação dos produtos de maneira coletiva, por meio de processos que geram rupturas mas que também permitem ensaiar outras relações entre as pessoas e a natureza, como estratégia para a sobrevivência da agricultura familiar.

Palavras chave: associativismo; organizações coletivas; agricultura familiar; relações de trabalho.

ABSTRACT

This research aims to understand the possibilities and limitations of the collectives partner organizations for food production, from work relationships established by the family farmers (FF) of the Toronjil Regional - Agroecology Network of Uruguay (ANU). The analysis of the relations established by the FF was thought out by categories: intent to partner; form of land tenure; type of workforce; and the relationship with the market of inputs, outputs and credits. The methodological strategy used is located on an approach: Materialist – Historical - Dialectic method. A qualitative methodological approach was chosen. Three techniques were used: documentary analysis, participant observation (direct, free and systematized), and semi-structured interviews. In the course of the work, associative experiences were considered beginning with some questions: In what way does associative, within the Toronjil Regional- ANU, contributes to firm in FF? What are the limits and possibilities of these associative processes? What working relationships did these processes generate? In the associative experiences analyzed, different strategies combining ways of doing and transforming reality were visualized, which were understood as survival mechanisms for FF. The link with the input market and the money market becomes important, as it enables to decrease surplus extraction as well as workforce related aspects that contribute to the strength of the FF. The conventional products market is displayed as the main determinant of the relationship and that favors certain interests. This aspect is related to the scarcity of alternative channels and its trading volume. About the relationship with the workforce, this is one aspect in dispute from these experiences, generating breaks with the dominant capitalist logic. Permanent tensions arise between the possibilities of collective organization to sustain the break through of associated work, and the purchase / sale of the labor force for productive experience. Lastly, these experiences are related to the agro-ecological model, which involves the production and movement

of products collectively, passing through processes that generate ruptures and allow other relationships between people and nature, as strategies for survival FF.

Keywords: associativism; collectives organizations; family agriculture; work relationships.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantidade de pessoas entrevistadas segundo os critérios de seleção.....	28
Tabela 2: Porcentagem de superfície agropecuária segundo os principais ramos produtivos.....	34
Tabela 3: Número de estabelecimentos segundo a superfície para os anos 2000 e 2011.....	37
Tabela 4: Quantidade de estabelecimentos segundo superfície de exploração.....	58
Tabela 5: Aproveitamento da terra: superfície explorada (hectares) por uso de solo, segundo Município.....	59

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Evolução do número de unidades produtivas agropecuárias no Uruguai.....	40
Figura 2: Mapa do Uruguai com foco em Montevideo e Canelones.....	57
Figura 3: Localização geográfica dos sistemas produtivos que integram o Toronjil.....	76
Figura 4: Estrutura organizativa do Toronjil.....	77
Figura 5: Quantidade e modalidade de pessoas cooperativadas a Toronjil.....	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Características de la RAU.....	70
Quadro 2: Principais características de experiências em cooperativas de agricultores – Toronjil.....	111
Quadro 3: Principais características de “Calmañana” e “Paso a paso”.....	119

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASO.BA.CO – Asociación Barrial de Consumo
ACAEU – Asociación Certificadora de la Agricultura Ecológica del Uruguay
APEX – Aprendizaje Extensión
APODU – Asociación de Productores Orgánicos del Uruguay
ARU – Asociación Rural del Uruguay
CEUTA – Centro Uruguayo de Tecnologías Apropriadas
CNFR – Comisión Nacional de Fomento Rural
CRS – Comunidade de Resistencia e Superação
DIEA – Dirección de Estadísticas Agropecuarias
Fagro – Facultad de Agronomía
FEUU – Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay
FUCVAM – Federación Uruguaya de Cooperativas de Viviendas de Ayuda Mutua
GTZ – Agencia de Cooperación Alemana
INC – Instituto Nacional de Colonización
INE – Instituto Nacional de Estadística del Uruguay
INIA – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria
IM – Intendencia Montevideo
ISO – Organización Internacional de Normalización
JUNAGRA – Junta Nacional de la Granja
MDR – Mesas de Desarrollo Rural
MGAP – Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca
MR – Montevideo Rural
ONGs – Organizações não governamentais
PANCOVI – Pando Cooperativa de Viviendas
PM – Prefeitura de Montevideú
PIM – Programa Integral Metropolitano
PRO.C.RE.AS – Projeto de Criatividade Regional e Alternativas Sustentáveis.
RAU – Red de Agroecología del Uruguay
RedES-AT – Red de Ecología Social – Amigos de la Tierra Uruguay
SCEAM – Servicio Central de Extensión y Actividades en el Medio

SCP – Sistema de Certificación Participativa

SFR-PT – Sociedad de Fomento Rural – Piedra del Toro

UR – Universidad de la República

URUCERT – Asociación Certificadora de la Agricultura
Ecológica - Uruguay

UTAA – Unión de Trabajadores Azucareros de Artigas

UTU - Universidad del Trabajo del Uruguay

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	25
2. CAPÍTULO 1 - CONTEXTUALIZANDO A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E A AGRICULTURA FAMILIAR NO URUGUAI	33
2.1 TRANSFORMAÇÕES NO MODELO AGRÍCOLA DO URUGUAI: A “INDUSTRIALIZAÇÃO” DA AGRICULTURA.....	42
2.1.1. Como se manifestam as relações de produção e trabalho no Uruguai?	49
2.1.2 O papel das políticas públicas.....	52
2.2. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO ESTUDADA	55
2.3.EXPERIÊNCIAS ASSOCIATIVAS DE AGRICULTURA FAMILIAR NA ZONA DE ESTUDO	62
2.4 REDE DE AGROECOLOGIA DO URUGUAI	64
2.4.1 SISTEMA DE CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA	71
2.5 REGIONAL TORONJIL	75
3. CAPÍTULO 2 - REVISITANDO ALGUNS CONCEITOS	83
3.1. O QUE SE ENTENDE POR AGRICULTOR FAMILIAR – PRODUTOR FAMILIAR	83
3.2. RELAÇÕES DE PRODUÇÃO, DIVISÃO DO TRABALHO, CLASSES SOCIAIS E RELAÇÕES DE TRABALHO.....	89
3.3 PRODUÇÃO “ALTERNATIVA” DE ALIMENTOS E ASSOCIATIVISMO: UMA REFLEXÃO TEÓRICO-CONCEITUAL.....	95
3.3.1. O que se entende por agroecologia?	95
3.3.2. O que se entende por associativismo	101
4. CAPÍTULO 3 - A PESQUISA DE CAMPO: CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS SELECIONADAS	111
4.1.CARACTERIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS SELECIONADAS	114
4.1.1 Cooperativa “Calmañana”.....	114
4.1.2 Coletivo “Paso a paso”.....	117
4.2.1 Análise da Red de Agroecología del Uruguay - RAU.....	121

4.2.2 Análise do território	123
4.2.3. Análise da cooperativa “Calmañana” e do coletivo “Paso a Paso”	124
4.2.3.1 A cooperativa “Calmañana”	125
5.CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
6.REFERÊNCIAS.....	141
ANEXOS	153
APÊNDICES	157

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa é parte de um percurso iniciado no ano 2012, pouco tempo depois de eu integrar, junto a outros companheiros, a equipe docente do Programa Integral Metropolitano da Universidade de la República (PIM – UR)¹. Nesse percurso somaram-se as famílias agricultores da regional Toronjil, as quais também foram parte do processo de produção de conhecimento que se apresenta neste trabalho.

¹ O PIM consiste num programa “fundamentado na necessidade de superar o modelo de ensino universitário tradicional profissionalista, retórico e fragmentador (das funções universitárias, da realidade, do conhecimento do ser humano)”. Tommasino et al (2010, p. 1). Surge no ano 2008 com o desafio de responder “... a um dos legados da Reforma de Córdoba: o compromisso social da Universidade” (Tommasino, 2013, p. 3). Seus antecedentes se situam no marco do processo de desenvolvimento da extensão universitária que propôs a Segunda Reforma Universitária. Na gestação desta Reforma, a FEUU coloca distintas propostas entre as quais se destaca a criação de um programa integral com inserção territorial que procura recolher a história de programas como o APEX-Cerro e conformar-se como um espaço para a democratização do ensino, o conhecimento e a cultura em diálogo com os atores da comunidade. Tendo o objetivo de ser “plataforma das novas práticas integras” através da busca dar lugar aos Espaços de Formação Integral e fortalecer a proposta de curricularização da extensão, como parte da extensão na renovação do ensino (Hacia la reforma universitaria #10, 2010). O PIM define-se como programa integral, no sentido que procura a articulação entre ensino, aprendizado, investigação e extensão. Aborda-se a realidade de forma interdisciplinar e se procura construir um diálogo de saberes (populares e acadêmicos) que transcendam rumo a uma verdadeira ecologia dos saberes. Sua definição como metropolitano fundamenta-se na inserção territorial que abrange desde regiões do Distrito E e F de Montevideo, até a cidade de Barros Blancos no município de Canelones. No PIM trabalha-se em equipes interdisciplinares com inserção territorial, organizados através de eixos temáticos: 1) habitat e território, 2) educação, 3) saúde e 4) produção e mundo do trabalho, com o objetivo de problematizar as diferentes realidades de maneira a fortalecer as organizações sociais e experiências associativas presentes na região.

Em meados de 2012 um vizinho do PIM, agricultor ecológico e integrante da Rede de Agroecologia do Uruguai (doravante RAU) desde seu começo, passou pela casa do Programa procurando gerar um encontro entre a equipe de extensão universitária que ali se instalava e a referida organização. A partir desse momento começou-se a participar nos espaços plenários da regional Toronjil. Desse modo foi se construindo a demanda de trabalho que finalmente fica expressa num acordo entre ambas as partes, com os objetivos de fortalecer o processo organizacional e sua identidade como sujeito coletivo e propor ações desde a Universidade da República, às organizações e instituições vinculadas, para o desenvolvimento de propostas de formação e produção agroecológica.

O tema proposto nesta investigação refere-se às formas associativas dos Agricultores Familiares (doravante AF) vinculadas a uma das regionais abarcadas pela Rede de Agroecologia do Uruguai, a regional Toronjil. A RAU consiste em uma organização social que se posiciona, a partir de seus acordos, com uma proposta agroecológica, congregando através de Toronjil a Agricultura Familiar entre outros sujeitos. Estas organizações realizam práticas de produção alternativa de alimentos, relacionadas à agroecologia. Inclusive desde a sua denominação e definição. Segundo documentos da organização, a agroecologia vincula-se com experiências produtivas da agricultura ecológica, as quais referem-se a sistemas de produção familiar que incorporam técnicas diferenciadas para a melhoria de solos, manejo da produção vegetal e animal, com mudanças organizativas em relação à comercialização e industrialização (GALEANO; GOMEZ, 2006). Estes autores colocam que esse modo de agricultura poderia ser considerado como uma estratégia para o fortalecimento da AF.

A motivação para realizar esta pesquisa tem como ponto de partida as experiências de trabalho da pesquisadora junto com organizações populares e discussões coletivas a partir das quais se visualiza a necessidade de aprofundar, com elementos empíricos, o processo de transformação das condições de vida, a partir da compreensão das atuais condições de produção. Com o mesmo

propósito, soma-se a isso o trabalho que vem sendo realizado em conjunto entre docentes do PIM e a regional Toronjil. Por isso, a pesquisa origina-se em diálogo com os objetivos políticos apresentados pelo PIM, a partir dos quais se considera necessário analisar e compreender as transformações que se evidenciam na realidade territorial metropolitana de Montevideú e Canelones. Neste sentido, possui como temática as formas associativas vinculadas à produção alternativa de alimentos, o que traz a realidade de um contexto, com o propósito de transformá-la e não simplesmente descrevê-la e adaptá-la às condições existentes.

Cabe destacar que o fato de ser integrante da equipe docente do PIM faz com que exista uma dupla implicação neste processo: como pesquisadora e como docente de um Programa da Universidade da República. O referido programa tem por objetivo articular funções de ensino, pesquisa e extensão para abordar problemas concretos da população e organizações da região, procurando contribuir conjuntamente ao seu desenvolvimento (UR, 2009). Como integrante do PIM, a pesquisa surge dentro do eixo temático “Produção e Mundo do Trabalho”, delimitada nas tarefas de docência, pesquisa e extensão; vinculando desta maneira, estudantes e docentes universitários com a comunidade. Neste marco, define-se como objeto de investigação específico aos agricultores familiares que integram a regional Toronjil.

Pretende-se compreender o associativismo dos agricultores familiares da regional Toronjil na produção de alimentos a partir do entendimento quanto às diferentes formas de organização coletiva, a partir de uma perspectiva das relações de trabalho estabelecidas por AF de Toronjil. Para isso, coloca-se como **problema de estudo** a seguinte pergunta: **de que forma o associativismo dentro da Regional Toronjil – RAU contribui ao fortalecimento da AF?** Em função da pergunta colocada, o **objetivo geral** da investigação consiste em **compreender as possibilidades e limitações das organizações coletivas associadas para a produção de alimentos, a partir das relações de trabalhos estabelecidas pelos AF da Regional Toronjil**. Para isso tem-se por objetivos específicos: **1. Conhecer e analisar os processos organizativos da Regional Toronjil; 2.**

Identificar as principais dinâmicas associativas; 3. Analisar as relações estabelecidas nessas dinâmicas associativas a partir de diferentes categorias de análise.

Optou-se por um estudo de caso qualitativo que privilegiou os AF agroecológicos da regional Toronjil. Os critérios para selecionar as pessoas a compor a amostra de estudo relativa às entrevistas semi-estruturadas foram: idade maior/menor a 55 anos, trajetória de vida rural/urbana e o tempo de participação na RAU. Participaram das entrevistas sete pessoas.² Os entrevistados associados foram agrupadas de acordo com as principais características do coletivo, conforme se apresenta na seguinte tabela:

Tabela Nº1: Quantidade de pessoas entrevistadas segundo os critérios da seleção

	Menor de 55 anos	Maior de 55 anos
Trajectoria de vida Rural	Participação desde 2005: 1	Participação desde 2005: 1
	Participação recente: 1	
Trajectoria de vida Urbana		Participação desde 2005: 1
	Participação recente: 2	Participação recente: 1

Fonte: Elaboração própria.

A partir das entrevistas realizadas com integrantes de Toronjil, foram definidas as seguintes categorias de análise:

- **intencionalidade para associar-se:** comercialização, produção, convicção política e/ou intercâmbio de saberes
- **forma de posse da terra:** proprietários, arrendatários e/ou sítiantes.
- **tipo de força de trabalho:** assalariada, associada e/ou

² Dentre estes inclui-se o fundador da Rede de Agroecologia do Uruguai – RAU, Hugo Bértola, cuja síntese encontra-se no Apêndice D deste trabalho.

familiar.

- **relação com o mercado:** insumos, produtos e créditos.

Para poder compreender estas condições determinadas historicamente, é necessário aproximar-se às características do específico, o singular e o particular. Para isso, se busca unir a teoria e a prática. Isto é, “a práxis em busca da transformação e de novas sínteses no plano do conhecimento e no plano da realidade histórica” (FRIGOTTO, 2008, p. 38).

Desde essa base, a estratégia metodológica utilizada situa-se sob a ótica de uma aproximação ao método Materialista Histórico-Dialético. Entendendo que se parte da realidade concreta com as contradições que surgem na vida cotidiana das pessoas, procurando dar conta do singular e do particular de modo a buscar elementos que permitam a aproximação de uma melhor compreensão do geral. Considera-se o objeto de pesquisa como um elemento dinâmico, em constante movimento e com contradições que formam parte de uma construção histórica (FRIGOTTO, 2008).

Para desenvolver a investigação optou-se por usar uma abordagem metodológica qualitativa, porém, com um pequeno aporte quantitativo, para analisar aspectos de caracterização básica de integrantes da regional Toronjil. Optou-se por um estudo de caso qualitativo que privilegiou os AF agroecológicos da regional Toronjil. Segundo Martinez (2006) este método qualitativo permite registrar o comportamento das pessoas envolvidas no estudo a partir da utilização de diversas técnicas de investigação, de maneira a contribuir na compreensão de fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos.

O estudo qualitativo realizado implicou que fossem utilizados métodos de coleta de dados, assim como análise dos dados que exigem, segundo Triviños (1987), “prestar atenção especial ao informante, ao tempo mesmo que ao observador e às anotações de campo”. Para isso, primeiro foi realizada uma revisão bibliográfica, procurando dar respaldo teórico à primeira etapa. O estado da produção do conhecimento sobre o tema, de maneira a verificar o que já foi produzido e ter claro quais são as bases teóricas e perspectivas epistemológicas que dão sustento

aos estudos realizados.

Para realizar a pesquisa foram utilizadas três técnicas de levantamento de dados:

1. **Análise documental** para obter dados secundários, especialmente no que concerne às informações sobre o coletivo e os modos associativos presentes dentro do mesmo. Acedeu-se a registros, atas, regulamentos, documentos de planejamento, relatórios, entre outros documentos disponibilizados pelo coletivo. A informação obtida e gerada a partir da informação secundária, documental e de informantes qualificados, foi processada no decorrer da etapa exploratória previamente à realização das primeiras entrevistas. Nesta etapa foi realizada também um pré-teste ou prova piloto³ de entrevista com a finalidade de esclarecer e colocar em prática a estrutura das mesmas antes de sair a campo, de modo a poder avaliar se a entrevista é apropriada, comprovar a clareza da mesma e o tempo aproximado de duração. Para isso, foi selecionada uma amostra de pessoas a serem entrevistadas, de modo que servisse também como orientação para selecionar a amostra final. Para realizar a prova piloto foram selecionadas duas entrevistadas. A amostra foi composta por um integrante do universo a estudar e uma docente da UR com experiência na temática de investigação, de modo a contribuir no processo de pesquisa.

2. **Observações participantes:** diretas, livres e/ou sistematizadas. A observação livre ocorreu em todos os momentos em que a pesquisa estava sendo realizada e não somente numa fase do

³ O pré-teste ou prova piloto de um levantamento é uma atividade que forma parte do desenho de um questionário de pesquisa. Uma vez que o instrumento foi consolidado, costuma escolher-se uma pequena amostra (que pode estar entre o 2% e o 10% dos casos, dependendo do tipo de estudo, a dificuldade do questionário ou os perfis das pessoas a entrevistas) para provar seu funcionamento no campo. Este exercício *in situ* pode ser realizado pelas pessoas que trabalham no desenho do questionário ... Desta forma se favorece que os investigadores e investigadoras percebam mais claramente as dificuldades do instrumento. <http://sociologianecesaria.blogspot.com.br/2013/03/prueba-piloto-pretest-cuestionario.html>, Consultado: 15 de abril, 2014.

processo. A observação sistemática também ocorreu (planejada com antecipação) para captar aspectos relativos ao foco da pesquisa. Neste caso se conjuga fortemente a dupla implicação mencionada anteriormente, como investigadora e como docente do PIM.

3. Entrevistas semiestruturadas: as mesmas tiveram aspectos chaves previamente elaborados para que não se perdesse o foco da investigação e para que se articulassem as informações aos estudos realizados anteriormente ao trabalho de campo. Mas com abertura para novas questões que pudessem vir a surgir a partir das respostas das pessoas entrevistadas. Desta forma “o informante seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da investigação” (TRIVIÑOS, 1987, p.138).

As entrevistas foram realizadas durante dois dias de trabalho nos diferentes sistemas de produção de modo a ter um aprofundamento sobre a realidade dos mesmos. Levantou-se informação sobre a organização do coletivo, os modos associativos dos diferentes integrantes entrevistados, as motivações para participar do coletivo e os desafios da organização (conforme Apêndice A). As anotações de campo foram feitas num caderno com essa finalidade, de modo a registrar a descrição e reflexões que foram originadas a partir das observações, dos diálogos com os sujeitos da pesquisa ou outros aspectos que surgiram no decorrer da mesma.

Na análise dos dados e informações coletadas, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo considerando que é uma metodologia de pesquisa utilizada para descrever e interpretar conteúdo de toda classe de textos e documentos, buscando o conteúdo latente dos mesmos através do aprofundamento na análise, levando em consideração que o marco teórico de referência é fundamental na pesquisa. Como assinala Triviños (1987, p. 159): “qualquer técnica (entrevista, questionário, etc.) adquire sua força e seu valor exclusivamente mediante o apoio de determinado referencial teórico. E, naturalmente, a análise de conteúdo não foge a este enunciado geral”.

Ao aplicar este método procurou-se aprofundar aqueles aspectos confusos que dificultam a análise e compreensão dos dados da investigação. Para isso, segundo Triviños (1987, p. 161) ao trabalhar com análise de conteúdo, deve-se cumprir três etapas básicas:

pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial. A pré-análise é a organização do material [...] a descrição analítica começa já na pré-análise, mas nesta etapa, especificamente, o material de documentos que constitui o *corpus* é submetido a um estudo aprofundado, orientado este, em princípio, pelas hipóteses e referenciais teóricos [...] A fase de interpretação referencial, apoiada nos materiais de informação, que se iniciou já na etapa da pré-análise, alcança agora sua maior intensidade.

Nesse sentido, a análise dos dados foi realizada buscando gerar uma retroalimentação entre teoria e dados empíricos. Para isso, considera-se necessário vincular a análise e as reflexões a partir de documentos e textos que complementem a teoria, com a informação dos sujeitos de estudo. Busca-se ir além das informações das pessoas, procurando aprofundar a análise de maneira a realizar o que Triviños (2010) chama “conteúdo latente e conteúdo manifesto, através do método de análise de conteúdo”.

Torna-se importante ressaltar um aspecto relacionado com o procedimento metodológico desse trabalho, tendo em vista que em virtude da opção pela pesquisa qualitativa, a singularidade dos casos se contrapõe ao aspecto numérico.

2. CAPÍTULO 1 - CONTEXTUALIZANDO A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E A AGRICULTURA FAMILIAR NO URUGUAI

Uruguai se caracteriza por ser um país agrícola-pastoril⁴, com uma superfície total de 17,5 milhões de hectares, onde mais de 93 % são utilizadas para a produção do setor agropecuário. Possui uma população de aproximadamente 3,3 milhões de habitantes, dos quais 95% deles vivem em áreas urbanas e 5% na área rurais⁵ (DIEA, 2012). Como colocam Piñeiro y Moraes (2008), no Uruguai o crescimento populacional responde a sucessivas ondas migratórias de pessoas que se radicam em centros urbanos e principalmente na capital do país, por ser a cidade porto com maior atividade comercial. Desta maneira a população tem escasso acesso à terra.

Embora as condições agro-climáticas na maior parte do território sejam ótimas para o pastoreio a campo natural, o uso do solo nas últimas décadas foi feito apenas de maneira a responder a um aumento da agricultura, mudando os extratos sociais que compõem historicamente o campo uruguaio (empresários rurais, produtores/agricultores familiares e assalariados rurais), o que se vincula com a distribuição desigual da propriedade da terra (PIÑEIRO Y MORAES, 2008).

⁴ Os sistemas de produção agrícola-pastoris combinam ramos vegetais e animais. Este modo de produção permite que se gere “...um mosaico de situações de cultivos e pastagens semeadas coexistindo com a vegetação nativa, que circunda e se encontra na área de rotação. Isto faz que a diversidade vegetal do sistema seja maior que aquela que se encontra nos sistemas exclusivamente agrícolas.” Disponível em: <http://www.eemac.edu.uy/conservacion-de-enemigos-naturales-en-sistemas-agricola-pastoriles>. Consultado: 10 de abril, 2015.

⁵ Como assinala Garcia (2015), desde meados do S. XX ocorre um processo migratório rumo aos centros povoados que se intensifica nos últimos anos. Entre os anos 1996 -2004, a população rural diminuiu 9% aproximadamente, enquanto que desde 2004 até 2011, ocorre uma queda de um terço. Dessa maneira, Uruguai converte-se em um dos países mais urbanizados de América Latina.

Dentro da superfície utilizada para a produção agropecuária, a trajetória do país se dá conta de que a maior parte corresponde à produção pecuária. Nos últimos anos se apresentam variações que mostram mudanças significativas na base produtiva do setor agropecuário. Segundo dados do último Censo Agropecuário, realizado em 2011, modificou-se a quantidade de estabelecimentos e a superfície ocupada pelos diferentes ramos produtivos (cf. Tabela 2).

Tabela 2: Porcentagem de superfície agropecuária segundo os principais ramos produtivos

Ramo produtivo	Superfície com produção agropecuária (%)		
	1990	2000	2011
Pecuária (inclui produção leiteira)	88	85	78
Cultivos agrícolas extensivos*	4,4	4	8,3
Monocultivo Florestal	1,2	4	6,5

* não inclui arroz

Fonte: DIEA, 2014.

Nesse novo cenário, registra-se um aumento da superfície ocupada pela agricultura extensiva, na qual predominam os cultivos de verão e entre eles a soja. Como afirma Garcia (2015), na safra 2009/2010 supera-se o recorde histórico de superfície destinada a cultivos agrícolas (que foi de 1,6 milhões de hectares no ano 1957). Enquanto que nas safras 2002/2003-2012/2013, a superfície dedicada a pradarias em rotações agrícola-ganadeiras reduziu em 120 mil hectares e a superfície ocupada por campos melhorados em sistemas agrícolas pecuários em 18 mil hectares (DIEA, 2004-2014). Para este mesmo período, a produção agropecuária em geral quadruplicou-se, enquanto que a produção pecuária aumentou 2,5 vezes e os cultivos agrícolas extensivos (excluindo o arroz) doze vezes⁶. Este crescimento na produção se

⁶Desde o ano 2010, por vez primeira na história do país, a produção

reflete nas exportações agropecuárias, principalmente no caso da soja, cultivo que no ano 2013 ocupou mais de 60% das exportações dos cultivos agrícolas e um quinto do total de exportações do país (Garcia, 2015). Isto vem acompanhado de um incremento substancial do investimento em maquinaria e infraestrutura de armazenagem, necessária para sustentar este tipo de atividade agro-exportadora.

O crescimento na última década da agricultura, com relação à criação de gado e sua trajetória histórica no Uruguai é notório. Tanto no que diz respeito à superfície de produção quanto nos aspectos políticos e econômicos do país. Conforme Garcia (2015) estas transformações ocorrem de maneira associada aos processos de desenvolvimento que ocorrem no país; vinculados principalmente às características de inserção no capitalismo mundial e às suas mudanças ao longo da história.

Nesse sentido, para compreender e contextualizar a AF uruguaia considera-se necessário compartilhar as etapas históricas do campo uruguaio e a reestruturação agrária e social, conforme Oyhançabal (2014). Este autor realiza uma síntese, desde finais do século XIX até a atualidade, onde apresenta as seguintes etapas:

[...] *primer etapa de modernización* (fines del siglo XIX), la consolidación de la estancia como forma social de producción, “el estanciero” como actor y las relaciones de producción basadas en la extensividad del uso del suelo y la mano de obra. En la *segunda etapa de industrialización sustitutiva de importaciones* (ISI) (mediados del siglo XX), además de la continuidad de las formas anteriores, se consolidan y expanden las unidades de producción

agrícola supera à pecuária. No ano 2013 a produção agropecuária representou aproximadamente 15% do PIB, onde 37% correspondeu aos cultivos agrícolas extensivos, 25% a bovinos de carne, 11% à leiteria e 5,3% à florestação (Uruguay, 2014 b, citado por Garcia, 2015). Tal aumento acompanha a evolução do PIB, o qual para o mesmo período quadruplicou-se (de 12 a 55 milhões de dólares) (GARCIA, 2015).

familiar, caracterizadas por la utilización de mano de obra no asalariada (familiar). También en esta etapa se identifica la profundización de los procesos de cambio tecnológico, orientados al aumento de la productividad del suelo y la mano de obra. Continuando, de manera menos intensa el proceso de migración rural. En la *tercera etapa*, de la mano de la *instalación del neoliberalismo* (segunda mitad del siglo XX), emerge el empresario agrícola como actor referente. La intensificación en el uso de los medios de producción caracteriza a estas nuevas formas de producción que, en convivencia con los empresarios ganaderos y la agricultura familiar en crisis, genera nuevas transformaciones en el agro uruguayo. Emergen nuevos mercados de empleo y se consolidan y expanden los complejos agroindustriales. Finalmente en la *etapa contemporánea, neodesarrollista*, se asiste a la expansión del capital multinacional, que concentran e intensifican el uso de la tierra, la tecnología y el capital, tercerizando las tareas e integrando actores de mediación (prestadores de servicios y gerentes de empresas)” (Oyhantçabal, 2014, p. 88).

Conforme as etapas apresentadas, durante a primeira metade do século XX a AF apresenta um crescimento, enquanto que, após as décadas de 1950 e 1960, começou a diminuir o número de estabelecimentos rurais em geral e em maior quantidade daqueles correspondentes à AF (PIÑEIRO; FERNÁNDES, 2002). Esta queda aprofunda-se a partir do ano 2000, passando de 57 mil estabelecimentos para aproximadamente 40 mil no ano 2011, o que corresponde a uma perda de mais de 12 mil estabelecimentos, dos quais 11 mil se caracterizam como estabelecimentos menores de 100 hectares. Esta perda representa um total acima de 20% das unidades de produção em 11 anos (cf. Tabela: Nº 3). Este fenômeno é acompanhado por uma importante dinâmica no setor agropecuário, no mercado de terras do país e na economia em geral.

Tabela 3: número de estabelecimentos segundo a superfície para os anos 2000 e 2011.

2000			2011		Diferença	
Tamanho do estabelecimento	Qtde. estabelecimentos	de %	Qtde. estabelecimentos	de %	Qtde. estabelecimentos	de %
Total	57.115,0	100	44.781	100	-12.334	-21,6
1 a 19	20.575	36	12.089	27	-8.486	-41
20 a 99	15.555	27,2	12.613	28,8	-925	-13,9
100 a 199	6.367	11	5.569	12	-798	-13
200 a 499	6.762	12	6.496	15	-266	-4
500 a 999	3.855	7	3.847	9	-8	0
1.000 a 2.499	2.879	5	2.976	7	97	3
2.500 e más	1.122	2	1.191	3	61	6

Fonte: Elaboração própria com base a dados do DIEA 2000 e 2011.

Atualmente os AF no Uruguai representam 62% do total das explorações comerciais do país, ocupando apenas 15% da superfície explorada. Enquanto que 85% da superfície restante é ocupada por 38% das explorações comerciais não familiares. A produção de alimentos proveniente da AF, representa 70% dos produtos destinados ao mercado interno, dentre os quais se destacam os produtos horti-frutícolas, ramos onde a proporção de AF é muito elevada (representando 84% em 2011) (TOMMASINO, et al., 2014).

Estes atores sociais, no campo uruguaio durante a primeira metade do século XX, segundo Piñeiro e Moraes (2008), recebiam estímulos por parte do Estado para abastecer o mercado interno. Através de créditos, subsídios, controle de preços e intervenção na comercialização. Medidas que foram destinadas a impulsionar o crescimento da produção de hortaliças, frutas, leite, suínos e aves. Desta maneira a AF se conformava por famílias

que produziam alimentos a baixo custo para a classe trabalhadora e para o autoconsumo. Abastecendo os centros urbanos e principalmente a capital do país.

Logo após a década de 1950, e principalmente nas três últimas décadas do século XX, esta população deixa de ser prioridade para as Políticas Públicas⁷. A partir da década de 70, como consequência da política agrária implementada e do processo de reestruturação produtiva, acrescentou-se a concentração da terra e dos principais meios de produção.⁸ Isto gera um processo de expulsão e desterritorialização do trabalhador rural e especialmente da família como unidade produtiva (AF).

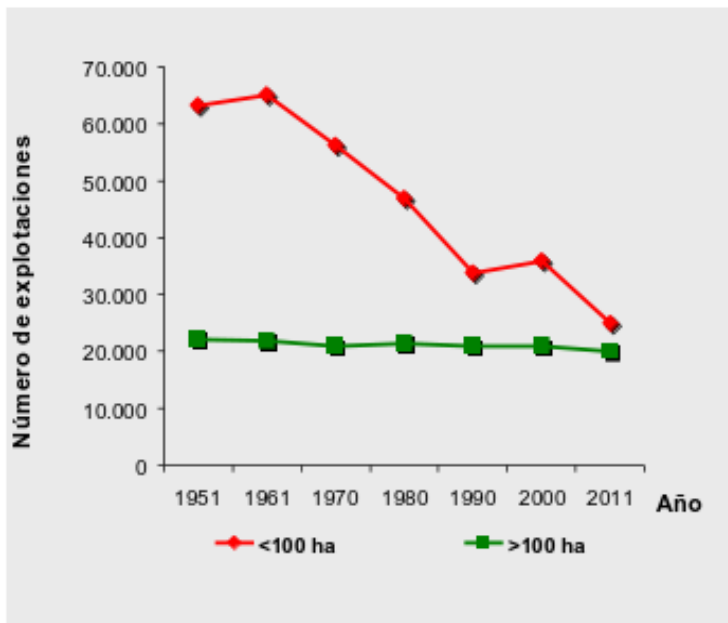
⁷As Políticas Públicas são entendidas como uma ferramenta “... de regulación socio-política que está integrada, entre otros múltiples componentes, por la actuación estatal ... El régimen de acumulación debe materializarse, también, en un modo de regulación socio-política. Esto es, debe tomar la forma de normas, instituciones, hábitos, prácticas políticas, políticas públicas, redes de regulación, leyes, formas culturales. De esa manera, se generan las condiciones de “orden” básicas como para permitir que la dinámica – en este caso capitalista – fluya” (INGOLD, 2009, p.7).

⁸ Conforme Piñeiro e Moraes (2008, p. 22) “Las políticas para el sector agropecuario durante el siglo XX han estado muy ligadas al estilo de inserción internacional que quiso darse al país. Debido al peso de la producción agraria en las exportaciones uruguayas, las políticas para el sector pueden ser entendidas fundamentalmente como políticas para el sector exportador. En este sentido, es posible distinguir dos grandes etapas a lo largo del siglo. Durante la primera mitad del siglo XX el Uruguay creció económicamente en base a la demanda externa de materias primas y alimentos, con un gran coeficiente de apertura hasta los años de la Primera Guerra Mundial, pero hacia 1914 ingresó en una etapa de crecimiento volcado al mercado interno y al desarrollo industrial nacional, que alcanzó su apogeo al comenzar la década de 1950. Durante la segunda mitad del siglo, en cambio, se operó un lento proceso de re-apertura comercial que al cerrar el siglo había re-colocado al país como exportador de productos primarios, en nuevos mercados y con nuevos productos”.

“La política agraria aplicada a partir de la década del `70 tuvo como consecuencia una concentración aún mayor en la distribución de la tierra y de los principales medios de producción, reforzando la extensividad como forma de producción ganadera. La agricultura familiar, que produce para el mercado interno con niveles de demanda decrecientes y teniendo que competir con la importación, se vio claramente afectada, alcanzando niveles de descomposición nunca registrados anteriormente” (Piñeiro, 2001, p. 271).

Desse modo os AF ficam em desvantagem, competindo com os empresários rurais e com a importação de alimentos; veem-se obrigados a migrar para cidades e povoados, fato que acaba levando ao desaparecimento parcial deste estrato social. Nos últimos anos a representação dos AF em nível nacional vem diminuindo com maior intensidade que durante a segunda metade do século XX. Atualmente tem um escasso peso numérico e ainda uma menor superfície controlada (cf. figura N^o 1). Enquanto isso, constata-se um aumento dos empresários (proprietários da terra, latifundiários) que se orientam principalmente a produzir para a exportação.

Figura N° 1. Evolução do número de unidades produtivas agropecuárias no Uruguai



Fonte: García, R. (2013) com base em Piñeiro, 1991 e Censo General Agropecuario 1980, 2000 e 2011.

A Figura N° 1 mostra o número de unidades produtivas entre 1951 e 2011. Período no qual se produziu uma diminuição de 62% das unidades produtivas com menos de 100 hectares. O que explica a desapareção de quase metade das unidades produtivas agropecuárias do país (GARCIA, 2013)⁹. Dentro das unidades produtivas com mais de 100 hectares, se visualiza nos últimos anos um incremento das maiores superfícies.

Atualmente as unidades produtivas com mais de 1.000 hectares equivalem a 9% do total e controlam 60% da terra

⁹ Projeto de pesquisa do Mestrado Profissional em Agroecossistemas, 2013.

(DIEA, 2011), evidenciando-se uma grande concentração do território, em definitiva, uma apropriação e mercantilização dos ecossistemas cujos proprietários são agricultores tradicionais – grandes empresários e “novos agricultores”¹⁰. Estes últimos começam a estar presentes no campo uruguaio junto com o incremento da superfície destinada à agricultura de sequeiro, principalmente a soja (cf. Anexo I).

A área produtiva ficou assim na mão de poucas empresas agropecuárias que se dedicam principalmente à produção e exportação de commodities¹¹. Desta maneira, a expansão do capital agrário que se manifesta na concentração, o anonimato e estrangeirização da terra, avança no Uruguai modificando a base produtiva do setor agropecuário¹².

Isto se reflete também nas ações políticas, como por exemplo, na isenção de tributos, nas zonas francas e na ausência de retenções. Ações que promovem os investimentos de

¹⁰ Segundo Arbeletche e Carballo (2006) dentro da categoria “novos agricultores” encontram-se sistemas de produção do tipo “pool de semeadura”, que ocupam grandes áreas de cultivo e realizam basicamente agricultura contínua sem rotação com pastagens, sendo duvidosa a sua sustentabilidade no tempo, principalmente dos recursos naturais. Estes novos agricultores são produtores sem ativo fixo, arrendatários de terra e de todas as labores a realizar no cultivo, sendo principalmente gerenciadores do negócio, com uma escassa vinculação à terra, a qual exploram durante 4-5 anos, para logo migrar rumo a outras terras. Na maioria dos casos, são representados por empresas de capitais anônimos.

¹¹ Trata-se da matéria prima ou bens primários, considerados como produtos destinados à comercialização.

¹² Isto se expressa também na dimensão ecológica, onde se evidenciam impactos sobre o solo, a água e a biodiversidade. Conforme Pérez Bidegain, García Préchac, Hill, Clérici (2010) nos solos do país o processo de intensificação da agricultura vem provocando um incremento substancial dos riscos de erosão e degradação. O qual se explica pela substituição da rotação de cultivos – pastagens por sistemas de agricultura contínua; pelo incremento da frequência da soja nas rotações, assim como pela expansão da agricultura rumo a regiões não tradicionais com solos com maior risco de degradação.

estrangeiros no setor agropecuário (exemplo na florestação de celulose e no monocultivo de soja). Provocando uma acelerada concentração dos bens naturais e um estrangeirismo da terra, em sua maioria parte por empresas transnacionais. Este capital internacional no agro provocou variações no mercado de terras, empurrando a alta do preço de compra-venda e arrendamento de terras.

Pode-se afirmar, então, que o modelo dominante está caracterizado por um progresso técnico fortemente ligado à agricultura, predominantemente pautado pela artificialização da mesma, porém com tendência a sua estandardização.

“Um modelo de produção intrínseco e necessário para a reprodução da acumulação capitalista baseada na exploração de trabalhadores, na oligopolização da oferta de insumos e produtos e o monopólio da apropriação privada dos recursos naturais” (MARTINS DE CARVALHO, 2014, p. 11).

Conforme assinala Martins de Carvalho, este modelo produtivo tem uma lógica de produção contrária à racionalidade da AF, pelo qual estes atores devem gerar estratégias para adaptarem-se a elas ou não poderiam seguir produzindo aos níveis do mercado capitalista. Este modelo avança sobre o desaparecimento de um modo de produzir e trabalhar a terra, sobre a cultura da AF, a produção para o autoconsumo e para o mercado local, impondo outras relações de trabalho e produção com uma participação desigual na estrutura produtiva que leva a transformar o Modelo Agrícola.

2.1 TRANSFORMAÇÕES NO MODELO AGRÍCOLA DO URUGUAI: A “INDUSTRIALIZAÇÃO” DA AGRICULTURA

A agricultura, segundo Graf (2006, p. 1) “é uma atividade humana de valor econômico cuja finalidade é produzir bens e serviços. Baseia-se na manipulação deliberada de plantas, animais

e do ambiente no qual crescem”. Considera-se que começa a conhecer-se como tal, na época do neolítico (10.000 anos atrás), a partir da “revolução agrícola”. Desde esse momento as pessoas começam a produzir seus próprios alimentos, passando a viver de maneira mais sedentária através da recoleção e domesticação de diversas espécies. Segundo Masoyer e Roundart (2010), o impulso demográfico da Idade Média (século X a XIII) condicionou positivamente a “revolução agrícola”.

Como consequência dos diferentes fatos históricos o ser humano vai modificando seus hábitos e a maneira de se relacionar com a natureza e com as pessoas dessa maneira a agricultura vai se modificando, transitando por diferentes modelos. Neste sentido, a revolução agrícola junto com a revolução industrial (1760 aproximadamente) permitem o avanço da agricultura e a consolidação da propriedade privada da terra, a legislação laboral e o uso da terra, a abolição de servidões coletivas, o desenvolvimento do comércio, etc. (MAZOYER E ROUNDART, 2010). Como observam estes autores, tais processos produziram transformações desiguais na estrutura agrária com um forte fator de diferenciação, aumentando as desigualdades entre camponeses e latifundiários.

No século XX, as duas guerras mundiais contribuíram com as diferenças em nível das relações sociais, determinando diferentes interesses e possibilidades de acesso aos meios de produção e de subsistência, modificando assim os modelos de produção de alimentos e as necessidades humanas. Logo após a segunda guerra mundial implanta-se o modelo da “Revolução Verde”¹³, considerado por alguns autores como a “segunda

¹³ Entende-se por revolução verde o modelo de agricultura industrializada imposto após a Segunda Guerra Mundial, caracterizado pela produção em grande escala de monocultivos industrializados e estandardizados. Pelo uso intensivo de insumos (como fertilizantes químicos sintéticos, agrotóxicos e sementes transgênicas), com alto grau de mecanização e dependência com o mercado internacional. Modelo que materializa um novo vínculo entre os seres humanos e a natureza, fortemente vinculados com o latifúndio e a generalização do trabalho assalariado.

revolução agrícola”.

Na atualidade convivem dois modelos que são contrapostos em relação à produção de alimentos. Um deles é o modelo dominante, baseado na industrialização e artificialização da agricultura, onde os alimentos são considerados uma mercadoria. O outro, é o modelo baseado na produção agrícola familiar e o campesinato, no qual a alimentação é entendida como um direito das pessoas. Ambos modelos têm impactos e consequências sobre territórios¹⁴ concretos de maneira diferente, afetando a soberania alimentar¹⁵. Neste sentido apresenta-se o embate pela sobrevivência para manter um modo de vida que em extinção. Há uma reinvenção aqui da AF, ela também se moderniza, só que de outra forma.

Como consequência do modelo dominante, o uso do solo nas últimas décadas foi realizado para o aumento da agricultura através de um processo chamado “agriculturalização”, que ocorre em nível regional, com características e avanços diferentes segundo as particularidades de cada país. Martins de Carvalho (2014) coloca que para o caso do Brasil ocorrem duas fases relacionadas com o modelo de agricultura artificializada e industrializada. A primeira, ocorre logo após a década de 60 com a expansão capitalista no campo brasileiro. Uma expansão da

¹⁴ Entende-se, como assinala Fernandes (2009), que o território refere-se a espaços sociais formados através das condições construídas pelos sujeitos em suas práticas sociais, em relação com a natureza e entre si. Desta maneira o território toma múltiplas dimensões: sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais.

¹⁵ “La soberanía es el derecho de los pueblos a alimentos nutritivos y culturalmente adecuados, accesibles, producidos de forma sustentable y ecológica, y su derecho a decidir su propio sistema alimentario y productivo ... La soberanía alimentaria da prioridad a las economías locales y a los mercados locales y nacionales, y otorga el poder a los campesinos y a la agricultura familiar, a la pesca artesanal y al pastoreo tradicional, y pone la producción alimentaria, la distribución y el consumo sobre la base de la sustentabilidad ambiental, social y económica...” (Nyéléni, 2007: s/f, citado por Martins de Carvalho, 2013, p. 113).

economia agropecuária e florestal, que se expressa com o avanço da exportação econômica dos recursos naturais e exportação de produtos de origem primários da economia.

Nota-se como muda a forma de produzir, a relação das pessoas com a natureza e a composição das classes sociais no campo (Martins de Carvalho, 2014). Gera-se assim uma concepção dominante sobre o modo de produzir e aceder aos alimentos. Com mudanças como a substituição de sementes crioulas e a incorporação de biotecnologia transgênica. Processo que segundo Martins de Carvalho (2014) podem ser incluídos dentro da segunda fase, na qual se gera

“[...] mecanização intensiva e a automação; a terceirização na prestação de serviços de rotina e a gestão terceirizada das grandes empresas agropecuárias e florestais; a abertura societária dessas empresas, assim como da agroindústria, ao capital estrangeiro, etc. Pode-se sugerir que nova fase do desenvolvimento das forças produtivas se acentuou no contexto histórico da globalização mundial neoliberal após meados da década de 1980 pela adoção pela burguesia agrária de outro modelo de agricultura para o país. Isso significou, [...] a aceitação e incorporação massiva das concepções internacionais dominantes de agricultura capital-intensiva dependente do capital estrangeiro e agroexportadora, incorporando as novas e as renovadas tecnologias que foram acrescentadas ao saber dominante pelos avanços científicos e tecnológicos das forças produtivas mundiais” (MARTINS DE CARVALHO, 2014, p. 4).

Estas dinâmicas foram configurando o modelo dominante em nível regional. Baseado no investimento contínuo de capital constante para incrementar a produtividade da terra e o trabalho. Assim como na consolidação da grande indústria no campo (OYHANTÇABAL e NARBONDO, 2013). Consolida-se assim um modelo que longe de buscar transformar os bens naturais para satisfazer as necessidades locais ou nacionais, ou favorecer a integração regional, persegue sua valorização no mercado

mundial.

No Uruguai, como resposta à revolução verde e similarmente ao que ocorreu nos demais países de América Latina, na década de '80 começam a se gerar modelos de produção alternativos.

“Bajo esta designación se encuentran diferentes corrientes que nacen en los años `20 -`30 del siglo pasado. Permanecen como grupos testimoniales hasta los `70, momentos en que sectores de las sociedades desarrolladas adoptan posiciones ambientalistas más firmes y se inclinan por estilos de vida más naturales, lo cual incluye la alimentación. Se consolidan en los `80 cuando muchas de las críticas al modelo convencional se vuelven evidentes.” (Graf, 2007, p. 5).

Segundo continua colocando este mesmo autor, dentro da agricultura alternativa podem encontrar-se várias correntes.

“... la Agricultura Orgánica (Albert Howard, Índia – Inglaterra; Jerome Irving Rodale, USA), la Agricultura Biológica (Hans Peter Müller, Suíça), la Agricultura Natural (Mokiti Okada, Japón), la Agricultura Biodinâmica (Rudolf Steiner, Áustria) ” (Graf, 2007, p.5).

Estas agriculturas caracterizam-se por apresentar uma proposta de produção de alimentos baseadas em práticas com uma visão integral, nas quais não se utilizam produtos de síntese química, nem transgênicos. Tais práticas consideram fertilizações com adubos orgânicos, rotação de cultivos e controle biológico, entre outros manejos (GRAF, 2007).

Pode-se acrescentar a estas correntes, apresentadas por Graf, a produção agroecológica, que compartilhando as características anteriormente mencionadas apresenta a particularidade de transcender o técnico-productivo, considerando aspectos sociais, econômicos e políticos. No item 2.3.1

aprofundam-se noções sobre a agroecologia, por entender a relevância do conceito. No Uruguai costumava-se aplicar o termo para se referir principalmente à agricultura orgânica. A mesma surge com maior visibilidade na década de 1980, a partir do trabalho de Organizações Não Governamentais (ONGs) junto a produtores fundamentalmente hortícolas e frutícolas da região sul do país. Na década de 1990, estudantes e docentes da Faculdade de Faculdade de Agronomia (Fagro – UR) integram-se a trabalhar com a produção orgânica. Um dos agricultores entrevistados conta que nessa época “... a agricultura ecológica no país havia se desenvolvido sobre um perfil de produtores de nível familiar e pequeno e assentado fundamentalmente no mercado interno...” (ent. 7). Paralelamente, um grupo de produtores agrícolas – criadores de gado vinculados à Associação Rural do Uruguai (ARU)¹⁶ interessa-se pela produção ecológica e seu potencial para acessar aos mercados internacionais (BACIGUALUPE e SALVO, 2007).

Em 1996 cria-se a Associação de Produtores Orgânicos de Uruguai (APODU)¹⁷, reunindo sócios de diferentes

¹⁶ A ARU é uma agremiação de caráter nacional que agrupa aos agricultores tradicionais – grandes empresários, principalmente a latifundiários pecuários. Segundo seus estatutos “... ha tenido y tiene por objeto la defensa y el fomento de los intereses de la producción agraria e industrias complementarias y derivadas, la promoción de los trabajadores rurales, la defensa del interés nacional a través del esfuerzo del medio y del trabajo agropecuario. ” (<http://www.aru.com.uy/institucional.php>)

¹⁷ APODU realiza sua Assembleia Fundacional o 7 de junho de 1997, quando propõe conformar uma organização de primeiro grau que funcione constituída e dirigida exclusivamente com o trabalho de seus associados. Funcionando num regime de Comissão Diretiva Ampliada (C.D.A.), com frequência quinzenal, contando ao mesmo tempo com outras comissões que informam à C.D.A. Exigindo que seus sócios estejam certificados por certificadoras nacionais. Esta organização se estruturava em 4 regionais autônomas (Leste, Oeste, Norte e Sul), com a finalidade de buscar incidir politicamente como organização que se colocava estratégias que lhes permitisse agir em melhoras da produção e comercialização, bem como na defesa e promoção da agricultura

municípios, caracterizados principalmente pela produção de frutas e verduras, ervas aromáticas e medicinais, apicultura e leiteira. Essa associação tinha como objetivos promover, difundir e defender a produção e os produtos orgânicos, bem como incentivar o intercâmbio e a comunicação entre os produtores orgânicos em todo o país (BLUM, 2007).

Prosseguindo com a reconstrução histórica, é importante mencionar o papel que começou a cumprir o Estado na década de 1990. Segundo BACIGALUPE e SALVO:

“Un año más tarde, en 1997, el Estado incorpora en sus políticas de desarrollo la producción orgánica a través del Programa Nacional de Producción Orgánica, coordinado por el Programa de Reconversión y Desarrollo de la Granja del Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca (MGAP) y la Agencia de Cooperación Alemana GTZ. En el marco de este programa se crea un Comité Coordinador integrado por representantes de diversos sectores relacionados al sector (estaba integrado por delegados de APODU, representantes de certificadoras, comercializadoras, integrantes de instituciones como la Facultad de Agronomía, el INIA y la Junta Nacional de la Granja).

En el mismo año, se crea otra de las certificadoras en producción orgánica, URUCERT, una organización civil sin fines de lucro. En ella estaban representadas gremiales de pequeños y medianos productores (Comisión Nacional de Fomento Rural), grupos y cooperativas de productores ecológicos y Organizaciones No Gubernamentales de promoción de la agroecología (CEUTA, IPRU, REDES-AT, Centro Emmanuel, Foro Juvenil, Restitución a la vida)” BACIGALUPE y SALVO (2007, p. 23).

orgânica, de maneira descentralizada, o que lhe permitiu desenvolver uma estratégia nacional. http://www.actaf.co.cu/revistas/revista_au_1-18/AU17/05%20apodu.pdf

Na década do 2000 o MGAP se começa a exigir às certificadoras de produtos orgânicos o cumprimento de normas específicas como requisito do mercado globalizado, de modo a aceder a canais comerciais de exportação. Especialmente impulsionado pela crescente demanda do mercado com relação à carne orgânica uruguaia.

No ano 2004 surge a Rede de Sementes Crioulas e Nativas (comumente chamada Rede de Sementes Locais), integrando a AF, Fagro e REDES-AT¹⁸, tendo como objetivo principal

“... el rescate, producción, intercambio y revalorización de variedades criollas o tradicionales, para aumentar la disponibilidad de semillas para la producción familiar (ya sea para el autoconsumo o el abastecimiento de mercados locales) en el marco del fortalecimiento de la soberanía alimentaria” (Red de Semillas locales, 2014)

No ano 2005 conforma-se a RAU, a partir do trabalho conjunto entre APODU e a Associação Certificadora da Agricultura Ecológica de Uruguai (URUCERT), procurando defender a AF de maneira a promover outro sistema de certificação para os produtos orgânicos e fortalecer-se como coletivo.

2.1.1. Como se manifestam as relações de produção e trabalho no Uruguai?

Entende-se aqui que a lógica dos AF, que é a de maximizar as possibilidades de reprodução social da família, tem três componentes fundamentais: a produção para o mercado, a produção para o autoconsumo e a venda de força de trabalho no mercado. Gera-se, assim, um vínculo com o mercado de insumos, de produtos, de terra, de dinheiro e de trabalho, fato que coloca

¹⁸ Redes AT – Uruguai, é uma ONG sem fins lucrativos, integrante da federação de grupos agroecologistas “Amigos da Terra Internacional”.

em condições de subordinação estes sujeitos sociais. A transferência de excedentes dos AF os coloca em um lugar de destruição e de reprodução como classe subordinada. De modo que as formas têm que gerar resistência¹⁹, o que resulta nos mecanismos para a diminuição da extração de excedentes como forma de oposição à mercantilização (PINEIRO, 1985).

Este autor propõe que a resistência pode se dar de maneira individual ou coletiva (organizando-se frente ao Estado e a outras classes dominantes). Um dos mecanismos através dos quais os AF podem resistir de maneira individual e permanecer no meio rural é vendendo sua força de trabalho. Quando se combina com o trabalho dentro do estabelecimento, isso se torna uma estratégia que atualmente se conhece por pluriatividade. O que pode levar à proletarização total da família e fim da AF.

Martins de Carvalho (2013), ao debater sobre a Comunidade de Resistência e Superação²⁰, analisa as possibilidades de redução do vínculo com o mercado e sugere mudanças nas concepções e práticas que fazem a reprodução da AF. Neste sentido, para evitar a proletarização dos AF, o autor sugere a retenção de um possível excedente gerado sobre o trabalho e/ou quando se vendem as mercadorias (tanto nos mercados estabelecidos como em outros ainda a serem criados).

¹⁹

Se entende que a resistência dos AF se dá através de ações que lhes permite enfrentar o modelo dominante, buscando melhores condições de vida. Ações que lhes permite trabalhar, produzir, consumir e viver, superando as dificuldades e satisfazendo as necessidades da família. De modo a construir um projeto viável no social e econômico, no qual se garante a reprodução social da família no meio rural.

²⁰

A colocação de Martins de Carvalho sobre a CRS, trata de contribuir e problematizar a exclusão social massiva de pequenos agricultores familiares e de famílias extrativistas provocada pelo processo de acumulação capitalista e de modo a buscar alternativas para a conjuntura. O mesmo autor ainda indica que ela deveria ser considerada como instrumento para o desenvolvimento da consciência crítica e para abrir caminhos de resistência ante a opressão capitalista, que se expressa na exploração econômica e na dominação política (Martins de Carvalho, 2013).

Estas propostas “se articulan con una nueva praxis en la producción y en las relaciones con el ambiente...” (Martins de Carvalho, 2013, p. 325). Trata-se de dizer que eles não podem ser considerados de maneira isolada, apenas dentro de uma proposta na qual se reconhecem os movimentos e a as organizações sociais como sujeitos coletivos capazes de resistir ativamente na terra e propondo mudanças nas estruturas sociais que implicam alianças com as classes sociais do campo e da cidade.

Se retomam aqui as colocações de Piñeiro que diz que através da venda da força de trabalho se diminui o vínculo com o mercado de produtos por gerar dinheiro pelo trabalho externo, ao mesmo tempo, se diminui a força de trabalho dentro do estabelecimento. Isto provoca uma queda na produtividade, diminuindo também os produtos gerados. O que pode levar a um maior assalariamento da família e menor da agricultura familiar. Nestes casos ocorrem também outras fontes de renda fora do estabelecimento através da segurança social como com pensões, aposentadorias e outros benefícios familiares (quando há escolares). Segundo este mesmo autor, com exceção das aposentadorias que são uma fonte de renda deferida, os outros componentes geram renda. De tal maneira que permitem reduzir a extração de excedentes através da diminuição do vínculo com o mercado de produtos, já que geram uma tensão como categoria social que tende à proletarização.

As relações de trabalho entre os sujeitos desta categoria social se apresentam entre integrantes de uma mesma família ao combinar mão de obra familiar para trabalhar sobre a terra que possuem. Assim como entre aqueles que vendem os produtos agropecuários (e compram insumos) no mercado e as pessoas que negociam com eles. São geradas, então, relações com o mercado capitalista, de modo que se pode entender como acúmulo de riqueza, o que permite que a família se capitalize. Neste sentido, Piñeiro destaca que existem dificuldades para compreender esta categoria devido a sua heterogeneidade que se apresenta quando se nota seu poder de acumular capital (a mesma foi detalhada no item 2.1).

Um componente particular presente desde a década de

1970 é a combinação entre o agro e a indústria. Aspecto que, junto com a consolidação das cadeias produtivo-comerciais, mostra a reprodução característica do modelo frigorífico-exportador. Este processo gera diversas situações trabalhistas nas unidades de produção que são desconhecidas da maioria das pessoas (ao menos inicialmente): reforça a fragmentação social e amplia a capacidade do capital de fazer uso desta diversidade de situações e sua disposição

Aprofunda-se, assim, a subordinação e se complexificam suas combinações, utilizando a base de exploração que é a força de trabalho. Desta maneira, ao se acentuar a expansão capitalista no *agro*, se desintegram as formas de produção preexistentes, se altera a localização e o espaço das unidades produtivas, os distintos tipos de produtores e seus relacionamentos (LEMA y FERNANDEZ, 2008). Se impõem outras relações de trabalho e produção, com uma participação desigual na estrutura produtiva

Partindo do que já se disse, a AF se encontra em uma situação de fragilidade frente ao modelo dominante. Com dificuldades para seguir vivendo e produzindo (resistindo) no meio rural. Neste sentido, se considera necessário pensar novas propostas. Em outra práxis produtiva, pensar pela AF uma forma de transição, ou através dela construir a transição, onde a solidariedade pode ser compreendida como tal, superando o lucro. Cabe destacar, como um questionamento, se é uma forma de transição ou de resistência, de modo a favorecer a produção de alimentos através da AF com uma tendência a reverter o processo de diferenciação social e a subordinação.

2.1.2 O papel das políticas públicas

Como se mencionou no item dois, as políticas públicas vinculadas à AF no Uruguai variam segundo diferentes momentos históricos. De modo que se apresentam períodos com maior impacto na promoção e no desenvolvimento de tal extrato social e de outros, como o atual em que se veem sinais de contraproposta

em relação à promoção da AF²¹.

Cabe destacar algumas políticas que se desenvolvem ao longo do tempo, como a lei de criação do *Instituto Nacional de Colonización* no ano de 1948 e que dá lugar a um ente que nasce a partir da comissão de Reforma Agrária no ano de 1945. Esta instituição tem a responsabilidade de distribuir a terra à AF e assalariados rurais, gerando facilidades e considerando a mesma como um bem social. Atualmente, em consonância com o avanço do capitalismo, a política colonizadora mostra uma grande retração²².

Outro ente estatal vinculado à AF é o *Movimiento de Erradicación de la Vivienda Insalubre Rural* (MEVIR), criado em 1967 com o propósito de construir moradias com melhores condições higiênicas do que as consideradas insalubres, tanto no meio rural quando em pequenos povoados do interior do país²³.

Segundo Ingold (2009), nas últimas décadas, o Estado vem dando sinais contraditórios em relação às ações para aumentar a produção e para diminuir as desigualdades sociais. Estas ações são escassas e insuficientes em relação ao fomento

²¹ A situação atual responde à política econômica das últimas três décadas, caracterizada pela abertura do mercado (liberação da economia e abertura do mercado internacional) e a importação de alimentos, entre outros fatores conforme mencionado no Capítulo 1.

²² Como diz Ingold “... a principios del nuevo siglo incluso se piensa en cerrar las puertas del Instituto Nacional de Colonización. Si bien la disponibilidad de recursos es un factor muy fluctuante a lo largo de toda la historia del ente, considerando como indicador la incorporación de tierras al sistema, la década del `90 y fuertemente inicios de 2000, son tiempos de verdadera retracción” (Ingold, 2009, p. 17). Frente a este possível fechamento do INC, destaca-se a resistência sustentada por organizações sociais e alguns atores institucionais. Em relação a tal resistência, Guedes et al (2015), ao analisar indicadores de luta social de classe no Uruguai atual, colocam a mesma como um primeiro impulso para o começo no novo século.

²³ A execução desta política esteve vinculada ao voluntariado. Sendo dirigida por uma Comisión Honoraria eleita pelo Poder Ejecutivo, ou seja, foi executada por um organismo público não estatal (não existe uma instituição estatal para a mesma) (INGOLD, 2009).

que se gera para a acumulação de capital, negócios privados, inversões estrangeiras, etc., intensificando os processos de diferenciação social. Tais ações formam parte das políticas compensatórias dos efeitos negativos da política econômica. Neste sentido, durante os últimos tempos, o governo tratou de impulsionar a AF com uma estratégia que buscou compatibilizar este tipo de produção com o modelo do agronegócio. Algumas de suas consequências e resultados foram apresentados no Capítulo 1, ao contextualizar a produção de alimentos no Uruguai.

Em relação às políticas geradas nos últimos anos, cabe destacar os diferentes projetos desenvolvidos desde o ano de 2005, com programas de desenvolvimento rural (Uruguay Rural²⁴) e da criação da *Dirección General de Desarrollo Rural* (DGDR) do MGAP. Os quais, resumidamente, buscam diminuir a pobreza rural através de subsídios e benefícios para a AF com um forte componente assistencial focados, principalmente, à política de terras, ao acesso à tecnologia, à incorporação nas cadeias produtivas e assistência técnica como apoio produtivo. Propostas que se caracterizam por promover processos organizativos e promover a participação. Em relação a isto, compartilha-se das ideias de Ingold ao questionar a exigência desses programas para com a conformação de grupos de AF, assim como a obrigatoriedade do trabalho de forma coletiva, baseado em valores cooperativos. Quando geralmente não se prepara para este tipo de experiências “... los valores predominantes no contribuyen, las formas jurídicas de organización no siempre acompasan, la producción convencional no apuesta a lo colectivo, más bien está hegemonizada por

²⁴ Segundo informe do MGAP “El proyecto Uruguay Rural desarrolló un par de herramientas retornables: Fondos Rotatorios de corto y largo plazo administrados por organizaciones de productores, y el Programa de Microcrédito con tres tipos de líneas (producción, libre disponibilidad, y vivienda) gestionado con una ONG especializada (Fundasol). Más tres tipos de herramientas financieras a fondos no reembolsables al MGAP: microcapitalizaciones, inversiones productivo-prediales e inversiones estratégicas para el desarrollo local” (OPYPA, 2011, p. 423).

valores individualistas y empresariales...” (Ingold, 2009, p. 26). Neste sentido, assim se continuam as ditas modalidades de implementação de políticas para este setor, considera-se pouco provável que se obtenham resultados favoráveis.

Por último, se acorda com as discussões de Piñeiro y Fernandez (2008) em relação ao vínculo entre as políticas públicas e as organizações rurais. Segundo estes autores, as organizações atuam como um grupo de pressão sobre as políticas públicas e sobre outras medidas que o Estado possa tomar em favor ou não da AF. Destaca-se que existe um forte vínculo entre as políticas públicas e a CNFR. Esta organização tem um vínculo com as políticas desde suas origens, já que se cria com forte apoio do Partido Colorado e o período Batllista (ver nota rodapé num. 31).

Em função disso que já foi mencionado, se considera pertinente aprofundar as possibilidades de sobrevivência, resistência e superação da AF. Para tanto, é necessário pensar outras propostas que surjam, como propõe Sarachu (2006, p.3), “Desde la recuperación y reinención de la política que no se reduzca al Estado, al gobierno o a la cuestión institucional, sino que se identifique con valores, perspectivas de futuro, democracia, sociedad civil y ciudadanía” com uma tendência a reverter o processo de diferenciação social e subordinação dos AF como atores sociais. Para tanto, é necessário que as organizações vinculadas a este extrato social criem estratégias com propostas alternativas.

2.2. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO ESTUDADA

A região de estudo inclui áreas rurais, urbanas e periurbanas²⁵, onde se encontram as famílias agricultoras

²⁵ Entende-se que as **áreas rurais** são “espacios en los que predominan: o bien las actividades productivas del sector primario, y contienen las trazas de infraestructuras, sistemas de transporte, instalaciones industriales, generación energética, población y servicios, todos ellos dispersos; o bien las áreas naturales con diverso grado de modificación. Los espacios rurales, componentes de la estructura

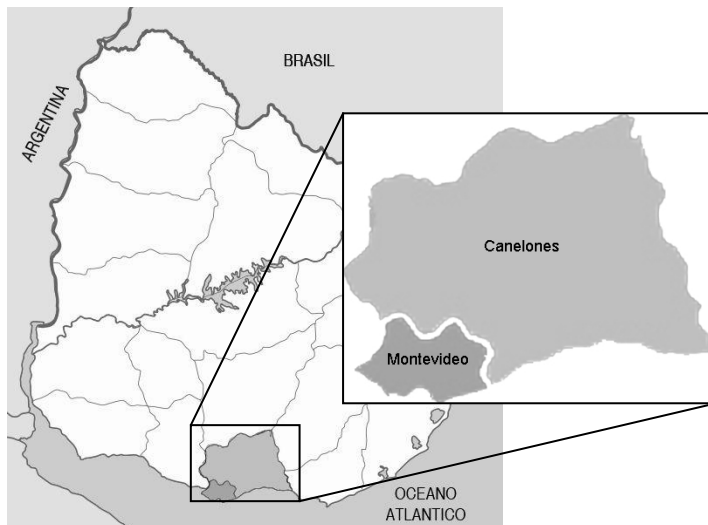
pertencentes à regional Toronjil da RAU (cf. Figura 2). Abrange parte do mercado da Área Metropolitana²⁶, dentre isso uma parte dos municípios de Montevidéu (capital do país) e Canelones²⁷.

territorial, guardan relaciones interactivas con las áreas urbanas a las que rodean. Las áreas urbanas, son espacios que contienen la población nucleada, en los que prevalece como uso del suelo el soporte de construcciones, infraestructuras y servicios, incluyendo espacios con vegetación destinados a esparcimiento. Constituyen el espacio territorial de mayor desarrollo de actividades secundarias y terciarias. Estos espacios urbanos, componentes de la estructura territorial, guardan relaciones interactivas con las áreas rurales circundantes. El área periurbana, es el espacio que rodea las áreas urbanas, por lo general con densidad relativamente más baja en tanto la subdivisión territorial se caracteriza por predios de mayor superficie que los del área urbana pero menores a los del área rural circundante. Estos espacios son funcionalmente una mixtura de usos del suelo, viviendas dispersas y actividades agroproductivas, o simplemente baldíos. La amplitud de estos espacios varía de acuerdo a las características del centro urbano asociado y a los accidentes geográficos del entorno” (CANEPA, 2011, p. 13).

²⁶ Como assinala CANEPA (2011, p 11), considera-se que as áreas metropolitanas são “... ámbitos territoriales complejos, donde conviven los más importantes procesos socio-económicos contemporáneos. Manifestándose como tendencias de expansión-vaciamiento poblacional, concentración dispersión de las actividades económicas, marginalidad-integración social y valorización-deterioro de las calidades ambientales”.

²⁷ O território uruguaio encontra-se dividido em 19 municípios, cada um com governo Municipal. Existe um terceiro nível de governo (distrito), criado em 2010, a partir da Lei de “Descentralização política y Participación ciudadana”. Disponível em: <http://www.parlamento.gub.uy/leyes/ AccesoTextoLey.asp?Ley=18567&Anchor=>.

Figura Nº 2: mapa de Uruguay com foco em Montevideu e Canelones



Fonte: Google Maps.

Conforme mencionado anteriormente, nesta região situa-se também a área de influência do PIM (cf. Apêndice B). Trata-se de uma região com trajetória histórica vinculada à AF, dedicada principalmente a produzir alimentos para o mercado interno. Segundo o anuário de OPYPA (2014), aproximadamente 70% dos estabelecimentos comerciais que declaram como ingresso principal os hortifruti e a viticultura (incluindo citricultura) situam-se nos municípios de Montevideu e Canelones (CORTELEZZI Y MONDELLI, 2014), sendo este último o município com maior quantidade de agricultores familiares de todo o país (DIEA, 2011).

Canelones possui uma superfície de 4.536 quilômetros quadrados. Além de sua costa sobre o Rio da Prata, ao sul, faz divisa com Montevideu, ao oeste com o município de San José, ao norte com Florida e ao leste faz divisa com Lavalleja e Maldonado. Conta com vinte e nove distritos distribuídos em

todo seu território. Dentro desse município, a região de estudo situa-se na região sudeste.

O município de Montevideu possui uma superfície total de 530 quilômetros quadrados. Limita ao oeste com o município de São José e ao norte e leste com o município de Canelones. Ao Sul tem costa sobre o Rio de la Plata, onde se situa o principal porto do país. A região de estudo abrange uma parte do nordeste de Montevideu (onde está parte do Distrito F).

Segundo a informação que surge dos censos agropecuários, no município de Canelones, durante os últimos dois anos o número de estabelecimentos menores que 100 hectares teve menos 2.986 unidades produtivas (cf. Tabela 4), o que corresponde à maior perda de AF, em termos absolutos, para todo o país.

Tabela 4: Quantidade de estabelecimentos segundo superfície de exploração

		Total		1 a 100 has		100 a 500 has		500 a 1000 has		1000 y más has	
		2000	2011	2000	2011	2000	2011	2000	2011	2000	2011
Total país		57115	44.781	36130	24702	13129	12065	3855	3847	4001	4167
	Canelones	10709	7.790	10093	7107	541	607	54	54	21	76
	Montevideo	1363	1.317	1348	1300	14	15	1	2	0	0

Fonte: DIEA, 2010 - 2011

Isto se reflete também na superfície explorada segundo uso do solo (cf. Tabela 5). Neste sentido, os dados do censo agropecuário mostram como nos últimos doze anos, para os municípios de Canelones e Montevideu existe uma diminuição da superfície nos ramos associados à AF (como os cultivos de horta). Assim como, um aumento na superfície destinada à agricultura de seca, tanto para cultivos cerealistas e industriais como para forrageiros anuais.

Tabela 5: Aproveitamento da terra: superfície explorada (hectares) por uso de solo, segundo o município

	Frutas cítricas	Otros frutales	Viniedos	Cultivos de huerta	Cultivos cerealeros e industriales	Cultivos forrajeros anuales	Praderas artificiales	Campo natural	Tierras improductivas y espejos de agua
Total país 2000	21.659	10.490	9.382	34.695	597.533	417.529	1.195.979	11.667.747	212.072
Total país 2011	18.488	15.481	7.450	16.935	1.545.889	591.865	933.888	10.517.836	194.787
Canelones 2000	824	5.718	5.859	16.212	6.840	17.660	56.204	180.767	4.198
Canelones 2011	866	3.946	4.654	7.754	13.607	25.169	46.411	180.174	6.280
Montevideo 2000	359	2.838	1.344	2.122	122	214	585	5.386	882
Montevideo 2011	268	2.084	997	1.452	432	291	989	6.093	1.197

Fonte: elaboração própria com base em dados DIEA 2000 y 2011.

Evidencia-se como a agricultura de seca avança em municípios com história de produção vinculada à horti, fruti e viticultura. Produção que se associa historicamente à AF, a qual se desloca para áreas urbanas e peri-urbanas mais próximas. Nos últimos anos, para a região de estudo se constatou uma diminuição na população rural assim como das unidades produtivas dedicadas à AF. Segundo informação do Instituto Nacional de Estatística do Uruguai (INE) nos municípios de Canelones e Montevideu a população rural diminuiu 13% e 73%, respectivamente (INE, 2004 e 2011). Enquanto que as unidades produtivas menores a 100 hectares, entre ambos municípios, diminuiram 27% nos últimos onze anos (DIEA, 2000 e 2011).

A região mais próxima à capital do país caracteriza-se por sofrer, nos últimos anos, maiores processos de urbanização, os quais provocam transformações como consequência da especulação sobre o valor do solo e a expansão dos serviços e da

infraestrutura. Processos que se observam também em outros países latino-americanos, apresentando-se como denominador comum nos países com modelo neodesenvolvimentista.²⁸ As mudanças nesse território se realizam em retrocesso da atividade agropecuária próxima às áreas urbanas. Fundamentalmente vinculadas à AF dedicada historicamente à hortifruticultura (CÁNEPA, 2011).

Como consequência destas diferenças, geram-se conflitos²⁹ pelo uso da terra, que começam a estar presentes com maior visibilidade, no eixo de Camino Maldonado – Ruta Nacional Nº 8 (municípios de Montevideu e Canelones), logo da instalação de uma zona franca (Zonamerica) no ano 1990. O devir de “Zonamerica” provocou inúmeras mudanças. Entre elas a regulamentação do uso do solo, incluindo modificação no Plano de Ordenamento Territorial. Deste modo realizou-se a reclassificação do solo passando de rural a “potencialmente transformável”, para finalmente declara-lo como solo urbano³⁰ (FALERO, 2012). Modificação que foi promovida pelo governo

²⁸ Segundo Harvey (2012) este modelo é implementado através de economias caracterizadas por um forte crescimento. Dinamizado por meio da renda dos bens comuns onde o rol do Estado é ativo instituindo um novo modo de regulação. Entre os bens comuns se encontra a terra através dos produtos agropecuários.

²⁹ Conforme a Comissão Pastoral da Terra - CPT (2013), os conflitos são as ações de resistência e enfrentamentos que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Esses conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas.

³⁰ Desta maneira como expressa Falero (2012) ocorrem processos “de polaridad entre centros de acumulación y regiones periféricas”. Estas mudanças surgem ao atrair atividades de logística e serviços, atividades financeiras e de deslocação administrativa, de gestão e de processamento de informação em geral. Trata-se então de um processo com ativo protagonismo estatal, que costuma estar associado à geração de mudanças e danos irreversíveis em nível da natureza. Expresse com características violentas que se visualizam na antagonônica paisagem da região, tanto nos aspectos sociais como ambientais e econômicos.

municipal, contribuindo assim com o deslocamento da AF da área metropolitana de Montevideu e Canelones.

Um estudo realizado desde o município nas áreas de influência do PIM dá conta do fato de que variaram as formas de uso e ocupação do solo³¹. Isto se reflete no tecido produtivo que recebeu o impacto da localização de outros usos próprios de sua condição metropolitana (MARTINEZ, 2007). Desta maneira, os terrenos adquirem maior valor, sendo comercializados principalmente pelo setor industrial de logística e serviços. Neste sentido, um informe apresentado pelo Ministério de Vivenda, Ordenamento Territorial y Medio Ambiente (MVOTMA), dá indícios de que a expansão no território por usos urbanos (residenciais ou não) substitui a produção agrícola familiar.

“... las áreas rurales productivas del Área Metropolitana constituyen un capital social y cultural con una larga historia productiva vinculada al mercado de consumos montevideano. Sin embargo, se constata el abandono de predios destinados a la producción agropecuaria, en razón de las incompatibilidades entre los usos históricos y los usos más recientes y la imposibilidad de competir con los valores del suelo urbano que estos usos introducen (GILMET, 2011, p. 24).

³¹ Em Montevideo, na área delimitada pelo atual distrito F, encontram-se experiências de produção de alimentos em nível familiar e comunitário. Existe uma região próxima ao atual anel perimetral, com maior trajetória histórica de agricultura familiar. Dedicada principalmente à horti, fruti e viticultura. Estes produtos destinam-se principalmente ao autosustento e/ou a venda em mercados locais, em maior ou menor quantidade conforme o momento e a situação socioeconômica do país. Cabe salientar que durante a crise de 2002, geraram-se experiências de hortas comunitárias com o objetivo de sanar a necessidade de alimentos da população mais empobrecida, através de uma produção primária de subsistência localizada em assentamentos irregulares e bairros vizinhos. A experiência se caracterizou pela criação de animais de granja e pequenas parcelas de hortas precárias (SCEAM - Alimentando Soberania, 2009).

Desencadeiam-se assim outras problemáticas territoriais, como a deterioração do solo e o avanço da superfície atualmente considerada improdutiva de áreas que ficam sem uso algum, devido à menor rentabilidade da produção agropecuária em relação ao trabalho em outros setores da economia local (SCARLATTO, et al, 2001). Provocando desaparecimento de AF, assim como também a perda de área de solo dedicada à atividade agropecuária. Os AF que são expulsos por este modelo neodesenvolvimentista passam a vender sua força de trabalho, seja como assalariados rurais, permanecendo no campo, seja vendo-se obrigados a viver nas cidades.

A população rural que permanece na região procura diversas estratégias de modo a poder continuar produzindo e morando ali. Em alguns casos, a estratégia consiste na venda da terra, o que impede que a família continue produzindo alimentos como fonte de renda principal, mas que a deixa vivendo no estabelecimento e trabalhando fora do seu espaço, como assalariados dentro do estabelecimento. Em outros casos, a estratégia consiste em organizar-se, permanecendo na região e buscando alternativas coletivas, seja através das ofertas institucionais, que promovem a organização em forma coletiva para integrar-se a programas de assistência, ou por iniciativa das pessoas que procuram agrupar-se independente dessas “promoções” institucionais. Na região encontram-se, também, combinações de ambas estratégias, bem como experiências que são promovidas através de ONGs.

2.3. EXPERIÊNCIAS ASSOCIATIVAS DE AGRICULTURA FAMILIAR NA ZONA DE ESTUDO

Nos municípios de Montevideu e Canelones encontram-se 26 entidades de primeiro grau associadas à CNFR³², organização

³² A CNFR surge em 1915 como organização de segundo grau que congrega entidades de pequenos e medianos produtores de todo o país. Segundo Piñeiro y Fernandez (2011), é a maior e mais antiga organização que representa à AF. Origina-se como instrumento de ação

que atualmente congrega através de diversas organizações como as Sociedades de Fomento Rural e cooperativas agropecuárias com um total de 15.000 AF de todo o país (CNFR, 2014). A maioria de seus representantes concentram-se no sul e oeste do país, onde se encontram principalmente os AF hortícolas, frutícolas, leiteiros, etc. Segundo expressa um documento da referida organização:

“ ... la AF históricamente ha buscado construir un camino propio por medio del asociativismo (Sistema de Fomento Rural, Cooperativismo, grupo de productores no formalizados, etc.), para la producción de alimentos básicos, el desarrollo de relaciones de economía solidaria, la industrialización, la diferenciación de sus productos, la generación de canales de comercialización locales y regionales, la conservación de semillas y razas criollas y, sobre todo, construyendo una vigorosa base de conocimientos y recursos tecnológicos generados a partir de la acumulación de varias generaciones.” (CNFR, 2014).

Como experiências associativas geradas nas últimas décadas, com forte presença na região de estudo, encontram-se a Rede de Sementes Crioulas e a Rede de Agroecologia do Uruguai. Ambas as redes caracterizam-se por ter maior quantidade de integrantes na região sul do país, em comparação ao total de Uruguai³³.

gremial rural numa época caracterizada por uma forte intervenção do Estado, período “batllista” no qual se questionou fortemente a estrutura agrária do país e em particular o papel do latifúndio e a produção pecuária. Neste sentido a CNFR é criada para opor-se a ação gremial da ARU e da Federação Rural do Uruguai (representantes dos pecuaristas).

³³ Conforme dados fornecidos por técnicos da RAU, aproximadamente 80% de seus integrantes são AF. Embora a organização não conta com cifras atuais no tocante ao número exato de integrantes, no último encontro nacional (realizado em 2012) participaram entorno de 160 sócios de todo o país. Quanto à Rede de

A Red de Semillas está integrada por AF e coletivos que produzem alimentos. Seus integrantes se caracterizam por compartilhar “... uma forte valoração das sementes, em particular das variedades crioulas” (Red de Semillas, 2014, p. 3). Seu objetivo principal é o resgate, produção, intercâmbio e revalorização de variedades crioulas ou tradicionais, no marco do fortalecimento da soberania alimentar.

A partir dessas redes geram-se vínculos e estratégias de organização que promovem um modo diferente de produzir e relacionar-se, através de uma proposta política global que procura transcender as particularidades de seus integrantes com estratégias coletivas (PRO.C.RE.AS, 2012). Desta maneira, gera-se uma busca de alternativas viáveis que permitam enfrentar os conflitos territoriais que se apresentam como consequência do sistema de produção dominante.

2.4 REDE DE AGROECOLOGIA DO URUGUAI

“... la red de agroecología nació muy permeada por el tema de la certificación pero tenía un objetivo mucho más trascendente, político, de herramienta de difusión de toda una alternativa para la agropecuaria...”
(ent. 7)

A Rede de Agroecologia do Uruguai surge no ano 2005 como resposta à necessidade de gerar um novo sistema de certificação para os produtores orgânicos a partir de um acordo

Sementes Locais, a mesma “está conformada por mas de 200 establecimientos familiares, involucrando mas de 350 productores y productoras distribuídos en los municipios de Montevideú Maldonado, Colonia, Paysandú, Cerro Largo, Canelones, Rocha, Tacuarembó, Treinta y Tres, Lavalleja, San José, Salto y Artigas”, dos quais 50% encontram-se no sul do país, majoritariamente em Canelones (Red de Semillas Locales, 2014). (Documentos e informação fornecida por técnicos/as 2015 - correio electrónico).

gerado entre APODU e URUCERT. Desta maneira ambas organizações geram um mecanismo para promover a transição rumo a outro sistema de certificação que começa a ser promovido e sustentado pela RAU. Neste processo se consegue que o novo Sistema de Certificação Participativa seja incluído no marco legal com o mesmo status que a certificação de terceira parte.

Deste modo as pessoas envolvidas nos coletivos que fundaram a RAU conseguiram enfrentar uma dificuldade imposta desde o MGAP. Instituição que na década de 2000 começa a exigir às certificadoras de produtos orgânicos o cumprimento de normas específicas (ISO)³⁴ para poder cumprir com as exigências próprias do mercado globalizado, de modo a acceder a canais comerciais de exportação. Sobre a origem da RAU, segundo relata um dos agricultores da rede, tudo aconteceu a partir da crise gerada pela doença denominada “mal da vaca louca”³⁵

“fueron los años en que a raíz de la vaca loca surgió un interés muy grande de los mercados internacionales en acceder a la carne ecológica, las multinacionales de la carne empezaron a explorar y el país se convirtió en una vedette, hubo un interés, con todo el problema de la vaca loca se aumentó el diferencial de precio de las carnes ecológicas ... y empieza una creciente exportación e interés por la carne ecológica ... en pocos meses la redacción por parte del director del ministerio de cuatro decretos para un marco normativo de la agricultura orgánica del Uruguay que nos dejaba a todos

³⁴ International Organization for Standardization – ISO é uma entidade de padronização e normatização criada em Genebra, na Suíça, em 1947.

³⁵ A Doença da Vaca Louca, cientificamente chamada de Encefalopatia Espongiforme Bovina, é uma doença “causada por prions, que são agentes infecciosos que se instalam no cérebro e levam à sua destruição, provocando sintomas comuns à demência que incluem dificuldade para pensar ou falar, por exemplo”.Contamina humanos quando a carne de animais contaminados é consumida.Fonte: <http://www.tuasaude.com/doenca-da-vaca-louca/>

afuera porque era pensado, era una copia reflejo de la normativa europea, japonesa y estado unidense. Entonces eso iba a obligar a que para tener el sello de orgánico o hablar de agroecología o vender a cualquier feria o supermercado ibas a tener una certificación de la aceptada por la UE, EEUU y Japón, que suponía el desarrollo de la ISO 65 y las auditorías internacionales... hay todo un cambio y la oportunidad de parar esos decretos denunciando. Y ahí a contra reloj ... **APODU denuncia esos decretos y logra formar un grupo de trabajo en una negociación con el MGAP que logra introducir la certificación participativa ... y surgió el apremio de crear una red con todos los sectores involucrados en la visión agroecológica, la necesaria, abierta con consumidores, la urbanidad, técnicos...**” (Ent.7, grifos nossos).

Evidencia-se como o surgimento da RAU ocorre no marco de contradições, tensão e interesses contrapostos. Entre as pessoas que participaram nas organizações e instituições fundadoras da RAU também existiam diferentes interesses que finalmente resultaram complementares. Por um lado, procurava-se um dispositivo que permitisse promover uma estratégia para enfrentar as exigências do mercado. Por outro lado, defender e valorizar os conhecimentos locais, culturais e ancestrais das comunidades agrárias, elementos considerados como indispensáveis para o desenvolvimento da agricultura ecológica. Desta maneira, a RAU se constitui com uma trajetória que dá conta de um olhar diferente ao dominante no vínculo com o mercado e com os processos de certificação. Aqui a luta como ela vai se territorializando, buscando afirmar-se. Aparece como “estratégia” mas é a única forma possível de resistência e construção de uma possibilidade histórica, ainda que nos marcos do grande capital e de certa forma emposta por ele. Há uma rebeldia nela, na luta, da não sujeição, do enfrentamento, da busca por novos caminhos. Vai se fazendo visível. Se mostrando como o que há de novo, no enfrentamento ao velho, ao instituído.

A Rede se consolida como organização que promove a agricultura ecológica através do Sistema de Certificação Participativa – SCP, mecanismo que procura gerar confiança e garantir qualidade nos processos produtivos mediante um funcionamento horizontal. Dentro da RAU se visualiza que o SCP é “o primeiro ganho da Rede de Agroecologia em geral, não só de Toronjil, é o modelo de certificação bastante importante, de certificação participativa que tem uma lógica bastante diferente ao resto...” (Dárdano, Méndez y Rodríguez, 2014, p. 15). Embora isso se faça necessário pela exigência de um mercado instituído, evidencia-se ainda que há um público que demanda esta forma nova de produção, que ainda é disperso, não organizado e exige que a organização seja implementada pela produção.

Através do referido sistema de certificação procura-se, entre outros aspectos, que todos os integrantes da RAU assumam de forma corresponsável o desenho e manutenção da qualidade do mesmo. Assim como a promoção de redes de conhecimento que envolvam produtores, consumidores, investigadores e técnicos num processo de aprendizagem e capacitação (GALEANO Y GOMEZ, 2006). Conforme explicitado na fala de uma das pessoas entrevistadas:

Aparte de la certificación que es necesaria, tiene esto de alguna forma de gremial, de intercambio entre los productores de experiencia, más allá que tengamos distintos rubros ... cualquier cosa que salga, por ejemplo problemas de contaminación ... ahora en lo de Martha que están fumigando la soja alrededor de la casa ... es bueno estar unidos y trabajando y en algún momento si hay que hacer algún reclamo esta bueno tener algo armado no salir productores aislados a quejarse sino tener como una organización, como Toronjil dentro de la red de agroecología tiene más fuerza que solo un par de productores. (ENT. 3)

Neste sentido, desde o começo da RAU, tanto APODU quanto URUCERT surgem como espaços de defesa da agricultura familiar orgânica, mas a partir de diferentes locais e com

diferentes características. Por um lado, URUCERT é o selo sob o qual se conforma como certificadora nacional a Associação Certificadora da Agricultura Ecológica de Uruguai³⁶. Uma sociedade civil sem fins lucrativos integrada por pequenos agricultores ecológicos, agremiações, grupos, cooperativas e organizações não governamentais.

Por sua vez, APODU (que deixa de funcionar no final de 2007) se caracterizava por ser uma organização de primeiro grau constituída e dirigida pelo trabalho de seus associados. Seus objetivos eram promover, difundir e defender a produção e os produtores orgânicos de todo o país, e incentivar o intercâmbio e a comunicação entre eles. Desde suas origens, visualizava-se em APODU a necessidade de gerar alianças estratégicas para promover uma Rede que potencializa a agroecologia, ao mesmo tempo se questionava a capacidade de incidência da mesma (BLUM, 2005). Apesar das diferenças entre ambas organizações, desde o começo da RAU:

“...siempre hubo un énfasis muy marcado de definiciones políticas en sintonía con todo ese movimiento que ha proliferado en distintas temáticas ambientales y sociales, de acceso a la tierra. Creo que la red se ha involucrado en ese sentido... aunque la red no se ha transformado en la herramienta política que pretendió en sus comienzos, se mantiene la idea de su génesis...” (Dárdano, Méndez y Rodríguez, 2014, p 8).

No manual operativo e guia de formação define-se a RAU como uma organização onde se promove:

[...]la articulación entre productores ecológicos,

³⁶ A Associação Certificadora da Agricultura Ecológica do Uruguai (ACAEU), é a associação que oficia como pessoa jurídica da RAU. Para facilitar o funcionamento e a comunicação dentro da RAU, as pessoas que conformam a direção desta integram também a direção da ACAEU. São cinco cargos representados pelas cinco regionais que conformam a RAU.

consumidores, procesadores y distribuidores de alimentos y diversas organizaciones sociales e instituciones; personas que comparten una visión positiva e integral sobre los impactos sociales, económicos y ambientales de la agroecología y acuerdan contribuir a su desarrollo. La primera convocatoria de la Red de Agroecología se realizó en mayo de 2005 y desde esa fecha se mantiene abierta la membresía a todas las organizaciones y personas que comparten su Declaración Constitutiva [...] (GALEANO y GÓMEZ, 2006, p. 6).

De acordo com os princípios da RAU, durante o ano de 2015, integrantes da Rede participaram ativamente na elaboração de um Plano Nacional de Agroecologia. Trata-se de uma proposta em construção junto com outras organizações e que conta com o apoio de instituições governamentais. Em resumo, o Plano consiste em uma proposta política e em diretrizes que articulam e coordenam planos, programas, ações e recursos públicos que são desenvolvidos em instituições como MGAP, INC, INIA, Udelar, etc. Entre outros, a proposta tem por objetivo promover a soberania e a segurança alimentar e nutricional através de uma oferta de alimentos de qualidade, sem contaminações ou riscos para a saúde. Ainda pretende promover o uso sustentável dos recursos naturais, a conservação dos ecossistemas e a biodiversidade. Assim como também procura possibilitar a produção e o consumo de produtos de base agroecológica. Aplicar políticas diferenciadas para os agricultores familiares e trabalhadores rurais. Fortalecer processos de cooperação e organização de cooperativas e promover o acesso à terra e a segurança na sua aquisição³⁷.

No Quadro abaixo apresentam-se os princípios da RAU, as diferentes áreas de trabalho, algumas particularidades, a

³⁷Informação disponível em: <http://redagroecologia.uy/por-que-es-necesario-un-plan-nacional-de-agroecologia/> . Acesso em 10 diciembre, 2015.

modalidade de integração e os ramos de produção predominantes.

QUADRO 1: Características de la RAU

Princípios	Preservação da biodiversidade e não exploração dos RRNN. Promoção da soberania alimentar do país. Promoção de sistemas de produção, distribuição e comercialização que freiem e revertam a concentração de riquezas, outorgando especial importância ao desenvolvimento de mercados locais, solidários e ao fomento de uma cultura de responsabilidade cidadã no consumo. Resgate e fortalecimento da cultura associativa, solidária e de complementação, que contribua à organização de consumidores e ao empoderamento de pequenos produtores e produtoras agropecuários. Participação igualitária de todos os membros da Rede, em todos os processos e tomada de decisões, considerando especialmente as diferenças de gênero, idade e outras que possam ser associadas a qualquer tipo de discriminação. Promover a dignidade do trabalho da família dos agricultores, respeitar os direitos dos trabalhadores contratados. Respeitar o direito das crianças e jovens, cuidando que as tarefas não afetem negativamente seu desenvolvimento pessoal ou o acesso à educação.
Áreas de trabalho	Programa de Certificação Participativa, promoção da produção e uso de sementes de variedades locais, abastecimento de rações e forragens ecológicas para a produção animal, mercados locais e difusão da agricultura ecológica.
Particularidades	Estrutura descentralizada, organizada em torno a cinco regionais (Sul – Sul, Santoral, Toronjil, Minas e Oeste). Integração de diversos atores. Encontros nacionais a cada dois anos. O espaço de coordenação se divide em coordenação geral e

	nacional, integrada por delegados de todas as regionais.
Integrantes	ONGs, cooperativas, coletivos não formais, consumidores que participam a título individual e em organizações, instituições como a UR, técnicos privados a título individual, produtores rurais (principais ramos: hortaliças, frutais, leite e derivados, apicultura, ervas aromáticas e conservas) e organizações de produtores familiares.

Fonte: elaboração própria com base na informação do Manual Operativo e Guia de Informação (2006).

Como pode apreciar-se, além do SCP existem outras áreas de trabalho que fazem as preocupações e interesses dos integrantes. A maioria destas áreas existe desde a conformação da RAU, mas devido à centralidade que tomou o SCP muitas vezes não são temáticas consideradas. “Si vos ves los principios de la red, yo decía, yo quiero estar ahí, pero como algo colectivo, algo que tenga una trascendencia social y político que va más allá de vender una lechuga ...” (Dárdano, Méndez y Rodríguez, 2014, p.22).

2.4.1 SISTEMA DE CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA

Referindo-se ao programa de Segundo Galeano e Gomez (2007, p 8):

La Red de Agroecología ha adoptado un programa de certificación participativo en red, donde productores y consumidores, junto a pequeñas empresas procesadoras y comercializadoras y organizaciones de asesoramiento técnico y promoción comparten la responsabilidad de construir un sistema de calidad confiable y a la vez apropiado para un desarrollo sustentable de sistemas de producción y distribución de alimentos” (Galeano y Gomez, 2007, p. 8).

Considera-se que a Certificação Participativa é um dos componentes fundamentais para a conformação e permanência da RAU. Esta afirmação é justificada pelos técnicos que integram a rede, ao argumentar que não é conveniente deixar este “serviço” em mãos de terceiros, de modo a assegurar uma certificação mais horizontal e transparente em relação aos princípios agroecológicos. Explica-se também que a Certificação Participativa

[...] es un medio para la inclusión de los productores de pequeña escala en sistemas sostenibles, para mejorar las condiciones socioeconómicas y ambientales de los predios y no un fin es si mismo ... La Red prioriza el trabajo en áreas de comercialización, mercados locales, semillas, capacitación y certificación ... enfatizándose en la implementación del Programa de Certificación Participativa [...]” (Gómez, 2007, p. 12).

Reportando-se à certificação, um entrevistado destacou os aspectos relacionados com a confiança e a seriedade do produtor e a opção pela produção orgânica como livre e não obrigatória:

Si, yo veo la Red para que podamos mantener la certificación, para que la gente crea en la certificación y es el mismo motivo que siempre nos ha llevado. La certificación es confianza en el productor, porque nada impide que uno salga de un predio y pueda echarle un herbicida. Es confianza de unos con otros, y la seriedad del productor y que este convencido. A nosotros nadie nos obligó a ser orgánico, nosotros lo elegimos. La certificación participativa, es una conquista muy importante que hay que mantenerla.” (Ent. 4)

Existe um compromisso dos integrantes da RAU que procura garantir a qualidade dos processos de produção, processamento e distribuição dos produtos agropecuários ecológicos. Para isso tem instrumentos que procuram cumprir com as exigências que se propõem, como por exemplo, através de contínuas revisões para com a qualidade do sistema. Destaca-se que a qualidade inclui, além de cumprir com as normas técnicas, o respeito aos princípios e valores da Rede, os quais incorporam “... aspectos sociales y de equidad” (Galeano y Gomez, 2007, p. 6). Cada regional³⁸ designa un Consejo de Ética y Calidad que es responsable de ejecutar el Programa de Certificación Participativa en su zona. La Coordinación de la regional es la responsable del control del Sistema de Calidad en cada regional.

Em relação ao procedimento para o desenvolvimento da certificação em cada sistema de produção, este se caracteriza pela participação de AF, consumidores e técnicos que integram o comitê de ética e qualidade. Para certificar os produtores, parte-se de uma planilha que deve ser completada de acordo com as características do sistema e as práticas de manejo de cada caso. Se qualificam as informações da família responsável pelo sistema de produção com base na confiança e na responsabilidade que cada integrante da RAU assume. No momento da visita³⁹, são revisados os conteúdos da planilha e se discutem aspectos particulares que tenham sido destacados, para os quais se consideram as Normas de Produção Ecológicas e os procedimentos de Certificação Participativa que são comuns a toda a Rede já que concordam com a Coordenação Nacional com

³⁸ Nas Regionais e em seus órgãos resolutivos, participam os diferentes autores interessados no desenvolvimento da agroecologia: produtores agropecuários, consumidores e outras pessoas ou instituições vinculadas diretamente à produção de alimentos.

³⁹ Para obter e manter o selo orgânico, se realizam visitas anuais aos sistemas de produção por parte do comitê de ética. Nas referidas instancias se recorre ao sistema, se discutem dificuldades, limites, forças e desafios para fortalecer tanto o sistema quanto a proposta ^{SCP da RAU.}

o assessoramento do Grupo de Certificação Participativa, designado pela Coordenação Nacional (Galeano y Gomez, 2007).

Em relação à obrigatoriedade de certificação, um entrevistado ressaltou o tipo de racionalidade diferenciada que motiva um produtor efetivamente comprometido com a agroecologia:

[...] tenés que tener otra racionalidad completamente distinta [...] **hay gente que quiere certificación porque quiere vender al supermercado y algunos producir en grandes superficies [...] contradicción de agroecología para vender en el supermercado, tiene que tener otra concepción de la vida** pero uno la tiene que buscar siempre remando contra la corriente [...] en este tipo de civilización va contra mano eso incluso te pueden poner la etiqueta de loco, anormal (ENT. 1, grifos nossos).

SÍNTESE DA RAU

A RAU é uma organização que abrange todo o país, incluindo AF, consumidores, processadores e distribuidores de alimentos, técnicos e instituições vinculadas à produção e consumo de alimentos. A maioria de seus associados concentram-se na região sul do território nacional; como consequência tem menor influência ao Norte do Rio Negro. Atualmente encontra-se organizada em cinco regionais, com características diversas segundo a região que abrange cada uma delas, as pessoas e instituições envolvidas.

A importância do SCP na RAU condiciona a organização desde as origens. Esta atividade, prioritária para a Rede, se manifesta com particularidades dentro de cada regional. O qual determina diversos modos de organização e participação dentro da própria Rede.

Outra atividade da RAU consiste na promoção de

mercados locais e circuitos comerciais de proximidade entre produtores e consumidores, conforme destaca um entrevistado ressaltando o papel importante da Rede para a comercialização dos produtos:

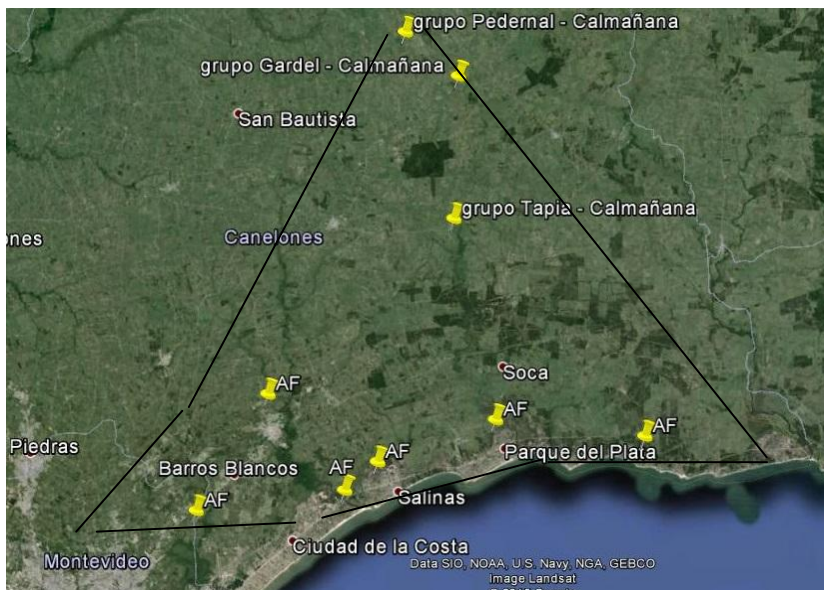
Nosotros realmente lo que estamos produciendo **si no estuviéramos agrupadas no tendríamos donde venderlo** prácticamente, el mercado chico te lo come y entonces por lo menos tenemos la seguridad de vender lo que producimos al día de hoy.” (ENT. 3, grifos nossos).

2.5 REGIONAL TORONJIL

“... sin solidaridad ningún colectivo alcanza viabilidad económica, porque la desconfianza roba de los trabajadores el tiempo y la energía necesarios para producir. Sin viabilidad económica ninguna solidaridad se consigue mantener y desarrollar, porque la condición material del ser humano lo lleva a buscar alternativas o actitudes individualistas o oportunistas que rompen la confianza de los demás”
(Antonio Cruz, 2007).

A Regional Toronjil da RAU se configura a partir do ano 2012 com a divisão da Regional Sul em três outras (Sur – sur, Sauce y Toronjil), de modo que os integrantes se nucleassem em regiões mais próximas, de maneira a facilitar os espaços de encontro, buscando um melhor funcionamento do coletivo. Seus integrantes se localizam geograficamente em uma área delimitada pelo eixo da rota 7 a leste, Costa de Oro, Ciudad de la Costa, Pando, Migue e Tapia, no departamento de Canelones; e a leste, Montevideú Rural, no departamento de Montevideo. (cf. figura Nº 3).

Figura N° 3: Localização geográfica dos sistemas produtivos que se integram em Toronjil



Fonte: elaboração própria

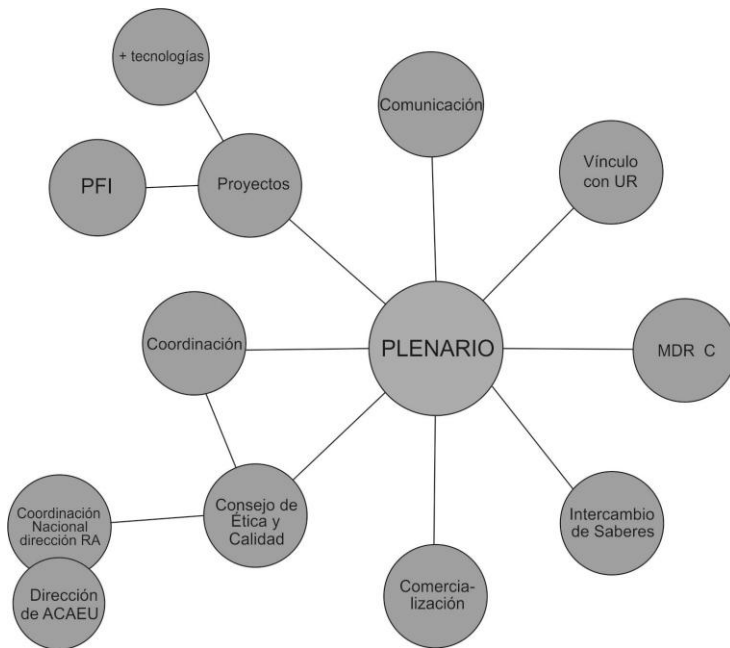
Como se pode observar na figura acima, se destaca a localização dos três grupos de mulheres rurais que constituem a cooperativa Calmañana, localizados aproximadamente entre as rotas 7 e 8 até o norte da rota 11. Observa-se também a localização dos outros AF associados a Toronjil.

Em relação à zona de ação do coletivo, a mesma se baseia em acordos gerais com a RAU, estipulados em função das cinco regionais que integram a rede. “Cada Regional propone su zona de influencia, de acuerdo a la posibilidad de participar de sus miembros, capacidad de visitar a los productores que solicitan la certificación participativa y zonas de acción de otras regionales existentes” (GALEANO Y GÓMEZ, 2006, p. 29).

No ano de 2015 o coletivo começou a funcionar com uma nova proposta organizativa que consiste em comissões de

trabalho e em uma plenária como espaço central no qual se encontram a maioria dos participantes para que se tomem decisões. Nas instâncias da plenária se tratam de diversos temas que implicam tanto a Toronjil quanto a rede em geral, buscando intercalar entre as diferentes comissões outros espaços de participação do coletivo (cf. figura N°4).

Figura N°4: estrutura organizativa del Toronjil



Fonte: elaboração própria com base em informação secundária.

Referencias: Tecnologías: Proyecto de Tecnologías Apropriadas a la Producción Familiar/DGDR-MGAP. PFI: Proyecto de Fortalecimiento Institucional/DGDR-MGAP. MDR/C: Mesa de Desarrollo Rural de Canelones. UR: Universidad de la República.

O espaço de coordenação se divide em coordenação geral e

nacional na RAU. A coordenação nacional se divide em delegados de todas as regionais, de modo a se conformar como direção da rede e direção ACAEU, sendo o espaço de trocas nacional e através do qual se tratam temas que envolvem toda a rede. A coordenação de Toronjil se encarrega de organizar e dinamizar as plenárias e fazer o repasse para o Conselho de Ética e Qualidade.

O conselho de Ética e Qualidade é integrado por ao menos três pessoas da regional, e no qual ao menos duas delas devem ser consumidoras ou técnicas. Este grupo é responsável por:

Recibir las solicitudes de certificación, ejecutar las visitas, solicitar informes técnicos y análisis, si lo entendiera necesario. Emitir y firmar los certificados, en acuerdo con la Coordinación Regional. Brindar información a los miembros sobre certificación. Interpretar las normas, recurriendo, cuando se considere necesario, al Grupo Asesor de Certificación Participativa” (GALEANO Y GÓMEZ, 2006, p. 30).

As comissões de trabalho têm a função de dinamizar propostas para levar ao plenário onde são discutidas por todo o coletivo até serem aprovadas ou não. Em alguns casos, nestas comissões participam pessoas que se vinculam à regional Toronjil, como no caso de técnicos de projetos (Proyecto de Fortalecimiento Institucional - PFI⁴⁰ e Tecnologías Apropriadas a

⁴⁰ O PFI é um projeto aprovado pela Dirección General de Desarrollo Rural del MGAP, “comenzó en abril del 2014, tiene dos años de duración y su objetivo general es “Contribuir a fortalecer a la RAU mejorando su funcionamiento, la participación activa de sus miembros y el impacto de la propuesta agroecológica en la sociedad”. Como objetivos específicos se plantea lograr: 1) Mejorar el funcionamiento, consolidar y ampliar los espacios de participación de la RAU. 2) Formalizar la RAU en una estructura adecuada a sus definiciones, principios e intereses de sus miembros, 3) Promover canales comerciales en circuitos cortos, con beneficios para consumidores y productores y 4) Mejorar la incidencia de la propuesta agroecológica en las políticas públicas ...” <http://redagroecologia.uy/2014/05/10/proyecto-de->

la Producción Familiar - Más Tecnologías⁴¹), docentes e estudantes da UR, entre outros.

Segundo dados da RAU, os membros das regionais se classificam em membros plenos ou associados, em função das características ou cargo dos mesmos. Como se descreve no Manual Operativo de tal rede, se entende como membros plenos “... cualquier persona u organización (no pública), que comparta los principios de la Red, realice los aportes sociales y sea aceptada por la coordinación nacional. Tiene derecho a voz y voto” (GALEANO Y GÓMEZ, 2006, p. 30). Ao mesmo tempo, se reconhecem como membros associados as “... instituciones públicas o privadas que colaboran, asesoran o coordinan con la Red en áreas de su interés. Tienen voz pero no votan, con excepción de integrantes de los Consejos de Ética y Calidad” (GALEANO Y GÓMEZ, 2006, p. 30).

Importante mencionar que da regional Toronjil se geram vínculos com outras organizações e instituições, entre as quais se destacam: outras regionais da RAU, a Mesa de Desarrollo Rural de Canelones (MDR – C⁴²), a rede de Semillas Locales de

[fortalecimiento-institucional-de-la-red-de-agroecologia/](#) consultado: 22 de janeiro, 2015.

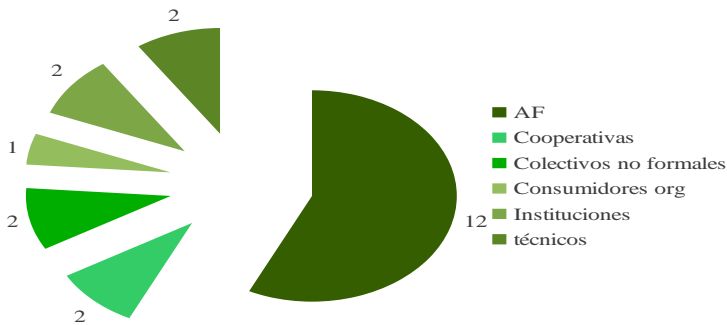
⁴¹ As Propuestas de Tecnologías Apropriadas para la Producción Familiar são projetos apoiados pela DGDR – MGAP. Se apresentam em conjunto entre organizações de produtores/as rurais de todo o país e entidades públicas e/ou privadas de investigação. <http://www.mgap.gub.uy/portal/agxppdwn.aspx?7,10,780,O,S,0,8454%3BS%3B1%3B156> consultado: 22 de janeiro, 2015. No caso de Toronjil, se desenvolve um projeto apresentado em conjunto com o SCEAM – UR.

⁴² As MDR são um instrumento criado na DGDR-MGAP, através da lei de “Descentralización y coordinación de políticas agropecuarias con base departamental” (ley N° 18.126). Seus objetivos são promover maior envolvimento e participação da população em relação à instrumentação de políticas do setor. Assim como também pretende promover uma maior articulação e coordenação entre setores públicos e privados de maneira a possibilitar o desenvolvimento local. <http://www.parlamento.gub.uy/leyes/ AccesoTextoLev.asp?Lev=18126&Anchor=> Consultado 10 de fev. 2015.

Uruguay, duas instituições educativas (PIM/SCEAM e Universidad del Trabajo del Uruguay - UTU), e a DGDR/MGAP de dois projetos (PFI e Proyecto “Más Tecnologías”) (cf. Apêndice C).

A diversidade de Toronjil se expressa nos cooperados através da composição de gênero e gerações, assim como nos diferentes modos de se integrarem às intenções pelas quais se vinculam. Neste sentido, se encontram associados: organizações com características diferentes como cooperativas e coletivos de agricultores, assim como se encontram consumidores, técnicos, instituições educativas, agricultores familiares e comerciantes (cf. figura Nº 5).

Figura Nº 5: Quantidade e modalidade de pessoas associadas a Toronji



Fonte: elaboração própria a partir de fontes secundárias (Dárdano, Méndez y Rodríguez, 2014).

Ao considerar todos os integrantes do núcleo familiar que participam em algum dos espaços mencionados, assim como aos integrantes de cada coletivo e instituição associada a Toronjil, o

número de integrantes é de aproximadamente 48 pessoas⁴³.

Em relação às intenções de cada membro para se integrar e participar de Toronjil, segundo Dárdano, Méndez y Rodríguez (2014), as mesmas dizem respeito, principalmente, a três aspectos: comercialização - certificação de produtos orgânicos, espaço de militância, e modo de vida (vinculado à saúde e à alimentação). Neste sentido, aqueles que participam com uma intenção vinculada à certificação orgânica, o fazem para manter canais comerciais que exigem o selo orgânico outorgado pelo SCP – RAU. Enquanto aqueles que participam para ter um espaço de militância promovem a agroecologia como ferramenta transformadora da realidade. Deste ponto de vista, realizam-se diferentes práticas de militância nos espaços coletivos, entre eles o de Toronjil. Por último, em relação ao desejo de ter uma melhor qualidade de vida, notam-se as famílias que migram para o campo da cidade em busca de uma vida mais saudável e tranquila. Desta maneira, começam a produzir alimentos orgânicos para autoconsumo e venda, gerando vínculos com AF associados a Toronjil (Dárdano, Méndez y Rodríguez, 2014).

Para compreender as possibilidades e os limites das organizações coletivas selecionadas nesta investigação, se pretende discutir a partir dos aspectos teóricos apresentados a seguir.

⁴³ Se destaca que não existe registro formal sistematizado que dê conta do total de pessoas que compõem o Toronjil, motivo pelo qual este valor surge durante a investigação de modo aproximado. Para o cálculo se realizam os seguintes pressupostos, em função do número de integrantes em dezembro de 2014. Pressupostos: a) os consumidores que se vinculam através da ASOBACO são 6 pessoas, b) os técnicos que participam a título pessoal não são contabilizados como técnicos que participam desde as instituições e c) os/as integrantes das famílias contabilizados são os que participam de algum espaço (comissão, grupo de trabalho, etc.) vinculados a Toronjil, não se consideram os/as integrantes do núcleo familiar que não participam no coletivo.

3. CAPÍTULO 2 - REVISITANDO ALGUNS CONCEITOS

3.1. O QUE SE ENTENDE POR AGRICULTOR FAMILIAR – PRODUTOR FAMILIAR

Os Agricultores Familiares, também chamados no Uruguai de “Produtores Familiares”, historicamente constituem-se em sujeitos sociais típicos do campo uruguaio. Representam um modo de viver e produzir que responde a uma cultura ancestral, com um capital cultural que se apresenta através de conhecimentos e práticas as quais os AF acessam por herança familiar. Se possibilita, assim, a transmissão de conhecimentos de uma geração a outra, com um acúmulo importante de “saberes” que fazem a condição do agricultor, sendo a família a responsável pela transmissão hereditária de pautas para a vida no meio rural, com seu conjunto de práticas, crenças e valores (LEMA y FERNÁNDEZ, 2008).

Sob a categoria de AF se encontram os produtores donos de parte dos meios de produção, fundamentalmente da terra. Caracterizados por utilizar o trabalho familiar como estratégia para se relacionarem com a natureza. Desta maneira, eles obtêm o sustento para sua reprodução como família, através do consumo direto e/ou da comercialização de produtos no mercado local. Estas pessoas que utilizam força de trabalho familiar para produzir diretamente as mercadorias agropecuárias, também são conhecidas como pequenos produtores, minifundiários, campesinos, etc (PIÑEIRO y MORAES, 2008).

De acordo com Piñeiro, o objetivo da produção familiar é a venda de seus produtos nos mercados, consumindo uma parte menos do que aquela que se produz. Neste sentido, a agricultura familiar está articulada aos mercados capitalistas de produtos, de insumos, de dinheiro (quando utiliza créditos), com o mercado de trabalho (ao comprar e vender força de trabalho) e com o de terras (porque compra, arrenda ou poder vender sua terra⁴⁴).

⁴⁴ Em relação ao mercado de terras, se dividem as opiniões com

Sendo então seu objetivo, a produção de bens agropecuários destinados ao mercado, para gerar meios de sustentar as necessidades de reprodução familiar (Piñeiro, 1998).

Como debate Martins de Carvalho (2006), a AF e o campesinato resolvem sua reprodução social a partir da reprodução rural. Esta categoria inclui aquelas famílias que acedem de forma estável ou não, duradoura ou não e de qualquer maneira (propriedade, etc.) à terra à qual dedicam o trabalho familiar direto, de forma predominante, e ao autoconsumo e ao mercado.

A vida familiar dos camponeses está diretamente envolvida com a obtenção de meios de vida e de trabalho para garantirem diretamente a reprodução social da família. Nessa perspectiva, na sua maioria, as famílias camponesas se inserem e dependem dessa socialização em contextos comunitários onde estabelecem relações sociais de diferentes naturezas, constituindo laços de vizinhança, parentesco e compadrio que perduram por diversas gerações. Mantém ou pelos menos tentam garantir a continuidade de vínculos sejam com a comunidade sejam com seus locais de enraizamento entre passado, presente e futuro (MARTINS DE CARVALHO, 2014, p. 1)

De acordo com o que se disse anteriormente, se acorda que a categoria é definida por relações sociais de produção. Como menciona Piñeiro (2005), as variáveis básicas que definem este extrato social são a força de trabalho familiar sobre a terra na qual produzem junto com o capital patrimônio da família (ou seja: trabalho, terra, capital). Como se mencionou, entende-se que os AF produzem para o mercado de produtos e consomem uma parte

FOLADORI (2013, apud Benitez, 2014, p. 31) quando diz que que “Aunque la tierra no sea producto del trabajo humano, es decir, no sea verdaderamente una mercancía (y por tanto no pueda tener valor, sino precio); ha sido transformada en tal a partir de la apropiación privada. Así, la tierra puede ser dividida, vendida y comprada, convirtiéndose de este modo en mercancía”.

menor de sua produção, de modo a poder cobrir as necessidades reprodutivas do seu grupo familiar.

Para compreender a agricultura familiar⁴⁵, segundo propõe Piñeiro, é necessário conhecer a heterogeneidade interna que a categoria apresenta, dentro da qual é possível encontrar três tipos de AF no campo uruguaio. Aqueles que contratam mão de obra assalariada, mantendo como predominante o trabalho familiar. Estes AF conseguem gerar e guardar excedentes de um ciclo agrícola ao outro “... *suelen reinvertir sus ganancias en maquinarias y otras mejoras tecnológicas que ahorran fuerza de trabajo, aunque la explotación crezca en tamaño y en producción, se sigue manejando la unidad productiva con trabajo familiar*” (Piñeiro, 2005, p.5). É possível que estes AF substituam o trabalho familiar por mão de obra assalariada, convertendo-se em empresários agropecuários (o que significa dizer que deixariam de ser AF).

O caso contrário é dos AF semi-assalariados. Neste caso, a família deve vender sua força de trabalho fora do estabelecimento para completar as entradas (por terem pouca terra ou entradas insuficientes). Se considera que tanto a segurança de um salário quanto os benefícios e direitos sociais vinculados ao trabalho geram um atrativo que pode levar à diminuição cada vez maior da força de trabalho familiar no estabelecimento. Possibilitando assim, a total proletarização da mesma. Desta maneira, deixariam de ser considerados AF e passariam a ser proletários (PIÑEIRO, 2005).

Como situação intermediária às anteriores, existem os AF que dedicam a totalidade do trabalho familiar à produção em seu estabelecimento. Neste caso, quando contratam mão de obra

⁴⁵ Segundo Piñeiro (2005), ao aprofundar na análise das unidades de produção o sistema de produção familiar, é possível distinguir dois subsistemas dentro dos estabelecimentos de AF. Por um lado, a unidade produtiva que tem como objetivo a produção de produtos para a venda no mercado, e por outro, a unidade doméstica, onde se dá a reprodução da força de trabalho. Ambas unidades estão em permanente intercâmbio e conexão através dos integrantes da família, do dinheiro e dos produtos.

assalariada, é sempre em menor quantidade do que a mão de obra familiar. Outra característica deste nível intermediário é que as entradas geradas pela produção permitem que eles vivam bem, embora não consigam acumular capital. Segundo Piñeiro (2005), é provável que este tipo de AF predomine em nosso país.

Outra particularidade dos AF, é a possibilidade deles de combinar o capital patrimonial com o capital cultural e social, dentro da unidade produtiva e reprodutiva. Estas articulações têm um componente territorial e de espaço geográfico que se geram de acordo com as relações sociais de caráter familiar, as relações econômico – financeiras e com as de socialização, como nos âmbitos da difusão da saúde, educação e etc. O capital cultural se refere aos conhecimentos e práticas aos quais as pessoas acedem através de sua família e os quais continuam passando de geração a geração. Se produz (e re-produz) desta maneira um acúmulo de saberes que permitem o conhecimento e o manejo necessários para as tarefas agrícolas, em conjunto com certas práticas e valores que se relacionam com crenças mais antigas, segundo as vivências e experiências de vida (PIÑEIRO, 2005).

Além da definição de AF compartilhada anteriormente, cabe destacar aquilo que desde o MGAP no ano de 2008 se formula sobre produção familiar. De acordo com esta instituição, o objetivo de tal definição contribui no sentido de gerar políticas diferenciadas para esta população. A definição vigente considera dentro desta categoria todos os produtores que cumpram simultaneamente com as seguintes características:

“1. Realizar la explotación agropecuaria con hasta dos asalariados no familiares permanentes o su equivalente en jornadas zafrales contratados (se considera que un trabajador permanente trabaja 250 jornales en el año). 2. Realizar su actividad en hasta 500 hectáreas CONEAT 100, cualquiera sea la forma de tenencia. 3. Residir en la explotación agropecuaria o en una localidad a menos de 50 kilómetros del predio. 4. Percibir ingresos extraprediales nominales familiares de 14 BPC - Base de Prestaciones y Contribuciones - promedio mensual como máximo”

(Tommasino, et al 2014, p.492).

De acordo com o mesmo autor, em relação à mão de obra, existem critérios específicos para os itens intensivos (hortícola, frutícola e vinícola) que aumentam o limite de mão de obra contratada (assalariada).

Ainda que existam várias definições de AF, todas consideram como fundamental o trabalho familiar predominante e também a posse da terra (própria ou arrendada). Emiliano Guedes et al (2015) consideram que a AF engloba diversas situações cada vez mais complexas. Neste marco, discutem a sustentabilidade da AF e a sua possibilidade de superação das lógicas de relacionamento capitalista através da organização social, associando as práticas a projetos de resistência ou superação das relações sociais imperantes. Desta maneira se constrói um esquema conceitual onde são permitidas interações que surgem das práticas desenvolvidas pelos sujeitos coletivos e que podem gerar “contratendências”.

Estes autores lidam com um conceito de sustentabilidade baseado nas classificações propostas por Pierri (2001, p.28) e Tommasino (2001, p.148) (apud Guedes et al., 2015, p. 93), através das quais se encontram dentro de:

“... una postura crítica al modelo y las lógicas capitalistas de relacionamiento, la cual denominamos de In – Sustentabilidad, sosteniendo que no se puede pensar en la sustentabilidad de los sistemas de producción familiar como un todo, bajo la lógica del sistema capitalista. Es decir, que mientras los mismos estén sometidos a las lógicas capitalistas y el relacionamiento con el mercado, estarán expuestos al proceso de diferenciación social (Guedes et al., 2015, p. 94).

Se compartilha do pensamento de Guedes et al (2015) quando ele analisa a interação entre sustentabilidade e a transição de um estado de resistência a um estado de superação da AF no qual se geram trocas nas relações sociais baseadas na cooperação e na solidariedade. Neste sentido os autores nomeiam algumas

práticas que geram contratendências, como a cooperação e a coordenação entre autores sociais que possibilitam a geração de escala, a inserção em cadeias produtivas e políticas agrárias diferenciadas. Destaca-se também que estas contratendências no processo de diferenciação social “tendrán un efecto parcial en la medida que se dan en un marco de relacionamiento con el mercado y signadas por los principios de competencia ... se enmarcan dentro de un estado de resistencia de la agricultura familiar” (GUEDES, ET AL., 2015, p. 94).

Torna-se importante ressaltar que no presente trabalho se considera como agricultores familiares *aqueles sujeitos sociais que preenchem os critérios que foram compartilhados. Ou seja que produzem principalmente, com força de trabalho familiar, para o mercado e consomem a menor parte dos produtos*. Desta maneira os AF, através da venda de suas mercadorias se sujeitam, como afirma Marx (2009), à lei do valor. O valor da mercadoria enviada ao mercado se determina pelo tempo necessário que se dedicam à sua produção. No plano global da economia mercantil, seu valor dependerá do tempo de trabalho socialmente necessário⁴⁶. A dinâmica mercantil, regulada pelo valor das mercadorias, se manifesta através de sua expressão nos preços.

Se entende que, a partir da lei do valor, se expressam as principais consequências do modelo dominante. Em relação aos efeitos da AF, segundo Foladori y Melazzi (2009), destacam-se: uma crescente incorporação de produtos ao mercado em detrimento do autoconsumo dentro dos estabelecimentos produtivos; um incremento na produtividade do trabalho (desenvolvimento das forças produtivas) para ser mais competitivo na produção mercantil a partir da diminuição de

⁴⁶ Segundo Marx (2009) o tempo de trabalho socialmente necessário corresponde à quantidade de trabalho que a sociedade destina, em média, para a produção deste produto. Neste sentido, alguns produtores se dedicam por mais tempo do que o socialmente necessário, enquanto outros se dedicam menos. Esta diferença culmina no fato de que alguns produtores geram excedentes de trabalho, o que acarreta um permanente processo de diferenciação social.

custos e do valor unitário dos produtos, com permanente inovação de tecnologia. Por último, os autores se referem à competitividade que se estabelece no mercado e sua consequente diferenciação social, na qual os AF que produzem abaixo da média obtêm uma retribuição superior e tendem a se capitalizar, enquanto no outro extremo, aqueles que produzem acima deste valor médio tendem à descapitalização (que pode levar à venda da força de trabalho como assalariados). Estes aspectos serão considerados novamente com as proposições de Martins de Carvalho em relação às mudanças necessárias para a garantia da reprodução dos meios de vida e de produção dos AF (e dos camponeses).

Neste sentido, se considera que o processo de produção, troca, distribuição e consumo, consiste em um feito econômico de caráter histórico, condicionado pelo desenvolvimento dos vínculos do ser humano com a natureza. Para compreender como se realizam as relações de trabalho no capitalismo, é necessário explicitar o que se entende por relações de produção, divisão do trabalho e classes sociais. Desta maneira, se expressa de onde se parte para compreender a produção de alimentos e a agricultura familiar.

3.2. RELAÇÕES DE PRODUÇÃO, DIVISÃO DO TRABALHO, CLASSES SOCIAIS E RELAÇÕES DE TRABALHO

Para os seres humanos, da mesma forma que para todos os animais, é necessário satisfazer as necessidades de estômago e de fantasia. Considera-se que o trabalho permite diferenciar os animais dos seres humanos e oferecer produtos para satisfazer as necessidades humanas através do ato de transformar a natureza (MARX, 2009).

[...] el trabajo es, por tanto, condición de vida del hombre, y condición independiente de todas las formas de sociedad, una necesidad perenne y natural sin la que no se concebiría el intercambio orgánico

entre el hombre y la naturaleza ni, por consiguiente, la vida humana (Marx, 2009, p. 10).

O trabalho, de um ponto de vista marxista, é o fenômeno originário que determina e caracteriza a essência do ser social, os processos de produção e reprodução da vida do gênero humano (MARX, 2009). Entendendo-se que o gênero humano e as necessidades humanas são historicamente determinados. Neste sentido, os seres humanos que produzem necessidades em sociedades capitalistas respondem aos interesses do capitalismo.

Para satisfazer as necessidades humanas, são necessários “objetos”. Por exemplo, para satisfazer a necessidade de educação, são necessárias escolas, para comer são necessários alimentos, etc. Estes objetos, obtidos através do trabalho, são chamados de meios de subsistência. Para poder produzir os meios de subsistência que satisfaçam as necessidades humanas, são necessários meios de produção. Ao longo da história, tanto os meios de produção como os de subsistência vão se transformando e se ampliando. Assim como também ocorre com as necessidades dos seres humanos que variam com as condições da força de trabalho e com as características dos meios produção (MARX, 2009). Ainda segundo Marx, cabe destacar que:

A força de trabalho de um homem consiste, pura e simplesmente, na sua individualidade viva. Para poder crescer e manter-se, um homem precisa consumir uma determinada quantidade de meios de subsistência, o homem, como a máquina, se gasta e tem que ser substituído por outro homem. Além da soma de artigos de primeira necessidade exigidos para o seu próprio sustento, ele precisa de outra quantidade dos mesmos artigos para criar determinado número de filhos, que hão de substituí-lo no mercado de trabalho e perpetuar a raça dos trabalhadores. Ademais, tem que gastar outra soma de valores no desenvolvimento de sua força de trabalho e na aquisição de uma certa habilidade” (MARX, 1865).

Com o avanço da diversificação e ampliação das necessidades humanas, se dividem as tarefas e se gera uma divisão de trabalho. Nos começos da divisão do trabalho (6000 AC a 2500 AC), isto se dava de forma a separar agricultores de caçadores e artesãos. Com o decorrer do tempo, continuaram crescendo a população e as suas necessidades. Se começa a projetar e planejar cada vez mais as tarefas, chegando assim à divisão do trabalho manual e intelectual.⁴⁷ Esta divisão social do trabalho gera um avanço na desigualdade social. Nota-se uma progressiva individualidade da sociedade junto com o surgimento da propriedade privada (MORISSAWA, 2001). Se entende que privar é impedir, é proibir aos outros algo. Se alguém tem a posse dos meios de produção e de subsistência, outros são privados disso.

Os não-proprietários dos meios de produção, por não poderem produzir, não têm meios de subsistência e por isso são obrigados a comprar e pagar por estas condições. Se há quem compre é porque há quem esteja vendendo, há, portanto, uma relação de mercantilização, há um mercado. O sistema capitalista deve manter o mercado porque ele é a base por onde as pessoas não donas dos meios de produção transitam afins de adquirir as mercadorias para a satisfação das suas necessidades. A mercadoria é a forma que assumem os produtos do trabalho humano, único capaz de produzir riqueza no capitalismo (MARX, 2009). De acordo ainda com Marx, as características da mercadoria estão relacionadas com a dinâmica que regula o intercâmbio na produção mercantil que, assim como a produção capitalista, está baseada na propriedade privada dos meios de produção, na divisão social do trabalho e na competição entre produtores independentes.⁴⁸

⁴⁷ Lembrando que anteriormente ao capitalismo há uma divisão social do trabalho que se dá por sexo, idade, força física, etc. Esta divisão do trabalho não consiste em uma divisão técnica do trabalho na produção.

⁴⁸ Seguindo o pensamento marxista, a permanente competição no

Seguindo com as proposições do mesmo autor, destaca-se que os proprietários dos meios de produção e dos meios de subsistência formam a classe social burguesa, enquanto as pessoas não proprietárias dos meios de subsistências configuram a classe social trabalhadora, o proletariado (MARX, 2009). Segundo Marx (2009), as classes sociais são compostas por pessoas que dividem os mesmos objetivos e interesses, o que significa dizer que elas mantêm relações similares com os meios de produção. O caráter de classe se constroi com aspectos objetivos e subjetivos, e ambos se articulam entre as ações e a autoconsciência dos sujeitos que as compõem. O sentido de classe se constroi na identidade de interesses, o que gera um posicionamento de classe (HOBSBAWM, 1917).

O sistema capitalista, segundo Marx (2009), produz, simultaneamente e de forma crescente, miséria em massa e poder proletário, o que gera permanente transformação da classe trabalhadora e da forma através da qual se impõe o conflito entre trabalho e capital. Como postula Kula (1997), tal conflito influencia na configuração dos movimentos sociais⁴⁹. São movimentos de trabalhadores que se identificam por características históricas da classe relacionadas com a produção e com o trabalho, com a luta de classes na sociedade e que no presente se manifestam pela relação de exploração entre proprietários e produtores (MARX y ENGELS, 1848).

mercado obriga os produtores a baratarem os custos para melhorarem sua competitividade. Se produz assim uma tendência permanente à especialização produtiva, ao aumento da produtividade do trabalho e à diferenciação social (MARX, 2009). Este fato assegura que poucas empresas detenham o êxito mercantil e concentrem cada vez maior proporção do mercado enquanto a maioria deverá optar por abandonar a produção e se dedicar a vender sua força de trabalho de outra maneira.

⁴⁹ De acordo com Kula (1997) os movimentos sociais devem ter um projeto político de longo prazo onde se reflita a luta de classes para a superação das classes. Aspecto este que diferencia os movimentos sociais mais antigos dos chamados “novos movimentos sociais”, nos quais se apresentam as possibilidades de mediação e em alguns casos se nota a fragmentação de classes.

Desta maneira, se considera que os atores sociais pertencentes às classes populares formam parte de uma sociedade capitalista dependente. Como define Martins de Carvalho (2013, p. 325), uma sociedade “... *subordinada a los intereses de los capitales oligopolistas nacionales e internacionales, y que viene sufriendo transformaciones en su proceso de acumulación, que la tornan cada vez más desigual económica y socialmente*”. Estas dimensões se associam a um determinado modo de vida no qual se combinam condições materiais e objetivas de existência e diferentes relações sociais e valores, gerados em um tempo e um lugar determinados.

Como se mencionou anteriormente, segundo o pensamento marxista, o trabalho é a atividade central do ser humano. Ou seja, as transformações que se dão no mundo do trabalho modificam também as relações entre as pessoas e com a natureza. Segundo aquilo que preconiza Sánchez Vázquez (1980, p.233), para o caso da agricultura:

“La praxis productiva es así la praxis fundamental porque en ella el hombre no sólo produce un mundo humano o humanizado, en el sentido de un mundo de objetos que satisfacen necesidades humanas y que sólo pueden ser producidos en la medida en que se plasman en ellos fines o proyectos humanos, sino en el sentido de que en la praxis productiva el hombre se produce, forma o transforma a sí mismo”

Desta maneira, se entende que os processos de organização do trabalho gerados nas atividades produtivas têm uma particularidade que diz respeito àquilo que é produzido e ao seu destino, assim como na relação gerada entre o trabalho produtivo e o improdutivo, na organização do trabalho e dos sujeitos que o realizam. Aspectos que implicam conhecer e compreender as formas particulares de acesso, aquisição e forma com que se usa a terra; os vínculos com o mercado de insumos, de produtos e de créditos, fatores determinantes das relações geradas.

Ao analisar as relações na agricultura dentro das formas de produção social-capitalista, se considera que aquelas pessoas donas dos meios de produção podem valorizar seu capital com

base na extração de mais-valia dos trabalhadores. A partir desta relação social de produção, gera-se o trabalho produtivo e improdutivo, ou seja, o trabalho que gera mais-valia através da venda de força de trabalho e o que não gera, respectivamente.

Na AF esta relação pode ser notada quando os agricultores produzem para consumo próprio, ou seja, quando assim exercem trabalho improdutivo já que não há valor associado à prática fora da relação mercantil, e quando produzem uma parte para autoconsumo e outra para o mercado, o que resulta em um trabalho abstrato⁵⁰ sem valorização do capital. De modo que, por mais que a partir da venda se obtenha o valor de troca, este ainda se constitui em mais-valia de troca com outras mercadorias, o que é necessário para que os AF possam adquirir outros produtos para sua reprodução.

Apresenta-se, assim, um vínculo entre relações sociais e econômicas. Foladori (1990), ao sistematizar os princípios fundamentais da concepção materialista da história desenvolvida por Marx, discute que as relações sociais estão condicionadas pela base econômica. Neste sentido, o mesmo autor faz uma distinção entre relações objetivas e subjetivas ou relações de produção (econômicas) e relações ideológicas. Entende-se que para tanto se supõe uma conexão interna que se apresenta como lei, na qual a base econômica da sociedade determina, em última instância, o conjunto das relações ideológicas. Como debatem Marx e Engels (1971, p.26, apud Foladori, 1990, p.10) “*No es la conciencia la que determina la vida, sino la vida la que determina la conciencia*”. Se considera pertinente analisar como se expressa esta conexão, entre a base econômica e as relações sociais nos AF como objeto de estudo.

Ainda de acordo com o mesmo autor, estas noções implicam que na agricultura geram-se condições diferentes em comparação às da indústria e ao desenvolvimento capitalista, no sentido de que os

⁵⁰ Como expresa Marx, *el trabajo abstracto es aquel trabajo abstraído de sus determinaciones concretas. Es la síntesis relativa del trabajo humano, la sustancia común a toda actividad que produce mercancías* (MARX, 2009).

ciclos biológicos impõem uma divisão temporal do trabalho, o que não se dá nas indústrias, e o qual permite diminuir os tempos de rotação do capital, assim como gerar dificuldades nos processos de subordinação (FOLADORI, 1986). Para além desta característica, os avanços das relações mercantis presentes no campo geram processos de decomposição deste extrato, a partir, principalmente, da ruptura dos ciclos biológicos com a aplicação do pacote tecnológico.

3.3 PRODUÇÃO “ALTERNATIVA” DE ALIMENTOS E ASSOCIATIVISMO: UMA REFLEXÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

Como se mencionou no Capítulo 1, na década de 80, em resposta à revolução verde, foram criados modelos de produção alternativos. Este fim engloba diferentes propostas de produção de alimentos que foram detalhadas anteriormente. Na sequência, será apresentado o conceito de agroecologia na busca de aportes para a construção de práticas transformadoras da realidade na produção de alimentos. Se entende que a agroecologia é um proposta, uma forma de existência, uma nova praxis produtiva que tem o potencial de criar relações sociais igualitárias entre os seres humanos e com a natureza. Tal nomenclatura se utiliza, no Uruguai, para fazer referência às práticas alternativas da produção de alimentos, mas o conceito que predomina é o da “produção orgânica”.

3.3.1. O que se entende por agroecologia?

A palavra agroecologia, mundialmente e ao longo da história, foi tomada por diferentes autores apresentando diferentes significados, o que faz dela um termo confuso. É necessário, desta forma, explicitar a perspectiva a partir da qual se compreende o termo.

Coletivos populares e organizações sociais como as que integram La Via Campesina (LVC)⁵¹ consideram que é uma

⁵¹ “LVC é uma aliança global de organizações de famílias camponesas, agricultores familiares, povos indígenas, camponeses sem

ferramenta de transformação. Uma proposta que supera a prática de produzir alimentos, que implica outros aspectos que constituem as relações humanas solidárias e respeitadas com a natureza. Sustentam que a agroecologia é “parte de uma batalha de terras *per se*, mas também de uma batalha de ideias” de acordo com Rosset e Martinez-Torres (2013, p. 3). A agroecologia surge da experimentação, da busca, da luta por se constituir em algo que não os negue, que supera suas convicções de pobreza, que crie novas conexões, que os socialize, que os potencialize, essa é sua busca. Ela é portanto, a materialização de uma rebeldia, de uma luta, de uma resistência, mas não só isso, ela é também a constituição de uma superação.

Compreende-se a agroecologia como proposta que transcende a produção orgânica, isto é, que transcende um projeto tecnológico-produtivo alternativo às formas convencionais. Poder-se-ia considerar que tanto a transmissão de conhecimentos como o valor cultural de trabalhar e viver na terra são somente alguns dos aspectos que podem vincular-se à concepção de agroecologia, em que o social, o político, o econômico e agrônomo ou técnico conformam parte de um todo (SEVILLA-GUZMAN e GONZALES DE MOLINA, 1993; FOLADORI e TOMMASINO, 2000). Ao fazer agroecologia, está se produzindo um novo homem e uma nova mulher, um novo pensar, um novo agir, uma nova cultura, uma nova política. Uma nova forma de ser e de relacionar entre as pessoas e destes com a natureza.

Sevilla Guzmán assinala que a agroecologia surge na América Latina no final da década de 1970 por meio de uma aliança camponesa/indígena para enfrentar a emergente industrialização agroalimentar, como manifestação perante o desacordo à agroindustrialização capitalista (SEVILLA GUZMÁN, 2013).

Ao surgimento na América Latina da Agroecologia, Boaventura de Sousa Santos (2009) associa com a maneira que

terra e trabalhadores do campo, mulheres rurais e jovens rurais, que congrega em torno de 200 milhões de famílias no mundo inteiro” (ROSSET, MARTINEZ-TORRES, 2013).

camponeses e indígenas, envolvidos desde o início da agroecologia, encontram para gerar resistência ao capitalismo. Por meio da agroecologia, segundo o mesmo autor, se expressam as lutas sociais como resultado das diferentes realidades sociais e culturais das sociedades periféricas.

[...] donde las vinculaciones entre la ciencia moderna y los designios de la dominación colonial e imperial son más visibles, y donde otras formas de conocimiento no científico y no occidental persisten en las prácticas sociales de vastos sectores de la población (Sousa Santos, citado por Sevilla Guzman, 2013, p. 36).

Outros autores entendem a agroecologia como um componente dentro da “Agricultura Sustentável”⁵², onde são necessárias novas estratégias de desenvolvimento agrícola para assegurar uma produção estável de alimentos e em harmonia com a qualidade ambiental. De acordo com essa interpretação, muitas instituições nacionais e internacionais e ONGs se posicionam. Tais organismos se relacionam à agroecologia com propostas

⁵² Mesmo que existam diferentes posições em torno do tema da agricultura sustentável, se considera pertinente compartilhar a noção de Foladori e Tommasino (2001), os quais identificam quatro proposições diferentes, a saber: 1) sustentabilidade como uma questão ecológica ou ambiental; 2) grupo que integra autores com dois grandes âmbitos de análise, o socioeconômico e o ambiental; 3) uma corrente denominada “críticos del crecimiento + conservación”, cujos autores entendem que o sistema deve ser corrigido através de políticas que diminuam os processos de inequidade; e 4) corrente de “in-sustentabilidade” cujos autores entendem que a dinâmica da sociedade capitalista gera, intrinsecamente inequidade e insustentabilidade. Seguindo estes autores, Altieri apresenta uma visão que corresponde ao item 3), em que “... en general sostiene que el sistema debe ser mejorado, estableciendo mecanismos que lo corrijan. A pesar de hablar en algunos casos de cambios estructurales, como lo hace Altieri, no plantean claramente la modificación de las relaciones de producción como elemento central del cambio” (TOMMASINO, 2006, p.93).

técnicas, produtivas – ecológicas, sem considerar em muitos casos, os fatores sociais e econômicos que constituem a produção de alimentos (ALTIERI e NICHOLLS, 2000).

Neste sentido, se apresenta a opinião de un integrante da RAU - Regional Toronjil,

“... lo agroecológico es más integral, integra la soberanía alimentaria, la no explotación del hombre por el hombre, la igualdad, hay un montón de conceptos. Vos podes ser un productor orgánico y mantener la explotación ... ser agricultor agroecológico es una posición política, porque estas a favor de otro modelo productivo, sin usar ningún tipo de veneno, producir alimentos sanos, no a la contaminación del medio ambiente, y a su vez estas promoviendo el uso del la tierra en forma colectiva, la no explotación del hombre por el hombre, hay otros contenidos políticos importantes y decís, “pudimos producir de otra forma sin hacernos daños”, ya ahí estas tomando una posición política muy importante ... Esto va más allá y nos unifica más como ser humano, porque trasciende. Tenemos puntos en común y eso es una cuestión transformadora, es una posición política y muy fuerte.” (DÁRDANO, MÉNDEZ Y RODRÍGUEZ, 2014, p.10, grifos nossos).

Cabe ressaltar o aspecto organizativo/associativo na produção agroecológica assinalada por Sevilla Guzmán. Este autor diz que a agroecologia pode ser definida como o manejo ecológico dos recursos naturais, através de formas de ação social coletiva, que apresentam alternativas à atual crise civilizatória. O referido manejo é desenvolvido mediante propostas participativas. A partir de diferentes âmbitos da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer, assim, formas de produção e consumo que contribuam a enfrentar o deterioramento ecológico e social nas zonas rurais e urbanas (SEVILLA Y WOODGATE, 1997, CITADO POR SEVILLA y SOLER, 2009).

Sevilla Guzmán (2013) indica um processo de gênese e evolução da agroecologia através de três etapas, as quais, como elementos mais relevantes, se destacam alguns aspectos que serão considerados nos processos visíveis no nosso país.

“La primera etapa de resistencia y construcción campesino/indígena, supone el ajuste intercultural, entre grupos campesinos e indígenas, para una toma de conciencia política conjunta; frente al proceso de exclusión social que los organismos internacionales abrieron, al pretender mercantilizar sus manejos a través de las semillas de “falso alto rendimiento” vinculadas a los paquetes de agrotóxicos de la Revolución Verde” (SEVILLA GUZMAN, 2013, p. 33).

Entende-se que, em nosso país, parte do que menciona Sevilla Guzmán nesta primeira etapa começa a se notar na década de 80 e início dos anos 90 com o surgimento da produção orgânica como “alternativa” ao modelo dominante. Pode-se perguntar, neste ponto, se a agricultura orgânica é considerada sinônimo de produção agroecológica. Como já foi mencionado, a agroecologia é uma proposta que abrange outros componentes além do fator agrônômico. Enquanto a produção orgânica, da mesma maneira que as outras agriculturas alternativas, se embasa principalmente em tal fator (como detalhado no Capítulo 1, item 1.1). Neste sentido, ao considerar os apontamentos de Sevilla Guzmán, cabe se perguntar se existe um nível de “tomada de consciência conjunta” que tenda à produção agroecológica e através da qual se criem mudanças que levem à valorização da pessoa humana e do meio ambiente. Isso tudo é necessário para que os AF possam resistir à opressão capitalista, já que estão inseridos nesta sociedade (Martins de Carvalho, 2013).

No Uruguai, a produção orgânica é considerada, principalmente, como alternativa ao modelo dominante. Vislumbra-se, em alguns casos, maior identificação com a produção agroecológica, que se apresenta através de ações e práticas cotidianas. Entre outras, se podem mencionar as práticas

relacionadas à comercialização nos mercados locais, em feiras, em vendas diretas a comércios localizados na zona na qual produzem os alimentos e/ou a consumidores organizados. Assim como também existem aquelas experiências associativas que contribuem na resolução de aspectos produtivos, sociais, econômicos e políticos, com uma perspectiva integradora.

Em função do que foi já apresentado, entende-se que a agroecologia consiste em uma resposta política global que permite gerar vínculos diferentes aos impostos pelo modelo da revolução verde. Em relação aos aspectos práticos, esta proposta implica evitar a dependência de insumos externos ao empreendimento, assim como um manejo de produção vegetal e animal integrado com alimentação animal de base forrageira. Um manejo vegetal através do controle biológico sem uso de agrotóxico e evitando a degradação dos bens naturais. Isso implica que a comercialização de produtos se realize em canais diferentes dos monopolizados pelo capital. Ou seja, aspectos que gerem relações diferentes nas relações de trabalho-capital. De modo que sejam possíveis outras relações de trabalho através de ações representadas pela AF. Vai se criando uma outra possibilidade para os AF, ao invés de se produzir riqueza como um fim em si mesmo, se amplia a agroecologia como forma de vida e se solidifica a solidariedade como unidade, como vínculo social ao invés do lucro, ao invés do capital.

Neste sentido, apresenta-se como uma possibilidade de criação de vínculos diferentes entre as pessoas e a natureza. Como sustenta Almeida (2003), a consolidação de um movimento social aparece como condição fundamental para a afirmação da proposta agroecológica, acima de tudo para provocar uma autêntica e profunda transformação no campo político. Considera-se, então, que a prática agroecológica possui um potencial transformador da realidade. Permite estabelecer relações justas entre agricultores em si mesmos bem como entre agricultores e consumidores, mudando, como destaca Mello (2006, p. 42) “a atitude política das pessoas que a praticam perante o meio-ambiente e a sociedade como um todo”. Estas características podem ser encontradas em organizações sociais

que assumem a proposta agroecológica como bandeira para avançar rumo a outras formas de produção e relacionamento. Enquanto que, se se apresenta isoladamente, pode resultar simplesmente numa maneira diferente de produção agropecuária, sem nenhum potencial de transformação (MELLO, 2006).

3.3.2. O que se entende por associativismo

Pretende-se discutir o associativismo como uma ferramenta que busca a complementação entre o interesse individual e o bem-estar coletivo. Neste caso, se discute o associativismo vinculado à produção alternativa de alimentos.

Segundo Peixoto (2004), o associativismo refere-se a um processo onde uma ou mais pessoas decidem reunir-se de maneira regular (não necessariamente contínua) para dar conta de demandas comuns. Apresenta-se como um conjunto de práticas sociais dadas e localizadas historicamente, que propõem a autonomia das pessoas. Valorizando a cooperação entre elas e baseada na reciprocidade, na confiança, na pluralidade e no respeito mútuo. Desta maneira, o associativismo afirma um modo de ação coletivo que estabelece obrigações na busca de alcançar objetivos comuns que permitem a autogestão do coletivo.

“Por un lado, la autogestión adquiere una connotación fuertemente económica, asociada a una “necesidad gerencial capaz de salvar empresas de la quiebra y evitar el desempleo en masa” (Pires, 1999), y, por otro, resurge retomando las luchas políticas e ideológicas que dieron origen al concepto, es decir, asociada a un ideal utópico, de transformación y de cambio social” (PEIXOTO, 2004, p. 41).

Neste sentido, corrobora-se com o fato de que a autogestão exige formas de ruptura com as maneiras convencionais de fazer as coisas sob o regime de dependência, e os participantes são convocados a mobilizar suas capacidades em vários campos de ação (Sarachu, 2009). Este autor, considerando aportes de Cruz (2007), propõe cinco “desafios – rupturas” que podem aparecer nas experiências associativas, como parte dos processos de

autogestão.

“a) El desafío-ruptura de compartir el trabajo. b) El desafío-ruptura de compartir los medios de operación. c) El desafío-ruptura de superar la apropiación privada de la producción social de la riqueza. d) El desafío-ruptura de superar la separación entre la concepción y ejecución de los procesos económicos. e) El desafío-ruptura de superar la separación entre los que hacen y los que deciden” (Sarachu, 2009, p. 10).

Segundo Cruz (2007), os cinco pontos de “rupturas” formam um conjunto de “iniciativas econômicas associativas” que permitem diferenciar a economia capitalista da economia solidária. Através dos quais se buscam “... relações de igualdade e de solidariedade entre seus partícipes” (CRUZ: 2007, p. 69). Concorda-se com o fato de que os processos de autogestão se encontram em permanente tensão entre a superação de ditas rupturas e o contexto em que se desenvolvem. Nos quais estão presentes os componentes históricos, econômicos e políticos, que levam a um conjunto de determinações e condicionamentos que devem ser compreendidos e questionados para que se possam gerar transformações (SARACHU, 2009).

Estas práticas sociais são aquelas que permitem a geração de procesos associativos e nas quais se questiona e reconhece a capacidade de transformar a realidade. Como diz o mesmo autor, é necessário compreender:

“... que no estamos condenados a reproducir lo existente, que es posible establecer rupturas y desarrollar otras formas de ser sujeto, que revalorizando nuestro propio hacer en la relación con otros, en sus combinaciones, complementariedades puedan fundamentar la crítica a lo existente desde la experimentación efectiva de otras posibilidades de organizar el trabajo y la vida. Dichas rupturas suponen comprender claramente los condicionamientos del dominante capitalismo actual y

sus lógicas destructivas y al tiempo que realizar la crítica al poder existente, desarrollar las bases para el surgimiento de un nuevo poder vivir de otra manera” (SARACHU, 2009, p.3).

Neste sentido, as experiências associativas se vislumbram como procesos que resultam mais complexos em uma sociedade capitalista, a qual prima pelo individualismo e pela apropriação dos bens sociais por parte do capital. Segundo Engels (1980):

[...] Los medios de producción y la producción se habían convertido esencialmente en factores sociales. Y, sin embargo, veíanse sometidos a una forma de apropiación que presupone la producción privada individual, es decir, aquella en que cada cual es dueño de su propio producto y, como tal, acude con él al mercado. El modo de producción se ve sujeto a esta forma de apropiación, a pesar de que destruye el supuesto sobre que descansa. En esta contradicción, que imprime al nuevo modo de producción su carácter capitalista, *se encierra, en germen, todo el conflicto de los tiempos actuales*. Y cuanto más el nuevo modo de producción se impone e impera en todos los campos fundamentales de la producción y en todos los países económicamente importantes, desplazando a la producción individual, salvo vestigios insignificantes, *mayor es la evidencia con que se revela la incompatibilidad entre la producción social y la apropiación capitalista* [...] (ENGELS, 1980, grifos do autor).

O fragmento anterior, tomado do texto “*Del socialismo utópico al socialismo científico*”, faz referência aos meios de produção e ao mercado segundo as relações que ocorriam no século XVII, nas quais se apresentam contradições próprias do sistema atual. Contradições estas que podem ser vistas ainda hoje, em experiências coletivas e processos associativos.

Como afirma outra autora clássica, no sistema capitalista, a produção depende, em grande parte, das possibilidades do

mercado. Dentro desta lógica, se encontram os processos autogeridos, as cooperativas de produção, entre outros. Nelas se pode observar como os métodos se colocam em prática para capacitar a empresa e, portanto, seus trabalhadores na luta contra seus competidores e o mercado (Luxemburgo, 1967). Apresenta-se, assim, outra contradição que pode provocar dificuldades para o coletivo, levando à delibilidade do mesmo, em alguns casos. Neste sentido, a partir de uma lógica marxista, há pouco sentido da existência de cooperativas competindo no mercado com modos de produção capitalista. O que se pretende é transitar do sistema dominante, ensaiando outros modos de produção, e, por tanto, para outros modos de relacionamento. Como salienta Martins de Carvalho (2013, p.349), na CRS se propõe a “*vivir relaciones armoniosas con la naturaleza y con otros pueblos sin destruir la sociedad y provocar exclusión social...*”

Deve-se, então, reconhecer que as experiências de autogestão se desenvolvem em espaços concretos da realidade, “... en espacios productivos y materiales concretos que también moldean, tensionan y producen al sujeto, restringiendo su capacidad de acción individual y colectiva” (SARACHU, 2009, p. 4). Desta maneira, concorda-se com Sarachu, quando aponta a necessidade de compreender que uma sociedade, ao longo da história, constroi formas de vida a partir de condições que lhe são impostas para além de sua vontade, nas quais se dão “*luchas de fuerza y relaciones complejas entre el capital y el trabajo con mediaciones estatales*” (SARACHU, 2009, p. 7), aspectos que atravessam as experiências associativas.

Segundo as palavras de Sarachu a partir de Lukács, nota-se que a classe trabalhadora transita por diferentes momentos com maior ou menos tensão frente à classe dominante, nos quais se busca compreender as condições de debilidade presentes.

“Lo interesante de la autogestión está en su ligazón con esas historias de lucha, actualizando la clase, que no esta hecha de una vez y para siempre, por lo que es necesario re-hacerla permanentemente; dado que la ofensiva del capital y sus reestructuraciones la vienen

des-haciendo constantemente, aunque no puedan prescindir totalmente del trabajo colectivo vivo. Esa re-composición surge precisamente de la aparición de nuevas resistencias, nuevas capacidades, estrategias y formas organizativas” (SARACHU, 2009, p. 8).

Considera-se, então, necessário entender a autogestão com caráter multidimensional, como defende Peixoto (2004), ou seja, é preciso pensá-la como muito mais que uma simples modalidade de gestão por se tratar de uma nova praxis produtiva. Integrando pelo menos quatro aspectos diferentes: social, econômico, político e técnico.

“... o caráter social refere a que na construção social, a autogestão deve ser percebida como resultado de um processo capaz de gerar ações e resultados aceitáveis para todos os indivíduos e grupos que dela dependem. O econômico assenta-se sobre processos de relações sociais de produção, que se definem segundo práticas que privilegiam o fator trabalho em detrimento do capital. O político fundamenta-se a partir de sistemas de representação, cujos valores, princípios e práticas favorecem e criam condições para que a tomada de decisões seja resultado de uma construção coletiva que passe pelo poder compartilhado. A técnica insinua a possibilidade de outra forma de organização e de divisão do trabalho...” (PEIXOTO, 2004, p. 39)

As experiências associativas se caracterizam, entre outros, por terem em seus componentes o fator trabalho como determinante dos objetivos e funcionamento do empreendimento. Segundo Razeto (1993), são cinco os fatores que podem ser encontrados ocupando o lugar de organizador e/ou organizados. A força de trabalho, tecnologia, meios de trabalho, gerenciamento ou administração e capital⁵³. Se entende que cada

⁵³ Segundo Razeto (1993), a força de trabalho é o conjunto de pessoas que participam diretamente no processo de produção, no caso de uma cooperativa seriam os/as cooperativistas e sócios/as. No conjunto

empreendimento tem um fator que cumpre o papel de organizador, o que define os objetivos e deixa os outros três fatores (fatores organizados) subordinados. Nos processos associativos, ao terem a força de trabalho como fator organizador, seria necessário um maior autocontrole das necessidades laboriais, maior ingresso e retribuição por trabalho realizado, maior segurança ocupacional, assim como melhores condições trabalhistas, mais humanas e dignas (RAZETO, 1993).

Neste sentido, entende-se que os processos associativos como uma ferramenta que permite construir relações sociais mais justas e solidárias. Ao abordar a temática do associativismo, é importante entender e compreender os diferentes aspectos e elementos que se colocam em jogo em toda criação e ação humana nas quais o eixo central é o trabalho coletivo, o trabalho em comum das pessoas associadas. Há consenso com Martins de Carvalho (2013, p. 348), que diz que:

“La valorización de la vida pasa por la dimensión individual de la persona, al tornarse sujeto social, al sentirse perteneciendo a un colectivo social. Y los colectivos se construyen en función de objetivos y valores determinados. En este proceso de construcción de colectivos (compartidos a partir de identidades sociales), se dan continuas emancipaciones sociales, ya sea de orden económico, político o ideológico, que contribuyen a la reafirmación de la autoestima personal, y, en esta dinámica, se reafirman como sujetos sociales”

de conhecimentos e informação relativa aos procesos e sistemas técnicos de produção, comercialização, organização de trabalho, etc., entende-se que tratam-se de tecnologias. Os meios de produção são o conjunto de instalações físicas, instrumentos, equipes, insumos e empreendimento. Ao componente constituído normalmente por certa quantidade de dinheiro (ou capital de crédito), que permite contratar fatores e estabelecer relações de troca no mercado, se conhece como capital. Enquanto isso, o sistema de coordenação e direção unificada das funções e atividades do empreendimento são a gerência e administração.

No meio rural, estas formas associativas que implicam processos de coletivização e cooperação definem práticas e estratégias, tanto individuais quanto grupais, de existência e resistência no campo. Em alguns casos, experiências com estas características podem ser identificadas na zona de estudo, as quais serão apresentadas no próximo capítulo.

A associação entre pessoas assinala outra modalidade de vínculo social e político: a solidariedade. Neste sentido, é possível encontrar práticas solidárias não formais, entendidas como associativas. Exemplo disso são as jornadas de trabalho solidário que se dão pela simples troca de conhecimento, saberes e em alguns casos, produtos. Assim são também exemplos os trabalhos agrícolas coletivos realizados em favor de uma comunidade, conhecidos pelos povos originários como “minga”, quando um grupo de pessoas trabalha para outra/s.

Se apresentam também diversas estratégias cooperadas que muitas vezes são como ferramentas para a sobrevivência econômica e/ou resistência da agricultura familiar. Sob essas “formas de producción cooperada” são criadas ações coletivas que desde diferentes planos, interesses e oportunidades se complementam para sobrevivência cotidiana. Estas práticas podem se associar com a proposta de Martins de Carvalho, quando debate a importância de construir identidades comunitárias de resistência ativa, com novos referentes sociais que permitam desenvolver níveis mais complexos de consciência e, desta maneira “*permanecer en el campo realizando cambios en la unidad de producción y en el comportamiento de las familias*” (Martins de Carvalho, 2013, p. 329).

Em alguns casos, estas ações são criadas em grupos cujo principal interesse é o acesso à tecnologia social⁵⁴ ou a certos

⁵⁴ Para Dagnino (2009), a Tecnología Social (TS) refere-se a “produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social ... ainda que aponte para o objetivo da inclusão social e por isso dialogue com movimentos sociais como o dos Empreendimentos Solidários (ESs) e com as políticas públicas que

benefícios concedidos pela modalidade grupal através de políticas públicas. Estas lógicas organizativas acabam sendo funcionais às necessidades do Estado para cobrir seus compromissos com o mercado. Desta maneira, é possível envolver os setores deixados para trás, os menos considerados pelo estado no geral. Neste sentido, o associativismo no meio rural pode ser uma forma organizativa que articula produtores e trabalhadores rurais, em muitos casos, gerada a partir da busca de integração entre a produção, a industrialização ou a comercialização. Ou perante a necessidade de acesso a recursos para a produção, que pode ocorrer por iniciativa própria ou como requisito formal para aceder às políticas públicas.

Nestes casos, se impõem tensões frente às contradições que surgem da necessidade da associação para possibilitar os mecanismos de permanência e sobrevivência no meio rural e os interesses estatais. Em relação a isto, na maioria dos casos ocorre uma dependência institucional que dificulta as possibilidades de geração de autonomia por parte do coletivo.

Outro tipo de associação, em um nível mais específico e fortemente conectado à RAU, é vinculada ao interesse de obter o selo orgânico a partir da certificação participativa. Isto está ligado à comercialização de produtos orgânicos. Desta maneira, se apresenta uma motivação para se associarem à RAU gerada como condição, já que esta é a única forma de acesso ao selo orgânico e, para tanto, é preciso que se seja sócio de tal rede. Na medida em que existem mercados que exigem o selo orgânico para validar a produção e então comercializar, esta motivação segue

buscam promovê-la, a definição, é de uma flagrante fragilidade analítico-conceitual. Ela não permite a concepção de um elemento essencial para a sustentabilidade da Economia Solidária (que, é claro, não se resume à dimensão econômica). Ou seja, um conjunto de indicações de caráter sociotécnico alternativo ao atualmente hegemônico capaz de orientar as ações de fomento, planejamento, capacitação e desenvolvimento de TS dos implicados com esses empreendimentos: gestores das políticas sociais e de C&T, professores e alunos atuantes nas incubadoras de cooperativas, técnicos de institutos de pesquisa, trabalhadores etc....” (DAGNINO, 2003, p 365 - 373).

forte.

Por último, cabe destacar outra expressão do associativismo vinculada, principalmente, a elementos político-ideológicos. Trata-se de pessoas que se associam aos espaços coletivos para praticar processos associativos em relação à produção alternativa de alimentos. Estes espaços são considerados de militância. Como argumenta Sarachu (2009), se entende que nestes casos também existem rupturas pelo fato de que se pode reconhecer a necessidade de organizar o trabalho e a vida através de outras práticas. Deste modo estes sujeitos sociais buscam viver de outra maneira já que transitam por experiências que buscam transformar a realidade.

Considera-se necessário destacar que desde as relações entre trabalho, capital e meios de produção, é comum que se encontrem diferenças entre os grupos que se associam. Neste sentido, aqueles que se associam para comercializar ou para realizar compra de insumos coletiva, apresentam diferenças frente às associações nas quais se divide o trabalho cotidiano com recursos em comum (associações para produzir e/ou processar alimentos). Para maior nível de integração dos três fatores no projeto cotidiano (terra, trabalho e capital), maiores são os desafios e a complexidade da proposta. Espera-se que estes aspectos sejam visíveis tanto no potencial de disputa contra hegemônica das experiências, como em termos materiais e simbólicos de cada uma das pessoas envolvidas.

4. CAPÍTULO 3 - A PESQUISA DE CAMPO: CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS SELECIONADAS

Neste capítulo se apresentam as experiências associativas de Toronjil selecionadas. Compartilha-se, de início, as principais características das experiências associativas de agricultores que foram identificadas. Em continuação, serão aprofundadas as particularidades das experiências associativas selecionadas, para analisar as relações de trabalho geradas, a intencionalidade pela qual se associam e a relação com o mercado (o nível de mercantilização). Desta maneira, se busca analisar que tipo de relações de trabalho estas formas associativas para produção de alimentos geram, se podem ser entendidas, ou não, como estratégias para o fortalecimento do trabalho familiar e de seu vínculo com a natureza, garantindo a reprodução dos AF.

Como se mencionou no Capítulo 1, item 1.5, o coletivo Toronjil é composto por: agricultores, consumidores, técnicos, instituições educativas e comerciantes. Foram caracterizadas as experiências vinculadas a processos associativos de agricultores e algumas delas foram analisadas. À continuação, serão apresentadas as principais características das seis experiências associativas identificadas entre agricultores pertencentes a Toronjil: cooperativas de mulheres rurais, jornadas solidárias, coletivos e associações entre famílias (cf. Quadro 2)

Quadro 2: principais coletivos e atividades dentro de Toronjil

EXPERIÊNCIAS ASSOCIATIVAS	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
1- Cooperativa “Calmañana”	Cooperativa de mulheres. Surge em 1987, se associam para industrializar e comercializar ervas aromáticas e medicinais, sendo sua principal fonte de renda. As integrantes são fundadoras da RAU, e se integram a Toronjil desde a origem da regional.

2 – Colectivo “Paso a Paso”	Coletivo integrado por pessoas que se juntam entre os anos 2010 e 2013 para produzir e comercializar produtos hortifrutícolas, ervas aromáticas, medicinais e animais de granja. A maioria de seus integrantes tem entradas de renda externa (pensão, aposentadoria, trabalho assalariado). São integrantes da RAU desde 2010, e se integram a Toronjil desde a origem da regional.
3 – Agricultores Familiares Associados	Associação gerada desde o ano 2014 para comercializar produtos em alguns períodos do ano. A única fonte de renda económica surge da exploração predial. Um dos AF se integra a Toronjil no 2013, e as outras famílias estão desde a origem da RAU.
4 - Jornadas Solidárias	Jornadas solidárias que se realizam em alguns sistemas de produção. Na maioria dos casos, em momentos de maior demanda de trabalho ou quando, por algum motivo, se apresentam dificuldades por parte daqueles que realizam as tarefas produtivas. Não gera fonte de renda.
5 – Cooperativa “La Orgánica”	Cooperativa de mulheres. Surge em 1996, se associam para a industrialização e comercialização de molho de tomates, marmeladas e conservas. Para algumas integrantes, trata-se de sua principal fonte de renda. Se integram a Toronjil desde a origem do mesmo.
6 - Asociación entre dos Familias	Associação gerada por duas famílias que dividem os meios de produção para sobreviver no meio rural, desde o ano 2014. A maioria dos integrantes tem fonte de renda externa (pensões, aposentadorias e outros empreendimentos associativos).

	Sendo integrantes fundadoras da RAU, se integram a Toronjil desde a origem da regional.
--	---

Fonte: elaboração própria.

Para a análise, conforme mencionado anteriormente, foram selecionados dois coletivos, a cooperativa “Calmañana” e o coletivo “Paso a Paso”. Inicialmente se projetou analisar duas outras experiências, mas que não foram consideradas por falta de informação para que se pudesse fazê-lo de maneira aprofundada. Isso responde, por um lado, à dificuldade durante o desenvolvimento das entrevistas e da situação pela qual passava uma das experiências, afetando as pessoas entrevistadas. Neste caso, o coletivo se encontrava com dificuldades de seguir em frente, seus integrantes estavam buscando e avaliando outras possibilidades de moradia e a reorganização do sistema de produção, coisa que se reflete em uma das entrevistas, na dificuldade para responder as perguntas sobre a experiência e a abertura ao dividir o momento difícil pelo qual estavam passando. Devido às dificuldades do coletivo, problemas de saúde das pessoas envolvidas e a necessidade de resolver a situação, optou-se pela não realização de outra entrevista. Neste caso, decidiu-se pela não análise da experiência já que houve falta de informação (não foi possível fazer levantamento de quais são/foram as relações de trabalho, o vínculo com os mercado e as políticas públicas).

Desta forma, a seguir se apresenta a caracterização das duas experiências analisadas, para as quais foram consideradas as relações de trabalho estabelecidas pelos agricultores e a história do surgimento e situação atual de cada uma delas, assim como se levou em consideração a infraestutura e maquinaria com que contam, a organização do trabalho, a forma de aquisição da terra e o vínculo com o mercado de insumos, produtos e dinheiro, e com as políticas públicas.

4.1. CARACTERIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS SELECIONADAS

4.1.1 Cooperativa “Calmañana”

A cooperativa “Calmañana” é composta por 16 mulheres agricultoras familiares, associadas para produzir e comercializar ervas aromáticas e medicinais. O coletivo surge no ano 1987, formado por dois grupos (Pedernal e Gardel), logo no ano de 1991, se integra mais um (Tapia). No ano de 1996 se formaliza a cooperativa com os três grupos. Ao longo da sua história, variou bastante a quantidade de integrantes, atualmente se mantém os três grupos, envolvendo um total de aproximadamente 16 mulheres rurais.

A particularidade deste coletivo, impulsionado inicialmente por uma ONG, é que ele se forma a partir da necessidade da mulher de ter outros espaços para além do doméstico, espaços de “escape” onde se pudesse encontrar com outras mulheres com quem dividir o cotidiano, as dificuldades, etc. Desta maneira começaram a pensar na criação de um espaço próprio com a possibilidade de realizarem serviços para a comunidade. Em princípio trabalharam principalmente em torno da temática da saúde e prevenção de doenças em mulheres rurais. A partir destes encontros, se constatou a necessidade de terem projetos produtivos. Se agruparam como mulheres produtoras, experimentando na produção de hortas para o consumo coletivo, ervas aromáticas e medicinais. Logo decidiram se dedicar a isso, visto que se tratava de uma atividade que permitia cobrir a necessidade de obtenção de maior renda ao mesmo tempo em que realizavam tarefas que as fortaleciam como mulheres, tendo um espaço próprio no sistema de produção. Com o tempo, conseguiram se aprimorar na produção de ervas aromáticas e medicinais, acedendo diversos mercados através da venda direta para pessoas conhecidas, feiras locais/de vizinhança, até às cadeias de supermercados nas quais vendem atualmente. Neste momento, o empreendimento significa a principal fonte de renda das associadas.

A cooperativa conta com três fábricas processadoras

coletivas, uma para cada grupo, equipadas com maquinaria para pesar, envasar, selar e rotular etiquetas, além de 15 secadores solares localizados nos sistemas de produção das cooperativistas, e sete estufas com irrigação distribuídas nos diferentes grupos (Pedernal, Tapia y Gardel).

No que diz respeito à organização do trabalho, a maneira com que levam a diante o processo produtivo é combinado dentro de cada grupo conforme as ervas que produzem: secas ou frescas. Com exceção de uma cooperativista, cada integrante produz em sua casa com ajuda da família, filhas/os e/ou esposo. Dependendo da demanda de trabalho e o momento do ano, algumas mulheres se organizam para trabalhar conjuntamente no mesmo local. Quando é necessário, contratam mão de obra assalariada, particularidade que se apresentou em safras específicas.

Para realizar o envase, cada grupo se organiza em sua fábrica coletiva. Em função da demanda de ervas, é que se estipula a quantidade de integrantes que participa de tal tarefa. As ervas frescas são embaladas duas vezes por semana, enquanto as secas são embaladas em função da demanda (aproximadamente uma vez por semana) (cf. Anexo II).

Os aspectos financeiros e comerciais se organizam de maneira coletiva por toda a cooperativa. As tarefas de administração e gestão de finanças são rotativas. A pessoa responsável pela tarefa se comunica com o distribuidor (intermediário), recebe o dinheiro do caixa e distribui para cada grupo. A mesma cooperativista se encarrega também de receber semanalmente a demanda de ervas secas e distribuir o pedido em partes iguais para os três grupos. No caso das ervas frescas, em cada grupo há uma cooperativista encarregada de receber o pedido e comunicar a todas as integrantes de modo a se organizarem para cobrir a demanda. Cada um dos grupos se organiza para produzir e embalar nos tempos acordados por toda a cooperativa.

Para a comercialização contam com um distribuidor que recolhe, em seu veículo, os produtos das diferentes fábricas processadoras, em seguida se realiza a distribuição aos supermercados nos quais comercializam atualmente.

O vínculo com o mercado de insumos é escasso, devido ao fato de que a compra dos mesmos é mínima. Isso indica que a maioria das sementes é reproduzida dentro dos próprios estabelecimentos e/ou são trocadas tanto na cooperativa como com a Red de Semillas. As sementes compradas são fornecidas pelo ervanário onde comercializam os produtos. Outros insumos, como os preparados que se utilizam para o manejo integrado, são principalmente elaborados dentro dos sistemas de produção nas cooperativas. O adubo para o manejo do solo, na maioria dos casos é retirado em granjas da zona e é distribuído entre todos, neste caso, há custo com o traslado. Para as compras dos insumos que não se pode abastecer internamente, se recorre aos canais comerciais convencionais⁵⁵, onde também são comprados materiais utilizados tanto para a produção como para o embale (macetas, bandejas, nailon, caixas, etc.)

No caso dos produtos, há vínculo com o mercado convencional. A maior parte das ervas aromáticas se destina a uma cadeia de supermercados. Quando geram excedentes, vendem em feiras e/ou grupos de consumidores organizados. As ervas medicinais, em sua maioria, são comercializadas com um ervanário que vende em diferentes mercados de todo o país. Em ambos casos existe um contrato realizado que assegura a comercialização e as sementes (insumos) para o caso do ervanário.

No caso do mercado de dinheiro (créditos), atualmente a cooperativa não tem vínculos.

Em relação à forma de aquisição da terra, a mesma se deu de maneiras diferentes para cada uma das integrantes da cooperativa, algumas terras são propriedade das famílias das cooperativadas, e outras do INC. Cabe destacar que não existem informações exatas sobre a quantidade e a forma de aquisição de cada uma das cooperativistas.

⁵⁵

Se trata dos canais comerciais monopolizados pelo capital, como o de cadeias de supermercados.

4.1.2 Coletivo “Paso a paso”

Esta experiência consiste em uma associação entre oito pessoas que se juntaram para trabalhar a terra, compartilhar insumos e ferramentas, de modo a produzir hortaliças, frutas, ervas aromáticas, medicinais e animais de granja, para autoconsumo e comercialização.

A maioria de seus integrantes compartilha de uma trajetória de vida na cooperativa de moradias “Pando Cooperativa de Viviendas” (PANCOVI) da Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua (FUCVAM). Desde este espaço em comum, durante a crise de 2002⁵⁶, se organizam para produzir alimentos orgânicos, para autoconsumo e consumo solidário, através de uma horta comunitária. Até o ano de 2006, desenvolveram experiências em um local próximo, que conseguiram de maneira solidária.

Neste mesmo ano uma das famílias comprou uma chácara onde atualmente o coletivo produz com a finalidade de utilizá-la de maneira associativa. Começam a preparar o terreno para produzir alimentos e construir as moradias, colocam luz e fazem o poço de água. No ano de 2010 terminaram a construção de uma das moradias e um dos integrantes da cooperativa passou a viver

⁵⁶ Segundo Zibechi (2007) entre os anos 1997 e 2003, na América Latina ocorreram diversas crises como consequência do começo da queda do modelo neoliberal. Em função das características de cada país e do processo em que se encontravam, a crise se deu de maneira diferente. No Uruguai, a crise “econômica – financeira” ocorreu principalmente no inverno de 2002, como consequência, aconteceram diferentes movimentações sociais, como painelaços comunitários e organizações de vizinhos para a produção de alimento “... en el pico de la crisis económica y social de 2002 de modo espontáneo nacieron a la periferias de Montevideú decenas de huertas familiares y colectivas en las que trabajaron miles de vecinos pobres golpeados por la desocupación ... Las huertas fueron un modo de afrontar la crisis de alimentación que atravesaban los más pobres aunque una parte de ellas se mantiene pese al sostenido crecimiento económico que se registra desde 2004” (Zibechi, 2007, p.235).

lá. No mesmo ano começaram com a produção de alimentos na chácara para o autoconsumo com hortaliças e animais de granja. No ano de 2012 incorporaram a produção de ervas medicinais e aromáticas para a elaboração de fitoextratos com fins medicinais que comercializaram em um ervanário. Em 2013 finalizaram a construção de outra moradia e mais uma família se muda para a chácara.

O objetivo do coletivo, segundo seus integrantes, é desenvolver um empreendimento produtivo-cooperativo com base agroecológica. Em relação às atividades que atualmente são desenvolvidas, a produção se destina principalmente para cobrir as necessidades dos integrantes do coletivo, tanto de alimentos como de ervas para uso medicinal. Enquanto isso, os excedentes são comercializados. Estes sujeitos também realizam rodas de conversa e passeios pela chácara, de modo a dividirem com centros educativos seu projeto.

Em relação às entradas de renda dos associados, sua principal fonte não é o empreendimento, mas a venda de sua força de trabalho ou por benefícios de aposentadoria.

No que diz respeito à maquinaria e infraestrutura, o coletivo conta com ferramentas manuais para trabalhar a terra, uma estufa/secadora, um sistema de rega móvel e regadores. Para o uso de outras ferramentas necessárias, são feitos acordos com a família proprietária da chácara e com uma instituição educativa da zona. A infraestrutura localizada dentro do sistema de produção é propriedade da família dona da chácara: duas casas, um galpão, um poço de água, um galinheiro e uma coelheira.

Para a organização do trabalho, os integrantes dos coletivos se distribuem de acordo com suas preferências, facilidades e disponibilidades de horário e contam com um trabalhador assalariado que se encarrega do desenvolvimento cotidiano do empreendimento. As tarefas desenvolvidas são: criação de animais, horti-fruticultura, fertilizante verde, produção de ervas medicinais e aromáticas, manutenção do parque, preparação de biofertilizantes e outros preparos caseiros.

Atualmente, o principal destino da produção é o autoconsumo. Os excedentes são comercializados de maneira

direta no estabelecimento em uma cooperativa de moradias da zona para onde são levados os produtos para vender uma vez por semana, assim como para refeitórios de instituições públicas próximas.

Em relação à tomada de decisões, esses sujeitos têm um espaço coletivo que funciona de forma intermitente e que é onde se estabelecem acordos gerais nos quais participam os associados e o trabalhador assalariado. No trabalho cotidiano, as decisões são tomadas principalmente pelo trabalhador assalariado em consulta com a família que vive no local.

O vínculo com o mercado de insumos, produtos e dinheiros se apresenta de maneira diferente em cada caso. A compra de insumos é mínima devido ao fato de que a maioria das sementes e plantas são produzidas no mesmo sistema, assim como também são trocadas com a Red de Semillas. Os preparados utilizados no manejo também são produzidos dentro do local. Se necessário, a compra dos insumos se dá nos canais de comercialização convencionais. O vínculo com o mercado de produtos é escasso, o destino principal da produção é para o autoconsumo. Quando existem excedentes, estes são comercializados em mercados alternativos e de maneira direta. Com o mercado de créditos, não têm vínculos, atualmente. Por último, em relação à forma através da qual adquiriram a terra, volta-se a dizer que trata-se da propriedade de uma das famílias integrantes do coletivo.

O quadro a seguir, reúne as principais características e os principais aspectos de ambas as experiências, que serão objetos da análise.

Quadro 3: principais características de “Calmañana” e “Paso a paso”

Indicadores	1 - cooperativa “Calmañana”	2 - coletivo “Paso a paso”
Componentes (Quantos e quem são)	16 mulheres	6 homens, 2 mulheres
Tipo	de Processamento	e Produção e

Associação	comercialização	comercialização
Origem da renda (primária e outras)	ervas aromáticas e medicinais (primária)	Venda de força de trabalho, aposentadoria (primária). Horticultura, ervas medicinais, aromáticas e animais de granja (secundária).
Destino da produção	Venda em cadeia de supermercado, ervanário, feiras e grupo de consumidores; trocas e produtos intermediários	Autoconsumo, venda direta a grupo de consumidores, cooperativa de moradias, instituições públicas, ervanário; trocas de sementes e produtos intermediários
Forma de aquisição da terra	Proprietários ⁵⁷	Proprietários
Tipo de força de trabalho	Cooperativa familiar	Associada e trabalho assalariado
Vínculo com Políticas públicas	Sim	Não
Vínculo com o mercado	Insumos	A maioria é de produção própria ou de troca. Mercado convencional. Ervanário. Fertilizantes sem custo de granjas.
	Produtos	Mercado convencional, férias e grupo de consumidores
		A maioria é de produção própria ou de troca. Mercado convencional. Fertilizantes sem custo de granjas. Grupo de consumidores, cooperativa de moradias, ervanário e instituições públicas

⁵⁷ Em alguns casos, as famílias são proprietárias das terra do INC. Em não sendo feito um aprofundamento de aspectos particulares de cada integrante da cooperativa, não existem informações exatas sobre a quantidade de pessoas que vivem em tais colônias.

	Dinheiro (créditos)	Não		Não
--	------------------------	-----	--	-----

Fonte: Dados primários

4.2 OS PROCESSOS ASSOCIATIVOS COMO MECANISMOS DE RESISTÊNCIA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Neste capítulo se pretende analisar os processos associativos em três níveis. Primeiro, no nível da Red de Agroecología del Uruguay, de modo a discutir por onde passa o espaço de resistência mais geral dentro da organização que encampa os AF da Regional Toronjil. Segundo, no nível do território onde se encontram os AF protagonistas desta investigação, considerando a caracterização realizada no Capítulo 1, item 1.2; nestes dois níveis, a análise retoma, principalmente, os apontamentos de Martins de Carvalho (2013) na sua proposta sobre a Comunidad de Resistencia y Superación, contribuição teórica relevante para se discutir a resistência e a construção de novas possibilidades para a AF e a agroecologia.

Por último, em um terceiro nível, serão analisadas nas duas experiências selecionadas, as intencionalidades pela qual as pessoas se associaram; as relações de trabalho geradas mediante a venda e compra de força de trabalho; a forma de aquisição da terra; e a relação da associação com o mercado de insumos, produtos e dinheiro. Ao finalizar, se discutirá o vínculo das experiências com o Estado.

4.2.1 Análise da Red de Agroecología del Uruguay - RAU

Em um primeiro nível de análise, se considera que a RAU, como organização que surge principalmente vinculada com a necessidade de gerar e sustentar um sistema de certificação para os produtos orgânicos, apresenta diversos mecanismos de resistência para a AF.

Por um lado, o próprio SCP pode ser considerado como uma estratégia que permite praticar outros modelos de reconhecer

e validar os produtos da agricultura familiar. Neste sentido, ocorrem ações e práticas que colocam em prova as instâncias de certificação, adaptadas a cada regional e baseadas na confiança e na solidariedade de AF, técnicos e consumidores. Nestes aspectos se associam com a proposta de mudanças no comportamento das famílias agricultoras, consumidoras e nos processos de trabalho coletivo, como indica Martins de Carvalho (2013) para a proposta de CRS. No caso da RAU, é possível notar que o SCP permitiu e fortaleceu uma rede de alcance nacional que atua com práticas diferentes das convencionais. Ao mesmo tempo, o SCP apresenta dificuldades e tensões dentro da RAU, já que exige um nível de participação e dinamismo dos diferentes atores que dificulta a possibilidade de desenvolvimento de outras áreas de trabalho presentes na RAU. Para exemplificar, a dificuldade que se tem com o abastecimento de rações e forragens ecológicas para a produção animal, pode estar relacionada às exigências implicadas na manutenção do SCP que tem escassa formação para os AF e técnicos, o que seria imprescindível para que se colocasse em prática os sistemas de produção ecológicos. Torna-se importante ressaltar estas experiências como processos contraditórios dentro das relações capitalistas. Entretanto vai expressando uma luta pela superação, vai criando-se uma nova consciência onde se produz algo novo. Uma luta de classe onde a AF está sendo negada e busca expressar-se através de uma nova sociabilidade entre AF e consumidores.

Por outro lado, a Rede permite encontros de debates sobre diferentes modelos de produção, comercialização e organização a partir de experiências que se expressam de diferentes maneiras, de acordo com a diversidade de seus atores. Onde o potencial produtivo dos AF, dá conta das possibilidades produtivas e sociais de uma agricultura solidária e gerida coletivamente pela sociedade. Neste sentido, no ano de 2015, a partir da RAU se trabalhou na elaboração e promoção de um Plan Nacional de Agroecologia (ver Capítulo 1, item 1.4). Se entende que esta proposta contribui no fortalecimento da AF, já que permite gerar identidade social e conscientização política, aspectos que, como explana Martins de Carvalho (2013), são necessários para “a

negación del modelo económico y social actual”.

4.2.2 Análise do território

Território, aqui entendido como espaços sociais nos quais se geram vínculos entre as pessoas que neles habitam e transitam, assim como entre elas e a natureza. Nestes espaços se expressam tensões, afinidades e conflitos que fortalecem e/ou debilitam a proposta da RAU. A organização coletiva e dos encontros realizados através dos diferentes espaços da RAU permite alianças; neste sentido, se colocam em prática estratégias que fortalecem o coletivo e a resistência da AF. As ações que principalmente mobilizam os coletivos são aquelas cuja expressão se vincula ao uso de agrotóxicos e ao manejo de recursos naturais.

Ao entender o território onde se encontram os integrantes da regional Toronjil como um espaço de resistência, cabe destacar que no sul do país se encontra mais da metade dos/das integrantes da RAU. Isso facilita a realização de encontros e a construção de estratégias coletivas que permitem fortalecer práticas associativas na produção, industrialização, distribuição e venda dos produtos. Como exemplo destas práticas, se destaca a participação, em diferentes momentos do ano e de maneira organizada, em feiras locais e de vizinhança. Assim como a venda coletiva a consumidores organizados em diferentes bairros de Montevideú. Ambas expressões associativas se apresentam com particularidades e dificuldades em seus diferentes momentos, neste sentido contribuem e desafiam a organização como mecanismo de resistência para a AF no meio rural. Estes aspectos são discutidos por Martins de Carvalho como dimensões das práticas da vida familiar e da produção de AF, nas quais devem ocorrer trocas com a matriz nas práticas de consumo e nas de produção.

Quando tomamos as experiências e as analisamos em sua associação com outros coletivos (como aquelas que se encontram agrupadas na regional Toronjil), entende-se que este passa a ser um espaço de organização para a agricultura familiar e ecológica que se conforma e apresenta como uma ação política, e

posicionando frente aos conflitos pelos diferentes modelos de desenvolvimento e pelo uso da terra decorrente dele. Neste sentido, contribui na geração de estratégias de sobrevivência para a AF enquanto potencial espaço de resistência.

Estas práticas encontram respaldo na proposta de Martins de Carvalho quando debate a importância de se construir identidades comunitárias de resistência ativa com novos referentes sociais que permitam desenvolver níveis mais complexos de consciência e, desta maneira, “*permanecer en el campo realizando cambios en la unidad de producción y en el comportamiento de las familias*” (Martins de Carvalho, 2013, p. 329).

4.2.3. Análise da cooperativa “Calmañana” e do coletivo “Paso a Paso”

De modo de finalizar este capítulo, no terceiro nível de análise se retomam os aportes discutidos por Piñeiro (2005) em relação à AF para sua reprodução social, em termos de tensões. A possibilidade de reprodução gera também limites por conta dos diferentes interesses de classe que se apresentam. A AF cria, então, mecanismos de resistência que tratam de responder a esta realidade. Dentro dos quais se podem localizar os processos associativos. Neste sentido, se retomam os estudos de Sarachu (2009) sobre as possibilidades de rupturas com a lógica capitalista apresentadas pelos processos associativos, gerando outras maneiras de organizar o trabalho e a vida.

Sobre as intencionalidades para associarem-se, em termos gerais, pode-se dizer que as experiências analisadas se encontram associadas entre si através da regional de Toronjil e que, por sua vez, apresentam associações internas. Portanto, as intenções se encontram em ambos aspectos. Existem muitos motivos que se colocam em jogo nas experiências associativas que variam de acordo com os diferentes momentos e situações. É necessária uma visão das intenções em sua complexidade, considerando cada uma dentro da multiplicidade. Neste sentido, se analisaram as intenções de cada experiência.

No que diz respeito às relações de trabalho, foram analisados os vínculos que se estabelecem entorno da venda e compra da força de trabalho, considerando o mercado de insumos, o mercado de produtos, o mercado de créditos e a forma de aquisição da terra. Se busca analisar de qual maneira essas relações contribuem ou não com o fortalecimento da AF nas experiências associativas selecionadas. Estes aspectos dão conta das tensões geradas a partir da extração de excedentes em favor do mercado monopolizado pelo capital, que condiciona as possibilidades de reprodução da AF, por um lado. Por outro lado, a AF constroi estratégias que permitem a diminuição da extração de excedentes do mercado como forma de resistência para a sobrevivência no meio rural.

4.2.3.1 A cooperativa “Calmañana”

A cooperativa se associa a Toronjil, principalmente, para obter a certificação orgânica e colocar seus produtos em determinados canais comerciais que exigem o selo. Portanto a intenção que predomina se vincula à comercialização. Trata-se de uma condição imposta pelo mercado de produtos ao qual a cooperativa decide, atualmente, comercializar. Cabe mencionar que a forma de aceder o selo através do SCP permite às agricultoras incidir diretamente na certificação. Pela maneira que se realiza esta ação, no caso da Cooperativa Calmañana, se considera que trata-se de um exercício que tende à ruptura que supera a divisão entre aqueles que fazem e aqueles que decidem. Isto se relaciona com a dimensão política da autogestão no sentido em que torna possível um processo horizontal no qual os participantes que “fazem” as tarefas, também “decidem”. Neste caso, decidem de maneira coletiva os critérios de avaliação para a outorga ou não a certificação e logo passam a considerar esses aspectos nos processos produtivos (como se explica no item 1.4 – SCP).

Em relação à intenção para se associarem dentro da cooperativa “Calmañana”, a mesma variou bastante no decorrer de sua trajetória. Atualmente, predomina a necessidade das

cooperativistas de manterem seu principal canal comercial “... solas, individualmente, podríamos producir hierbas pero vender las hierbas más a ferias o cosas de esas, pero no en supermercados” (ENT. 2). A associação permite a elas que alcancem maior volume de produção, o que permite cobrir as demandas do mercado comercial onde comercializam (cadeia de supermercados), ao mesmo tempo em que competem com outras empresas.

“Nosotras realmente lo que estamos produciendo si no estuviéramos agrupadas no tendríamos donde venderlo, prácticamente, el mercado chico te lo come **(es acaparado por empresas capitalistas)** y entonces por lo menos tenemos la seguridad de vender lo que producimos al día de hoy” (ENT. 3, grifos nossos).

A relevância desta intenção se contata pelo lugar que ocupa a produção de ervas nas famílias das cooperativistas, sendo esta sua principal renda. Trata-se então de um aspecto que torna possível a reprodução social da AF e que se relaciona com o vínculo com o mercado de produtos. Isso quer dizer que se contribui para a sobrevivência destas famílias agricultoras.

A relação entre a cooperativa e o mercado de produtos está definida pelo vínculo com o principal canal de comercialização, que é um mercado convencional. Desta maneira, gera-se uma dependência com o mercado que estabelece à cooperativa o preço e as quantidades necessárias a serem comercializadas, provocando uma extração de excedentes desfavorável para a cooperativa. Este vínculo permite visualizar e questionar os limites e possibilidades existentes neste contexto: experiências associativas inseridas em uma economia capitalista. Neste sentido, o mercado de produtos favorece a cooperativa no que diz respeito à comercialização necessária para a reprodução da AF, limitando as possibilidades de incidir e decidir em sua produção.

Cabe mencionar que na relação entre cooperativa e mercado de produtos existem vínculos minoritários com outros canais de comercialização, como feiras locais e venda direta a grupos de consumidores, onde a extração de excedentes é mais

favorável para a cooperativa.

As possibilidades de geração de outros vínculos com o mercado de produtos está limitada pela necessidade de venda dos produtos como fonte principal de renda, o que permite a existência-sobrevivência como AF. Aspecto que, na lógica capitalista gera dependência com os canais de comercialização convencionais, outorgando a extração de excedentes em favor do mercado. Por sua vez, isso se relaciona com a escassez de canais alternativos e seu volume de comercialização.

Outro aspecto relacionado ao mercado de produtos convencional é a incidência no vínculo entre a cooperativa “Calmañana” e a força de trabalho. A cooperativa, para poder responder à quantidade de produção que o mercado demanda, precisa priorizar a ocupação dos processos produtivos e comprar força de trabalho para transferir os produtos.

Na cooperativa “Calmañana”, a força de trabalho se divide segundo as distintas etapas de produção e comercialização, o que faz com que cada uma gere diferentes relações de trabalho e condições para a AF. Enquanto na produção a mão de obra é familiar, no processamento ela é principalmente associativa, contando pontualmente com trabalho assalariado. Na comercialização, é assalariada. Neste aspecto é possível ver as contradições presentes dentro das etapas da cadeia produtiva. Por um lado, os processos associativos, e por outro, a compra de força de trabalho. Essas duas realidade geram relações de trabalho firmadas nas práticas que se vinculam com a economia solidária ou na economia capitalista.

O trabalho associativo gera rupturas com as formas capitalistas e permite não estabelecer relação com o mercado de compras e venda da força de trabalho. Portanto, não há geração de excedentes, o que cria melhores possibilidades de reprodução da AF.

No que tange o trabalho assalariado presente da etapa da comercialização dos produtos, este gera vínculo com o mercado de trabalho e extração de excedentes, desfavoráveis à AF.

Em relação à forma de aquisição da terra, a maioria das integrantes de “Calmañana” é proprietária deste meio de

produção, por isso não há vínculo com o mercado de terras. Trata-se de um fator essencial para o desenvolvimento da AF, especialmente neste contexto de avanço do capitalismo no campo, com o acúmulo de terras que implica o modelo e que leva ao desaparecimento da AF. Algumas das integrantes da cooperativa acedem à terra através do INC. Trata-se de uma política pública que contribui com o fortalecimento da AF, favorecendo os mecanismos de resistência destas famílias.

Por sua vez, ao analisar o vínculo com o mercado de insumos, se destaca a forma de produção orgânica da cooperativa, o que reduz a incorporação de insumos externos aos sistemas de produção. Novamente, se retoma a proposta de Martins de Carvalho (2013), em relação às mudanças na matriz de produção. Como indica este autor, a cooperativa tende a construir sistemas de produção cada vez mais autônomos em vista dos grandes grupos econômicos, através da produção interna dos insumos necessários, como sementes, mudas, fertilizantes orgânicos e outros produtos, permitindo, assim, reduzir os gastos na compra de insumos e diminuir os créditos, endividamentos e o vínculo com o mercado de dinheiro. Esta forma de produção e o trabalho associado que caracterizam a cooperativa, permitem gerar mecanismos de troca de insumos que contribuem com a diminuição do vínculo com o mercado e com a geração de excedentes, em favor da AF.

No que diz respeito à relação com o mercado de dinheiro, atualmente, a cooperativa “Calmañana” não conta com créditos. Neste sentido se pode notar um mecanismo que contribui com a desmercantilização, o que diminui as relações de dependência da cooperativa com o mercado de dinheiro convencional, neste sentido também se favorece a sobrevivência da AF no meio rural.

A relação entre a cooperativa e o Estado se manifesta através do vínculo com as políticas públicas, por meio de dois projetos que se desenvolvem em convênio com o MGAP⁵⁸. Ambos projetos incluem subsídios e contrapartida por parte da cooperativa. Em relação aos subsídios, se considera que eles são

⁵⁸

Ministerio de Ganadería , Agricultura y Pesca .

uma fonte de renda externa que se materializa em infraestrutura e insumos para a produção. Desta maneira, é possível que a cooperativa diminua o vínculo com os mercados de insumo e de dinheiro, aumentando as possibilidades de reprodução de famílias agricultoras. Em relação à contrapartida, a maioria dos casos utiliza mão de obra das associadas, o que não gera vínculo com o mercado de trabalho. Portanto, a participação nestes projetos, assim como gera as referidas possibilidades, também implica uma dependência da cooperativa com o Estado, promovendo relações de dependência em detrimento da possibilidade dos processos de autonomia. Neste sentido, deve-se aceitar as orientações estabelecidas nas propostas das políticas públicas compensatórias. Como indica Martins de Carvalho (2013), estes projetos são considerados propostas paliativas, ou seja, limitam a possibilidade de crescimento a médio e longo prazo quando impedem política e ideologicamente que se gerem mecanismos de resistência frente à exploração econômica e à dominação política das classes dominantes.

4.2.3.2. Coletivo “Paso a Paso”

O coletivo “Paso a Paso” apresenta, como intenção principal para se associarem a Toronjil, a necessidade de desenvolver um espaço onde compartilhar, discutir e gerar ações sobre a AF e a produção agroecológica. Baseado em uma concepção de promover e praticar relações harmoniosas entre as pessoas e com a natureza. Uma intenção que permite que se fortaleçam como agricultores familiares, ao mesmo tempo que promove a consciência de classe, trazendo a possibilidade de construção de um modelo próprio de fazer e compreender o mundo. Neste aspecto, se associa com aquilo que diz na CRS de Martins de Carvalho (2013), quando propõe mudanças na matriz cultural e na concepção de mundo, que permite uma construção de identidade e resistência. Neste aspecto, se visualiza uma práxis (prática, concepção e reflexão de mundo) em que as pessoas assumem resistir ativamente, mudando as práticas de consumo e de produção (Martins de Carvalho, 2013).

Em relação à intencionalidade para se associarem ao coletivo “Paso a paso”, ela se refere à possibilidade de compartilharem os meios de produção, de modo a poder produzir, consumir e comercializar alimentos orgânicos. Desta maneira, segundo integrantes do coletivo, é possível ter e promover uma vida mais saudável. *“Hay como todo, cierta utopía de poder producir más sanamente... no ese tipo de producción convencional y hegemónica...”* (ENT. 1). Em ambas as intenções, observa-se as rupturas instauradas na relação com os processos associativos, que significam desafios para o desenvolvimento da experiência associativa que passa por processos de tensões entre as rupturas que se geram e o contexto no qual se insere. Trata-se, então, de aspectos que permitem questionar e compreender a realidade de modo a transformá-la, possibilitando a reprodução social da AF e a geração de estratégias de sobrevivência.

Outro item a se considerar é o das relações de trabalho, que está vinculado à força de trabalho. No coletivo “Paso a paso”, a mesma se apresenta segundo a produção e comercialização de alimentos, gerando, em cada etapa, diferentes relações de trabalho e condições para a AF. Na etapa de produção, a mão de obra se combina entre trabalho associativo e assalariado. Enquanto que na comercialização, o trabalho é apenas associativo. Neste aspecto, é possível notar contradições presentes dentro das etapas da cadeia produtiva. Por um lado, os processos associativos e por outro a compra de força de trabalho, que geram relações de trabalho diferentes nas quais se estabelecem tensões entre os processos autogeridos e as relações da economia capitalista.

O trabalho associativo gera rupturas com as formas capitalistas e permite que não se estabeleçam relações com o mercado de compra e venda da força de trabalho. Portanto, não se geram excedentes, o que cria melhores condições de reprodução da AF.

A contratação de mão de obra assalariada gera um vínculo permanente com o mercado de trabalho, esta mercantilização favorece a transferência de excedentes, em detrimento da reprodução dos agricultores familiares. Tal vínculo gera relações de trabalho próprias da economia capitalista que se colocam em

jogo com outras relações que surgem nos processos associativos. Há uma tensão entre as possibilidades de desenvolvimento da experiência associativa que promove uma transição até as rupturas estabelecidas e a relação de assalariamento dentro do coletivo no qual se reproduzem as relações de trabalho-capital. Cabe destacar que existe outro vínculo entre o coletivo e o mercado de trabalho, a partir da venda de força de trabalho de integrantes do coletivo. Isso leva, por um lado, a terem fonte de renda externa, o que permite diminuir o vínculo com o mercado de produtos e com a geração de excedentes, em favor da resistência destes AF. E, por outro lado, leva ao fato de disporem de menor tempo de trabalho dentro de seu sistema produtivo, se reduzem as possibilidades de incidirem e decidirem sobre a produção. Deve-se considerar também que, ao trabalharem fora de seu estabelecimento, é gerada uma diminuição da forma de trabalho interna. Tensão entre o trabalho dentro e fora do projeto produtivo que pode levar à proletarização dos trabalhadores, em detrimento de à reprodução social da AF.

Nesta experiência se apresenta ainda outra fonte de renda externa através das prestações sociais – aposentadoria; este componente permite diminuir a necessidade de obter este dinheiro através da venda de produtos. Neste sentido, espera-se que diminua o vínculo com o mercado de produtos e, como sua consequência, que se diminua a geração de excedentes, favorecendo a resistência através de ações que permitam construir um projeto de superação das dificuldades que possa satisfazer as necessidades das famílias destes agricultores⁵⁹

Em relação ao vínculo com o mercado de produtos, cabe destacar que nesta experiência associativa se prioriza a produção para o autoconsumo, e a comercialização se faz em menor grau. Os canais onde se colocam os produtos se caracterizam por ser, principalmente, diferente dos convencionais. Neste sentido, a geração de excedentes através do vínculo com o mercado de

⁵⁹ Sobre resistência ver nota de rodapé n. 18.

produtos é pouco relevante, o que repercute em maiores benefícios para os agricultores. Este fator contribui com as possibilidades de sobrevivência da AF, assim como acontece com os ganhos de renda exteriores que se geram através da venda de mão de obra e das aposentadorias, aspectos considerados por Piñeiro (2005) como favoráveis à resistência deste extrato social.

Ao analisar o vínculo com o mercado de terra, a forma de aquisição da mesma é a propriedade. Como se mencionou, para a cooperativa “Calmañana”, pelo fato de pertencer aos seus proprietários, traz consigo um fator de produção fundamental para a AF, principalmente no atual modelo de produção agrícola, já que isso coloca estes AF em posição de maior estabilidade. Desse modo, esta condição favorece a sobrevivência dos integrantes deste coletivo no meio rural através da produção em terras próprias. Cabe mencionar que este fator também contribui com a estabilidade (relativa) dos processos associativos, ao considerar o alcance dos mesmos dentro da economia capitalista. A condição de ter resolvido, por meio da propriedade, a questão com o mercado de terras é considerada um aspecto favorável para o desenvolvimento dos referidos processos.

Em relação ao vínculo com o mercado de insumos, no coletivo “Paso a paso”, é preciso mencionar que, por tratar-se de um empreendimento baseado na produção orgânica, entre outros fatores, se minimiza a incorporação de insumos externos ao sistema de produção. Esta forma de produção, junto com o trabalho associado que predomina dentro do coletivo, permite criar mecanismos de troca de insumos que contribuem na diminuição da dependência com o mercado e com a geração de excedentes, em favor da AF.

No que diz respeito à relação com o mercado de dinheiro, atualmente o coletivo “Paso a Paso” não conta com créditos. Neste sentido, nota-se um mecanismo que contribui com a desmercantilização, o que diminui as relações de dependência com o mercado convencional, o que vem a favorecer a sobrevivência da AF em meio rural.

Por último, na experiência associativa do coletivo “Paso a Paso”, o único vínculo com o Estado se apresenta através do

pagamento de impostos. Por ser uma experiência na qual a terra é propriedade de uma das famílias integrantes, a geração de excedentes – obtida por meio desse vínculo não é considerada como um ‘excedente do coletivo’.

5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

No fechamento desse trabalho destacaremos algumas reflexões, a título de considerações finais, visando pontuar alguns aspectos que levantam questionamentos e mobilizam e motivam-nos a seguir avançando as discussões e ações propostas até aqui, relacionadas com o tema: associativismo, agricultura familiar e produção de alimentos.

No decorrer da pesquisa foi possível refletir sobre as formas de associativismo que se apresentam na Regional de Toronjil-RAU como contribuição para o fortalecimento da agricultura familiar para a produção de alimentos. Foram expostos aspectos da realidade agropecuária do Uruguai, as tendências predominantes e a maneira como essa realidade se manifesta em relação à agricultura familiar. Transversaliza-se a análise com as experiências associativas, suas possibilidades e limites como estratégias organizativas para responder e transformar a realidade objetiva. As experiências são analisadas a partir da constatação de práticas que geram contratendências para o processo de diferenciação social. Essas práticas conforme enfatizado no corpo do trabalho, baseiam-se em princípios de cooperação e coordenação entre atores sociais, contribuindo para que os sujeitos coletivos apresentem diversas estratégias de organização que lhes permitem resistir no meio rural.

Conforme constatamos, a agricultura familiar, como categoria que nucleia os trabalhadores no campo, desenvolve uma cultura baseada na relação entre as pessoas e a natureza que se organizam para produzir alimentos. Desta maneira, criam-se estratégias de sobrevivência que resultam em modos de resistência ao avanço do atual modelo capitalista, no qual se promovem condições adversas para o desenvolvimento da AF. Neste sentido, apresenta-se a possibilidade de considerar as experiências associativas partindo de alguns questionamentos, quais sejam: em que medida a Regional Toronjil - RAU promove e contribui para o desenvolvimento dos processos associativos de AF? De que forma o associativismo, na Regional Toronjil – RAU, contribui com o fortalecimento da AF? Quais são os limites

e possibilidades destes processos associativos? Que relações de trabalho geram estes processos?

As experiências associativistas analisadas, a Cooperativa “Calmañana” e o coletivo “Paso a Paso”, revelam diversas estratégias que combinam formas de fazer e transformar a realidade e que podem ser entendidas como mecanismos de sobrevivência da AF, como contratendência ao processo de diferenciação social, buscando demonstrar que existem outras formas de produzir alimentos e que ocorrem, em alguns casos, como estratégia econômica, política e social, como uma forma de enfrentar as dificuldades causadas pelo modelo capitalista dominante.

Ao longo do trabalho foram considerados alguns aspectos e situações de tais experiências, a partir dos quais se dividem estas reflexões finais. Primeiramente, em relação ao vínculo que existe com o mercado de insumos e com o mercado de dinheiro, podemos concluir que estas experiências conseguem diminuir a extração de excedentes, posto que se dá uma redução no processo de monetarização-desmercantilização, ação esta que contribui na promoção das relações próprias dos agricultores familiares.

O vínculo com o mercado de produtos, pautado na lógica capitalista pela dependência com os canais de comercialização convencionais, que permite a sobrevivência da AF outorgando extração de excedentes a favor do mercado, é diferente em cada experiência. Em parte, isso se dá pela trajetória dos processos associativos e a posição em relação ao ingresso econômico principal de seus integrantes. Observamos que quando é maior a trajetória associativa e a venda de produção é a principal fonte de ingresso econômico, se estabelece um maior vínculo com o mercado convencional de produtos e um menor vínculo com os mercados alternativos. Ao contrário, quanto menor a trajetória associativa e ingressos econômicos externos como fonte principal de renda, menor é o vínculo com o mercado convencional de produtos e maior o vínculo com mercados alternativos.

Dessa maneira, visualiza-se como o mercado convencional de produtos é principalmente quem condiciona a

relação e favorece os interesses (da economia capitalista). Estes aspectos vinculam-se com a escassez de canais alternativos e com seu volume de comercialização. Neste sentido, destaca-se a necessidade de políticas públicas que fortaleçam a agricultura familiar, bem como, a criação de mercados solidários que permitam maior autonomia para os agricultores familiares.

Na pesquisa foi possível contatar que existem experiências de coletivos que se organizam para comercializar e outros para consumir produtos agroecológicos (em feiras de vizinhança, mercados ecológicos e famílias integrantes da ASOBACO), com lógicas diferenciadas das dos mercados convencionais. Nestes casos, são criadas outras relações entre AF e consumidores evitando os intermediários que distribuem as mercadorias, já que isso se faz diretamente.

No que diz respeito à relação com a força de trabalho, trata-se de um aspecto em disputa nas experiências associativas analisadas, o que gera contrapropostas que incluem ações diferenciadas às da lógica capitalista dominante. Se apresentam tensões permanentes, na medida em que a organização coletiva logra sustentar mudanças através das relações de trabalho associado, ou implica que seus associados recorram à venda de sua força de trabalho para além do seu empreendimento produtivo, assim como a compra de força de trabalho necessária para o desenvolvimento do mesmo. Isso leva ao fato de que os agricultores familiares são agrupados de diferentes “tipos”: aqueles que tendem à proletarianização ou à capitalização dos sistemas de produção, nos dois extremos. Em posição intermediária a estas duas variantes, existem ainda aqueles que combinam a forma de trabalho fora do estabelecimento com os processos que fortalecem a AF. Estes agricultores familiares desenvolvem práticas que buscam estratégias coletivas de geração de escala de produção e acesso às tecnologias, terra, créditos e subsídios, com lógicas de relacionamento capitalista. Alguns dos agricultores familiares que se encontram numa situação intermediária dos dois extremos, apresentam uma tendência à superação destas práticas, que respondem a uma organização social com projeto político que deveria ser fortalecido com

mudanças nas relações sociais, baseados na cooperação e solidariedade.

Neste sentido, identificamos alguns aspectos de ambas experiências que contribuem com o fortalecimento da AF, quais sejam, a forma de aquisição da terra, o autoconsumo e a produção orgânica. Nos dois coletivos, a terra é propriedade das famílias, que contam com um fator essencial para a reprodução como AF. Trata-se de um meio de produção fundamental que os entrevistados destacam com ênfase no contexto atual do avanço do capitalismo no campo – o acúmulo de terras em mãos de poucos capitais e o deslocamento da AF. Assim, esta condição gera estabilidade no desenvolvimento das experiências. Por outro lado, encontra-se a produção para o autoconsumo que contribui na diminuição do vínculo (e na dependência) com os mercados e promove processos de autogestão.

Desse modo, constatou-se que a forma de produção orgânica permite outros vínculos com a natureza e com as pessoas. Assim, as experiências se relacionam com o modelo agroecológico, que implica a produção e circulação dos produtos de maneira coletiva, transitando por processos que geram “algumas rupturas” e permitem ensaiar outras relações como estratégia para a sobrevivência da AF. Como se indica no capítulo 2, se considera estes aspectos como “contratendências” no processo de diferenciação social, já que permitem mudanças necessárias para a garantia da reprodução dos meios de vida e de produção dos AF.

No que diz respeito ao vínculo entre as experiências associativas com o Estado, o ponto de partida foi vislumbrar o processo histórico da relação entre AF e as políticas públicas que passaram por diversos momentos de maior ou menor apoio à AF mediante o desenvolvimento de políticas públicas, como com a criação do INC e de outros entes vinculados à temática. Neste sentido, os coletivos “Calmañana” e “Paso a paso” mantêm o seu vínculo com as políticas públicas questionando-se o papel destas políticas públicas no desenvolvimentos da AF e que outros aspectos da AF poderiam ser promovidos pelo Estado, bem como, em que medida os projetos promovidos pelas políticas públicas

para a AF contribuem para o desenvolvimento de experiências associativas. A pesquisa revelou que nos últimos anos em relação à Regional Toronjil e outras organizações que nucleiam diversos atores do meio rural, foram notadas mudanças relacionadas ao sistema político e à organização interna destes atores sociais. Há maior institucionalização e estatização de organizações que se vinculam com o Estado e, em alguns casos, elas assumem suas lógicas. Deste modo, observou-se que enquanto isso ocorre, outras organizações que ficam por fora recebem ofertas e propostas que geram maior dependência estatal e dificultam as possibilidades de autonomia de seus projetos.

Em relação às intencionalidades analisadas, em ambas experiências observamos tensões entre os limites e as possibilidades destes processos associativos e o contexto no qual estão inseridos. Tais intencionalidades se movem entre a necessidade de trabalho associado para garantir a comercialização em determinados mercados (i.e., renda familiar) e a prática para a geração de outras formas de vida. Para ambos os casos, se destaca uma redefinição das relações de convivência entre as pessoas associadas e o seu ambiente social e político. Surgem práticas diferenciadas, entendidas como contratendências em relação à lógica de relacionamento dominante no modo de sociabilidade capitalista, pois permitem a ocorrência de espaços coletivos de tomada de decisões, de intercâmbio de saberes e experiências, que geram efeitos no marco das relações sociais vigentes.

Finalmente, cabe ressaltar as experiências associativas como facilitadoras de novas oportunidades que surgem no processo social organizativo e que enriquecem as propostas de organizações pautadas em relações coletivas, possibilitando experiências de autogestão pelos trabalhadores, criando novas formas de construir e de transformar a realidade, e que se configuram principalmente como mecanismos de sobrevivência da AF. Trata-se de desafios que nos interpelaram no decorrer da pesquisa de campo e no desenvolvimento deste trabalho e que se projetam para que assim possamos continuar refletindo e construindo alternativas de organização e produção social

pautadas no coletivismo.

A título de contribuição para estudos futuros que deem continuidade a esta pesquisa, sugere-se pesquisas que discutam as temáticas das relações que se estabelecem entre processos autogestionários e produção familiar associativa, bem como, as relações entre trabalho e educação em organizações coletivas; a precarização das condições de trabalho e a produção associada na agricultura familiar e possibilidades e limites da comercialização coletiva e solidária na agricultura familiar.

6. REFERÊNCIAS

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. L Agricultura tradicional y conservación de la biodiversidad. In: Altieri, M.; Nicholls, C. **I. Agroecología. Teoría y práctica para una agricultura sustentable**. 1ª edición. Serie Textos Básicos para la Formación Ambiental 4. Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente. Red de Formación Ambiental para América Latina y el Caribe. Méjico. D. F., 2000.

ARBELETTCHE, P.; CARBALLO, C. **Dinámica agrícola y cambios en el paisaje**. Trabajo presentado al Congreso CEISAL, simposio ESE 6. Bruselas, Bélgica, 2007. Disponible em: <http://www.reseau-amerique-latine.fr/ceisal-bruxelles/ESE/ESE-6-arbeletche-carballo.pdf>. Acceso em: 12 fevereiro de 2015.

BACIGALUPE CAPECE, G. F.; SALVO GALO, G. **Selección de indicadores para la evaluación de la sustentabilidad en sistemas de producción orgánica en los departamentos de Montevideú y Canelones**. Trabajo final de grado. Montevideo, Facultad de Agronomía, Uruguay. 2007.

BLUM, A. **Alianzas estratégicas**: la asociación de productores orgánicos del Uruguay. In: **revista AU**. Lima, 2007.

_____. Estudio de Caso Asociación de Productores Orgánicos del Uruguay (APODU). In: **Proyecto “organizaciones sociales de agricultores urbanos/as: modelos de gestión y alianzas innovadoras para la incidencia pública”**. BLUM, A. (COORD.), ALVAREZ, M., BERHAU, V., BERTOLA, H., ALVAREZ, I., O`NEILL, S. (APODU). BARINDELLI, F. (COLAB.). Montevideo, 2005.

CÁNEPA, G. **Acerca del Área Metropolitana de Montevideo**. Trabajo de la Unidad de Apoyo Académico de la Comisión Coordinadora del Interior de la Universidad de la

República. Montevideo, Uruguay. 2011.

CONSEJO DIRECTIVO CENTRAL DE LA UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA (CEDUR). **Para la renovación de la enseñanza y la curricularización de la extensión y las actividades en el medio.** Resolución del 27 de octubre de 2009, Montevideo, 2010.

CORTELEZZI, Á. Y MONDELLI, M. **Censo General Agropecuario 2011:** interpretación de los principales resultados y cambios observados. In: Anuario 2014 OPYP. La imprenta: Montevideo, 2014.

CRUZ, A. A Construção do conceito de economia solidária no cone sul. In: **Revista Estudios Cooperativos.** Extensión – UdelaR, año 12, N°1. Montevideo, 2007.

DAGNINO, R. Tecnología Social. In: **Diccionario de la otra economía.** Antonio David Cattani (Org.). 1ª ed. Altamira: Buenos Aires, 2009.

DÁRDANO, V., MÉNDEZ, G., y RODRÍGUEZ, V. **Proceso de Trabajo en prácticas de Trabajo Social 2013 – 2014.** Regional Toronjil. Red de Agroecología. se: Montevideo, 2014.

FERNÁNDEZ, EMILIO. La evolución económica y social del sector agropecuario. In: Marta Chiappe, Matías Carámbula, Emilio Fernández (Comp.). **El Campo Uruguayo: una mirada desde la sociología rural.** Depto de Publicaciones de Facultad de Agronomía. UdelaR. Montevideo, 2008.

FERNÁNDEZ, EMILIO y DIEGO E. PIÑEIRO. Organizaciones Rurales. In: Marta Chiappe, Matías Carámbula, Emilio Fernández (Comp.). **El Campo Uruguayo: una mirada desde la sociología rural.** Depto de Publicaciones de Facultad de Agronomía. UdelaR.

Montevideo, 2008.

FERNANDES MANÇANO, B. Sobre la tipología de los territorios. In: **Territorios e territorialidades: teorías, procesos e conflictos**. Expressão Popular: São Paulo, 2009.

FOLADORI, G. **Proletarios y campesinos**. 1.ed. Xalapa: Universidad de Veracruzana, México, 1986.

_____. Metodología materialista para el análisis social
Guillermo Foladori. Texto reproducido de: Foladori, G. (1990).
Apuntes para una metodología materialista del análisis social.
Trabajo y Capital. Ficha temática 1. Montevideo, 1990.

_____ y TOMMASINO, H. **El enfoque técnico y el enfoque social de la sustentabilidad**. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, PR, v. 98, en./jun. 2000.

_____, MELAZZI, G. La economía de la sociedad capitalista y sus crisis recurrentes. Montevideo: Universidad de la República, Comisión Sectorial de Extensión y Actividades en el Medio (CSEAM), 2009.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: **Metodología da pesquisa educacional** – 11. ed. Cortez: Sao Paulo, 2008.

GALEANO, P., GOMEZ, A. Manual Operativo y Guía de Formación, Programa de Certificación, Red de Agroecología del Uruguay. s. e: Montevideo, 2006. Disponible em: <http://www.ceuta.org.uy/files/manualoperativo.pdf> . Acesso em: 22 de novembro, 2014.

GILMET, H. (coord.) **Estrategias Regionales de Ordenamiento Territorial y Desarrollo Sostenible** Metropolitano. MVOTMA: Montevideo, 2011.

GOMÉZ, A. Certificación participativa: el caso de la Red de Agroecología em Uruguay. In: LEISA - **Revista de Agroecología**. Vol. 23, nº 1. Asociación ETC Andes: Perú, 2007. Disponível em:

<http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/latin-america/como-se-organizan-los-agricultores/certificacion-participativa-el-caso-de-la-Red-de>. Acesso em: 12 de dezembro de 2014.

GUEDES, E.; PICOS, G.; TOMMASINO, H. In: **Los movimientos y organizaciones sociales campesinas em el Uruguayi. Resistencia e Proyecto de Desarrollo**. O Rural Contemporaneo em Debates. Temas Emergentes e Novas Institucionalidades. Martins Guimaraes, G; Aparecida Balem, T.; Cardoso da Silveira, P.; Aparecida Zimmermann, S. (org). Coleção Ciências Agrárias. Ed. UNIJUI: Ijuí, 2015.

HARVEY, D. **La condición de la posmodernidad**: investigación sobre los orígenes del cambio cultural. Amorrortu: Buenos Aires, 2012.

HOBSBAWM, Eric. Notas sobre consciência de classe. 5. ed. In: **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

KULA, Witold. La historia económica y la historia de los novos movimientos sociales. In: **Problemas y métodos de la historia económica**. Barcelona: Península, 1977, p. 68-71.

LEMA, S. y FERNANDEZ, E. ¿Continuidades o rupturas en la producción familiar?: Estudio comparado sobre las Formas actuales y perspectivas de sucesión en predios lecheros. In: **Proyecto de I+D 2008. Solicitud de Fondos para Financiamiento**. Comisión Sectorial de Investigación Científica – CSIC – Universidad de la República. sp. Montevideo, 2008.

LUXEMBURGO, R. **Reforma o Revolución**. 1ª ed. Grijalbo,

S. A.: D.F., México, 1967.

MARTINS DE CARVALHO, H. **Quem são os camponeses e as camponesas?** Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo - CLOC. Encuentro Masivo de Formación de Militantes del Cono Sur. Asunción, 8 a 12 de octubre de 2006. mimeografado.

_____. Comunidad de resistencia y de superación. Curitiba, 2002. In: MARTINS DE CARVALHO, H. **Caminos y encrucijadas. Agricultura familiar y el campesinado en América Latina.** Montevideo, Uruguay: Extensión libros; Comisión Sectorial de Extensión y Actividades en el Medio; Universidad de la República, 2013.

_____. **As lutas sociais no campo: modelos de produção em conforto.** s. e: Curitiba, 2014.

MARX, K. **Salário, preço e lucro.** 1865 Informe pronunciado por Marx nos dias 20 e 27 de junho de 1865 nas sessões do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores. Publicado pela primeira vez em folheto à parte em Londres em 1898. Transcrito da edição em português das Obras escolhidas de Marx e Engels publicada em 1953 pela Ediciones en Lenguas Extranjeras, Moscou. Fonte: The Marxists Internet Archive

_____. El capital: el proceso de producción de capital I. In: **Crítica de la economía política.** Libro primero. Capítulo I: La Mercancía. Siglo veintiuno editores: Buenos Aires, 2009.

MARX, K., ENGELS, F. Manifiesto do Partido Comunista (1848). In: **Obras escolhidas.** Tomo I. Lisboa: Edições “Avante!”; Moscovo: Edições Progresso, 1985.

MAZOYER, M.; ROUNDART, L. Historias das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. Ed. UNESP;

Brasília, DF: NEAD. São Paulo, 2010.

MELLO, D. F. **Agroecologia e educação: ações pedagógicas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST**. 116 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Agroecossistemas) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, UFSC. Florianópolis – SC, 2006.

MINISTERIO DE GANADERÍA, AGRICULTURA Y PESCA. DIRECCIÓN DE INVESTIGACIÓN Y ESTADÍSTICA AGROPECUARIA. 2011. **Censo General Agropecuario 2011. Recuentos Preliminares**. En: www.mgap.gub.uy/portal/hgxpp001.aspx?7,5,694,O,S,0,MNU;E;55;9;MNU; Consultada 20 de oct.2013.

_____. DIRECCIÓN GENERAL DE DESARROLLO RURAL. REUNIÓN ESPECIALIZADA SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR. **Registro de PRODUCTORES FAMILIARES en Uruguay Proceso y estado de situación Mayo 2013**. <http://www.mgap.gub.uy/portal/page.aspx?2,drural,drural-registro-de-productores-familiares,O,es,0,MNU;E;2;10;37;5;MNU>; Consultada 20 de en. 2015.

MORISSAWA, M. **A História da luta pela terra e o MST**. Expressão Popular: São Pablo, 2001.

OYHANTÇABAL G.; NARBONDO I. El agronegocio y la Expansión del Capitalismo en el Campo Uruguayo. In: **REBELA**. Revista brasileira de estudos Latino-americanos. Vol. 2, n.3, fev. 2013.

_____. **¿Yo Se Quien Soy? Contradicciones en el pasaje de asalariado a colono, el caso de los trabajadores de la UTAA en la Colonia Raul Sendic Antonaccio**. Disertación, Maestría en Ciencias Agrarias. Facultad de Agronomía – UdelaR.

Montevideo, 2014.

OPYPA. **OFICINA DE PROGRAMACIÓN Y POLÍTICA AGROPECUARIA**. Anuario OPYPA 2014. Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca. Montevideo: OPYPA - MGAP, 2014.

PEIXOTO, P. Associativismo. In: **A outra economia**. Antonio David Cattani (Org.). 1ª ed. Veraz: Porto Alegre, 2003.

_____. Autogestión. In: **La otra economía**. Cattani, Antonio David. Editorial Altamira. Buenos Aires, 2004. Disponible em: <https://sites.google.com/site/materialescursocoop/trayecto-fundamental>. Acceso em: 21 de setembro de 2014.

PÉREZ BIDEGAIN M, GARCÍA PRÉCHAC F, HILL M, CLÉRICI C. La erosión de suelos en sistemas agrícolas. In: **Intensificación Agrícola: oportunidades y amenazas para un país productivo y natural**. Ed. CSIC – UdelaR, Montevideo, 2010.

PIÑEIRO, DIEGO. **Formas de resistencia de la agricultura familiar. El caso del noreste de Canelones**. CIESU. Ediciones de la Banda Oriental. Colección Estudios Sobre la Sociedad Uruguaya N° 6. Montevideo, 1985.

_____. Cambios y permanencias en el agro Uruguayo. Tendencias y coyuntura. In: Giarracca, N. y Cloquell, S. (Comp.). **Las Agriculturas del Mercosur. El papel de los Actores Sociales**. Editorial La Colmena: Buenos Aires, 1998.

_____. Población y trabajadores rurales en el contextos de transformaciones agrarias. In: **¿Una nueva ruralidad en América Latina?**. Giarracca, N. (org). CLACSO, Buenos Aires, 2001.

_____. **Caracterización de la Producción Familiar**. Inedito,

2005.

PIÑEIRO, D y FERNÁNDEZ, E. Rentabilidad o Muerte: la Protesta Rural en el Uruguay. In: **Serie de informes de investigación N°32**. Departamento de Sociología. FCS – Udelar. Montevideo, 2002.

PIÑEIRO, D. y MORAES, M. Los cambios em la sociedad rural durante el SXX. In: **El Uruguay del Siglo XX**. Tomo III. La Sociedad. Editorial Banda Oriental: Montevideo, 2008.

PROGRAMA DE RESCATE Y VALORIZACIÓN DE SEMILLAS CRIOLLAS Y SOBERANÍA ALIMENTARIA. Componente en Uruguay del Proyecto de Creatividad Regional y Alternativas Sustentables (PRO.C.RE.AS) INFORME BALANCE 2011. Montevideo, Uruguay, Enero 2012.

Disponível em:

http://www.centrosmec.org.uy/innovaportal/file/15974/1/de_an-tecedentes_Red_de_semillas_balance_2011.pdf. Acceso em: 20 de outubro de 2013.

PROYETO URUGUAY RURAL : aportes a la construcción del desarrollo rural. Síntesis de resultados (período 2005 – 2011). Equipo de Cierre Proyecto Uruguay Rural (PUR) – MGAP. In: **Anuario OPYPA 2011**. Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca. Montevideo: OPYPA - MGAP, 2011.

RAZETO, L. Centralidad del trabajo y economía de la solidaridad. In: **El Corazón del Arco Iris: lecturas sobre nuevos paradigmas en educación y desarrollo**. Jorge Osorio y Luis Weinstein editores. CEAAL, Santiago de Chile, 1993.

RED DE SEMILLAS LOCALES. **Informe anual**. s.e.: Montevideo, 2014.

ROSSET, P. M.; MARTÍNEZ-TORRES, M. E. La Vía Campesina y Agroecología. El Libro abierto de la Vía

Campesina: celebrando 20 años de luchas y esperanza. p. 1-23.
Disponível em:

<http://www.viacampesina.org/downloads/pdf/openbooks/ES-09.pdf> . Acesso em: 10 de abril de 2014.

SARACHU, G. Poder hacer autogestión: Desafíos y rupturas necesarias desde las experiencias de organización popular. (INCoop/UEC/UDELAR). Ponencia presentada en **II Seminário de direito cooperativo e cidadania: organização popular e cooperativismo na América Latina**, UFPR. Brasil, 2009.

_____. Aproximación al análisis de las necesidades humanas, los procesos de colectivización y las formas sociales de satisfacción. In: **Temas de trabajo social**. FCS, Montevideo, 2006.

SEVILLA GUZMÁN, E. Introducción. In: **Caminos y encrucijadas. Agricultura familiar y el campesinado em América Latina**. Extensión libros: Montevideo, 2013.

SEVILLA GUZMÁN, E. y GONZÁLES DE MOLINA, M. **Ecología, Campesinado e História**. Genealogía del Poder. La Piqueta: Madrid, 1993.

SEVILLA GUZMÁN, E. y SOLER, M. Del desarrollo rural a la agroecología: hacia un cambio de paradigma. In: **Crisis del medio rural: procesos sustentables y participativos**. Rev.: Documentación Social, Nº 155. Caritas españolas: España, 2009. Disponível em:
http://datateca.unad.edu.co/contenidos/102706/AVA_2014-2/Lecturas/c2-eduardo-sevilla-y-marta-soler.pdf . Acesso em 15 de abril de 2014.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. Atlas: São Paulo, 1987.

TOMMASINO, H. Sustentabilidad rural: desacuerdos y controversias. In: **Extensión: reflexiones para la intervención en el medio urbano y rural**. Tommasino y De Hegedus editores. Facultad de Agronomía, UdelaR. Montevideo: 2006.

_____. Hacia la reforma universitaria. La extensión en la renovación de la enseñanza: espacios de formación integral. 2010. Disponible em:
http://www.extension.edu.uy/sites/extension.edu.uy/files/hacia_reforma10_vf-baja.pdf. Acceso em: 15 de junho de 2013.

_____. Introducción. Construyendo integralidad en el territorio. A cinco años del Programa Integral Metropolitano. La Universidad en el Barrio. In: **Revista PIM**: Montevideo, 2013.

TOMMASINO, H., CANO, A., CASTRO, D., SANTOS, D. Y STEVENAZZI, F. “De la extensión a las prácticas integrales”. Publicaciones del Rectorado de la Universidad, Montevideo, 2010.

TOMMASINO, H., CORTELEZZI, A., MONDELLI, M., BERVEJILLO, J., SILVA, M. Tipología de productores agropecuarios: caracterización a partir del Censo Agropecuario 2011. In: **OPYPA. OFICINA DE PROGRAMACIÓN Y POLÍTICA AGROPECUARIA. Anuario OPYPA 2014**. Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca. Montevideo: OPYPA - MGAP, 2014.

UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA. Servicio Central de Extensión y Actividades en el Medio. Programa Integral Metropolitano. In: **De formaciones in-disciplinadas**. Extensión libros: Montevideo, 2009.

_____. SCEAM. **Informes del Proyecto Alimentando Soberanía**. Universidad de la República. Programa Integral

Metropolitano. s/p. Montevideo, 2009.

URUGUAY. Instituto Nacional de Estadística. Resultados finales del Censo Nacional de Población y Vivienda 2004.

Disponível em:

http://www.ine.gub.uy/fase1new/divulgacion_definitivos.asp.

Acesso em: 12 de março de 2015.

_____. Instituto Nacional de Estadística. Resultados finales del Censo Nacional de Población y Vivienda 2011. Disponível em:

<http://www.ine.gub.uy/censos2011/index.html>. Consultado en marzo 2015.

_____. Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca.

Dirección de Estadísticas Agropecuarias. **Censo General Agropecuario 2000**: Recuentos preliminares. Montevideo: MGAP, 2000.

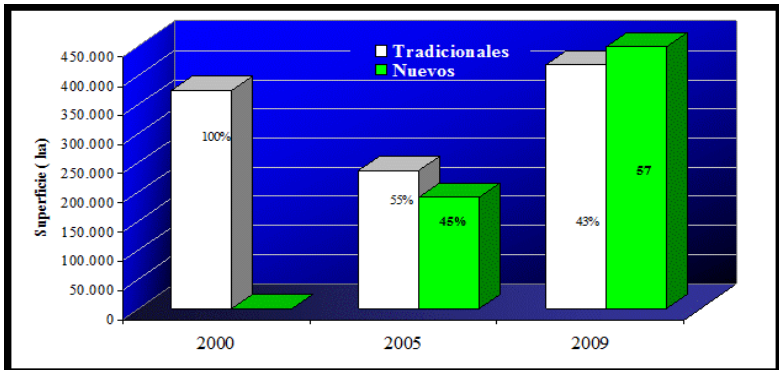
_____. Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca.

Dirección de Estadísticas Agropecuarias. **Censo General Agropecuario 2011**: Resultados definitivos. Montevideo: MGAP, 2014.

ZIBECHI, RAUL. **Autonomías y emancipaciones**. América Latina en Movimiento. Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales – Unidad de Post Grado – UNMSM: Lima, 2007.

ANEXOS

Anexo I: evolución de agricultores tradicionales y nuevos agricultores según superficie agrícola productiva, período 2000 – 2009.



Fuente: Hoffman, 2012.

Anexo II: fotos cooperativa “Calmañana”

Cooperativa - “Calamañana”, recolección de hierbas aromáticas y medicinales.



Fonte: arquivo pessoal.

Cooperativa “Calmañana”, secado de hierbas



Fonte: arquivo pessoal.

Cooperativa “Calmañana”, envasado y rotulado de hierbas.



Fonte: arquivo pessoal.

APÊNDICES

APÊNDICE A: ROTEIRO ENTREVISTAS INDIVIDUAIS

1. Características gerais

- a. Tamanho (Superfície total)
- b. Itens produtivos (quais e que superfície)
- c. Quem vive na área?

2. Historia

- a. Desde quando são produtores?
- b. Como variou a produção?
 - i. Tamanho da área
 - ii. Diversidade de itens/produtos
 - iii. Mão de obra (integrantes de la família, assalariados/as, trabalho solidário)
 - iv. Canais de comercialização
- c. Que itens produziam antes?

3. Organização do trabalho

- a. Como se organizam para o trabalho diário?
- b. Essa organização se mantém durante todo el ano o varia?
- c. Quem participa no sistema de produção na área?
- d. Realizam trabalhos fora da área? Quais?
- e. Possuem assistência técnica?

4. Causas de ser agroecológico/a

- a. Praticam a agroecologia desde o começo ou anteriormente produziam de maneira convencional?
- b. Qual é o motivo pelo qual produzem agroecologicamente?
 - i. Alternativa comercial
 - ii. Qualidade de vida
 - iii. Sustentabilidade do meio ambiente
 - iv. Filosofia de vida – político/ideológica
 - v. Outros
- c. Cite as principais vantagens de produzir agroecologicamente
- d. Cite as principais desvantagens/dificuldades em produzir agroecologicamente

5. Práticas agroecológicas y certificação orgânica

- a. Das atividades realizadas, quais o/a define como agroecológicos/as?

- b. Das práticas exigidas na certificação, quais considera mais importantes?
- c. Realizam alguma prática agroecológica que não seja exigida no processo de certificação?
- d. Considera que há práticas exigidas para a certificação que são desnecessárias? Quais?
- e. Considera que deveriam ser exigidas outras práticas para a certificação? Quais?

6. Em relação ao Toronjil

- a. Desde quando integra o Toronjil?
- b. Quais são os motivos para integrar el Toronjil?
- c. Que atividades realiza em relação ao Toronjil?
- d. Quais são os benefícios de integrar e participar no coletivo?
- e. Identifica desvantagens/dificuldades por integrar/participar no Toronjil? Quais?
- f. Poderia destacar as principais potencialidades/fortalezas da regional?
- g. Poderia destacar os principais aspectos negativos/limitantes do Toronjil?
- h. Pode citar alguns aspectos que mudaria na organização?
- i. Quais são as principais projeções do Toronjil para este ano?

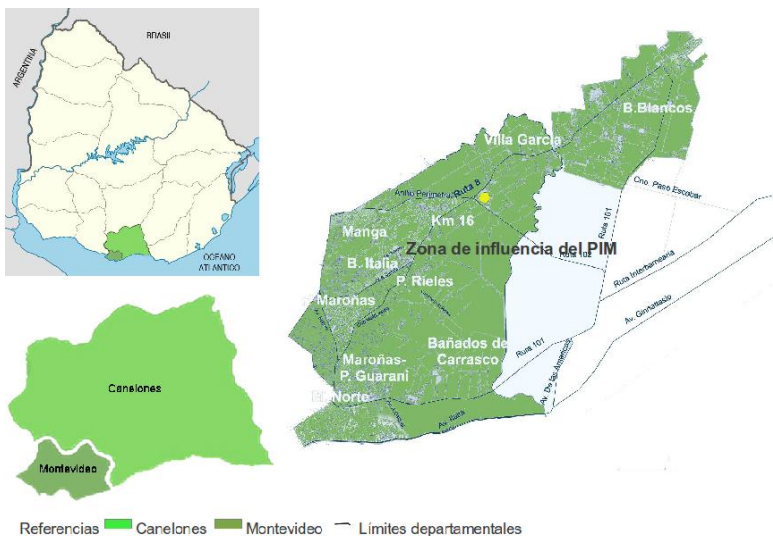
7. Modos de associação dentro do Toronjil

- a. Associa-se para produzir alimentos?
 - i. Desde quando?
 - ii. Que características possui essa associação?
- b. Associa-se para processar/industrializar os alimentos?
 - i. Desde quando?
 - ii. Que características possui essa associação?
- c. Associa-se para comercializar os alimentos?
 - i. Desde quando?
 - ii. Que características possui essa associação?
- d. Associa-se por outros motivos?
 - i. Políticos/ideológicos
 - ii. Reivindicação/conquista de políticas públicas
 - iii. Difusão/fomento de la agroecología
 - iv. Formação/capacitação/intercambio de experiências
 - v. Outros

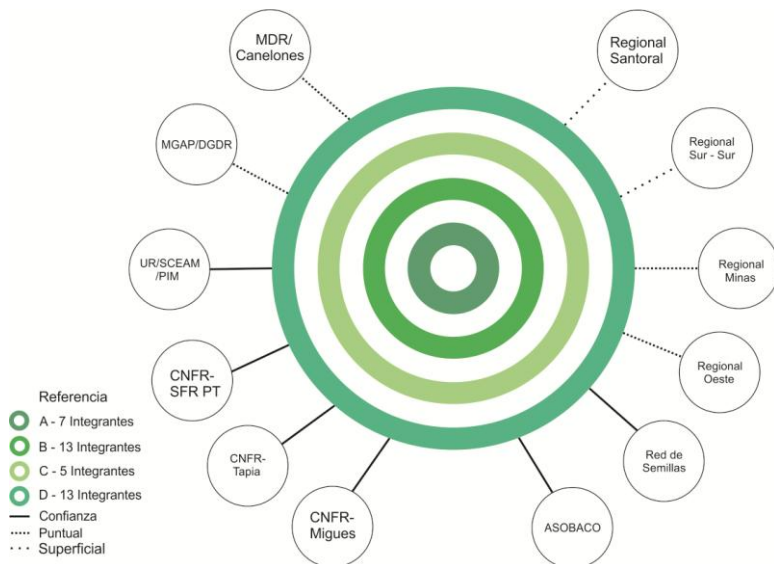
8. Outros espaços colectivos

- a. Integra outra organização além do Toronjil?
 - i. Qual/ Quais?
 - ii. Desde quando?
 - iii. Como define seu nível de participação nela/s? ativo – passivo.
- b. Quais são os motivos para integrar outro/s colectivo/s?
- c. Quais são os principais benefícios e quais são as principais desvantagens/dificuldades de integrá-la/s?
- d. Antes de integrar o Toronjil: ¿Participou em outras experiências associativas? Qual/Quais?

APÊNDICE B: Mapa de Uruguay con foco en la zona de influencia del PIM



APÊNDICE C: integrantes del Toronjil, nivel de participación y vínculos



Fuente: elaboração própria com base em informação secundária.

APÊNDICE D

Entrevista com Hugo Bértola – Fundador da RAU (desde que se conforma la Red integra la misma).

Data da entrevista: 9/02/2015

Questões e respostas

E: *¿en que espacios dentro de la estructura que uds tienen vos estás participando actualmente y cuales son como los objetivos de esos espacios?*

Hugo: ... la vinculación con la red viene de mucho tiempo, fue por el año 2003 – 2004 que se empezó a hablar del lanzamiento de una convocatoria a la red de agroecología y esos eran tiempos en que la Asociación de Productores Orgánicos del Uruguay que yo integraba la directiva, estaba muy activa y llevaba, cumplía

una labor bastante dinámica a nivel nacional, pero, en ese entonces fue cuando empezó a ver problemas que se venían era los fines del gobierno de Batlle, el ministerio de Aguirre Zabala () y pese a que la agricultura ecológica en el país había desarrollado sobre todo un perfil de productores de nivel familiar y pequeño y sentado fundamentalmente en el mercado interno, fueron los años en que a raíz de la vaca loca surgió un interés muy grande de los mercados internacionales en acceder a la carne ecológica, las multinacionales de la carne empezaron a explorar y el país se convirtió en una vedette hubo un interés, con todo el problema de la vaca loca se aumentó el diferencial de precio de las carnes ecológicas y ahí de golpe como condición de agronegocio entre los frigoríficos PULL y Tacuarembó sienten esa demanda, esa presión y de golpe el país explota y ahí salta de 1 millón de has que se certifican por certificadoras internacionales hay mil productores, ... empieza una creciente exportación e interés por la carne ecológica, pero. El tema que todo ese proceso que es muy de negocio, de agronegocio y que tan pronto explota por la positiva como habían estado 30 años diciendo que carne ecológica no porque acá ya tenían status de carne natural y para que iban a invertir y a gastar más plata en poner un sellito nuevo ecológico ... pero cuando vino ese sobre precio mercado ahí cada frigorífico, fue iniciativa de los frigoríficos, no fue algo que surgiera genuino de un nivel de productores, y eran productores de este porte imagínate que si el promedio era 2 mil has, imagínate que ahí había gente de 5 mil – 10 mil, con otros de 500 ... y tal cual se anunció en su momento eso era una cosa bien de agronegocio... nosotros salimos a denunciar en su momento fue de que lo que lograron los directorios de los dos frigoríficos en meses no lo habíamos logrado nosotros en años que fue lograr un apoyo del proyecto ganadero de nosé cuantos miles de dólares para hacer un estudio de que sellitos de certificación necesitaban para cada mercado y lograr en pocos meses la redacción por parte del director del ministerio de cuatro decretos para un marco normativo de la agricultura orgánica del Uruguay que nos dejaba a todos afuera porque era pensado, era una copia reflejo de la normativa europea, japonesa y estado unidense entonces eso iba a

obligar a que para tener el sello de orgánico o hablar de agroecología o vender a cualquier feria o supermercado ibas a tener una certificación de la aceptada por la UE, EEUU y Japón que suponía el desarrollo de la ISO 65 y las auditorías internacionales o sea eran solo las certificadoras que contaban con auditoría y reconocimiento internacionales... era discriminatorio, por suerte todo esto sucedió en vísperas de esas elecciones donde hay todo un cambio y la oportunidad de parar esos decretos denunciando y ahí a contra reloj surgió el apremio de crear una red con todos los sectores involucrados en la visión agroecológica, la necesaria abierta con consumidores, la urbanidad, técnicos porque una organización de 120 productores sola en esta efervescencia, **en realidad la red de agroecología nació muy premiada por el tema de la certificación pero tenía un objetivo mucho más trascendente, político, de herramienta de difusión de toda una alternativa para la agropecuaria, para algunos no por lo menos después se sucedieron una serie de problemas en la interna de APODU** ... es que solo no ibas a ningún lado, que solo eras una especie en extinción y que solo lo único que te cabía era un hacer algo cheto, muy deee, no era apostar a lo agroecológico, lo ecológico sino apostar a esa teoría de lo novedoso... la Red, que había que vitalizarla desde abajo y de los lugares más comunes digamos, entonces ahí fue no sin problemas unaa, la lucha por descentralizar la Red y por lograr que funcionaran las cosas como estaban previstas y pensadas en un territorio determinado. En ese momento en que estábamos en eso también surge el conocimiento de que esta el PIM y todo una articulación que creo que fue muy positiva... Y lo que logramos que me parece que fue con éxito, fue constituir el funcionamiento de acuerdo a como se había definido con mucha avilesa años atrás... hay un sentido hoy de pertenencia, podrá ir pa allá pa acá, pero lo que yo recuerdo de hace tres años cuando empezó, dos años y medios, es que pese a muchas carencias ha habido un desarrollo y una cierta consolidación que tiene un sentido... La propia certificación funciona mejor pese que ahí también hay contradicciones quee y empezó a captarse a nueva gente quee, se está tratando de

responder más rápido, se está integrando alguna gente... Lo que yo me imagino de la Red de agroecología, creo que la versión actual es muy pobre creo que es mucho mejor de la que predomina, mucho mejor de lo que era y muchas veces me crea dudas porque creo que la parte de presencia política que siempre la entendí como la fundamental es la queee () la que más ha costado y cuesta en ese punto como que seguimos muy aprisionados todavía esteee de la certificación, el sello y como que cuesta mucho abrir la cabeza a todas las cosas que están pasando y que a la larga nos van a afectar negativamente. Es el eje de la pregunta, de los agricultores familiares para mí no hay otra perspectiva que la agroecológica, para ser sincero no veo una perspectiva de la producción familiar como clásicamente se ve que los pequeños se vuelvan empresarios más solventes, más preparados y vayan avanzando y se vuelvan medianos o grandes o nooo... No es un tema solo discursivo la agroecología sino quee, tiene que ir acompasado con una práctica agrícola que vos tengas que este abriendo caminos y mostrando que esto es posible que es viable y que mucho más lo sería si contaras con los apoyos y la investigación que hay en otros campos que hoy están sobrado de eso.

“creo que la agricultura ecológica es la única viabilidad para la agricultura familiar y que tendría que ser la agricultura en el sentido común... creo que es una disputa de espacio político pero no por el poder ni por el, es simplemente por tema de visión del sentido que tiene la alimentación, la energía y el haber ... entonces para mi lo que yo hago acá tiene que ser algo que se transmita y todo el esfuerzo en difusión ... escala sin frontera en principio en el medio en que vos te desenvolves ... para mi lo que es fundamental es la propuesta, el intercambio, el hacer conocer, el difundir y queee ese espacio local y la red en general crezca... el fortalecimiento mayor es justamente que la propuesta salga de la marginalidad, se oiga, cobre adeptos, no hay mejor fortalecimiento que eso ... que haya mucha más gente que abrace la misma ... en el Toronjil en el comité de ética o en cualquier lugarcito ... y eso tiene un **componente de asociativismo**, si uno creyera que fuese la suma de

emprendimientos privados y particulares, creo que te dedicarías puramente a tu predio y a hacer lo mejor posible y pero lo que me parece como que siempre hubo un deber de la gente que empezó antes o después, como que la práctica nuestra tiene un contenido alto de intercambio y de promover esa asociación y esa articulación que es vital.

E: ¿algunos aspectos negativos que visualices? aspectos a mejorar ¿no?

Hugo: "...para mi uno de los aspectos negativos es el corporativismo, o sea, es esta idea de que el crecimiento es un peligro, para mi desde la época de la feria del Parque Rodó se relanzó la ecotienda ... todas las cosas que crecieron y se abrieron a nuevas experiencias e ideas, son enriquecimiento y mejora ... algo negativo son esas tendencias corporativistas que tienen mucha limitación porque el tema de que muchos productores familiares busquen o encuentren en la producción orgánica un avance, una válvula de escape es lo que nos ha permitido subsistir y no desaparecer porque han desaparecido... y van quedando de repente los hijos y algunos se han muerto, otros se han jubilado ... que ese es un problema creo que es un tema político que lo que te une creo es la visión ... de que sos miembro y para que ... muchas veces veo que en Bs tiene la influencia de movimientos sociales que es muy importante y la convicción política que es vital, es mucho más profunda.

E: después más pensando dentro del sistema productivo este ¿qué modos asociativos tienen? tienen algún otro tipo de estrategia asociativa para trabajar, para las semillas, para la comercialización?

...creo que sigue estando el mismo problema político de cuales son las cabezas que predominan y la Ecotienda en sus principios y eco-granja cooperativa era una herramienta al servicio de todo APODU en su momento y era una vidriera ecológica y un punto de encuentro para toda esa alianza estratégica... quedó reducida a un grupo de 10 o 12, que lo sienten como su negocio entonces todo lo que en su momento fue que era abierta a todo productor

ya no es así... se supone que todos tenemos ideal cooperativo – asociativo y queremos ir para adelante pero no advertimos que tenemos una herencia cultural de competencia que está truncando esa misma idea cuando la feria del Parque Rodó... sé que es bravo porque casi toda la gente viene con una herencia de queee, todos los inmigrantes, los productores familiares afincados acá cada uno tenía su secretito y todo el mundo estaba esperando que le cayera granizo al de al lado y salvarme yo y los secretitos que tenían no se lo daban a nadie, esa es la formación... entonces nosotros tenemos un cierto problema de cultura ahí pero sino queremos que el agronegocio, si queremos ganar en esta lucha tan despereja, algunas cosas tenes que aprender... es muy difícil la paridad y la consolidación de un grupo, entonces termina siendo algo así como un grupo muy Sui Géneri, muy dependiente de determinada cabeza... y otros problemas también de cuando vos entras en la carrera de proyectos y fondos ... forma de primitivismo, que también es un problema que tenemos con todas estas líneas de crédito, Dirección General de Desarrollo Rural (DGDR) y todo el mundo en esa fiebre de que hay proyecto y plata y de que te tenes que tirar porque hay... entonces a veces la DGDR tendrá el mayor intento de fortalecer pero se discutió en el Sauce aquella vez de la revista ¿qué es fortalecer? -r- porque que pasa si dentro de un año todo esto se termina, se fue toda esa plata y volvemos a estar sin coordinación ... me parece que ahí hay un problema deee como hay plata hay que postularse, usarla y agarrarla y después a veces te deja más problemas de los que tenías.

E: *¿integran otros espacios colectivos? Cuáles y que características y porque motivo.*

Hugo: soy socio de la fomento Piedra del Toro y del grupo ovino, miembro del grupo ovino... eso fue una idea vieja, una idea de gestar algo una especie de grupo de acción, de reflexión y acciones, esa es una idea más vieja sobre todo teniendo en cuenta algunos de los debates que ha sido difícil dar a nivel de la Red de Agroecología... tiene que ver con el divorcio de la producción animal y vegetal ... el tema que somos pocos y que tenemos que

crecer, muchas veces surge la idea de que, así como que para crecer tenés que desdibujarte un poco y, hablar más de producción familiar en general y quitarle el adjetivo de orgánico, ecológico... una visión mucho más integral de la producción animal en un sentido más profundo agroecológico por la recirculación de los nutrientes como indispensable que es un del otro, acá se desvirtuó un poco y se transformó más en un concepto de huerta orgánica... yo digo de que igual es positivo porque ha pegado y ha impactado, con deformaciones o no pero ha jugado un papel... eso después a creado problemas sobre todo con todo el tema de los transgénicos y el tema de que los abonos orgánicos supuestamente. El abono de los criaderos industriales se ha vuelto un insumo, nos hemos vuelto funcionales a esa industria enorme que funciona y de alguna manera hemos pasado a sustituir la producción animal propia con estiércoles de la peor calidad y desvirtuando, entonces muchas veces bueno yo tengo que producir orgánico y tengo que tener fertilización y yo animales no puedo tener. Como que soy chiquito o por lo que sea, entonces terminamos admitiendo lo que no dejamos entrar por la puerta principal que es la semillas transgénica o los transgénicos te entra por toneladas con los camiones de cama de pollo, de gallina que tampoco sabemos que pasa a la larga... es un tema del sistema porque en definitiva es como decimos, bueno yo hago orgánico pero después de todo lo que yo hago de que me nutro y todo, me parece que ese es un tema que cuesta y a creado mucho, mucho problema discutirlo, entonces a mi me parece bueno plantearlo, aunque sea () y de hecho una de las opciones que hemos tomado siempre acá hubo animales. Porque los rumiantes son el símbolo máximo de la agricultura ecológica, son un fábrica de proteínas que no comen proteínas...

E: ¿antes de participar en Toronjil?

Hugo: Sí agrupación gremial universitaria... y después que vinimos fue APODU y la Red de Agroecología, eco-granja, la Red de Semillas... este grupo ahora, que esto no es nada todavía.